



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALÍDIA PAULA TEIXEIRA DE CARVALHO

**DESVELANDO A PSEUDO-NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES
SOCIAIS: O COMPLEXO DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE DEFESA DO
ÓBVIO**

FORTALEZA

2022

ALÍDIA PAULA TEIXEIRA DE CARVALHO

DESVELANDO A PSEUDO-NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES
SOCIAIS: O COMPLEXO DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE DEFESA DO ÓBVIO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará-UFC, como requisito final para obtenção do título de mestrado em Educação brasileira. Área de concentração: Educação brasileira.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Josefa Jackline Rabelo.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C321d Carvalho, Alídia Paula Teixeira de.
Desvelando a pseudo-naturalização das desigualdades sociais: o complexo da educação em tempos de defesa do óbvio / Alídia Paula Teixeira de Carvalho. – 2022.
108 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Josefa Jackline Rabelo.
1. Pobreza. 2. Capitalismo. 3. Crise estrutural. 4. Educação. I. Título.

CDD 370

ALÍDIA PAULA TEIXEIRA DE CARVALHO

DESVELANDO A PSEUDO-NATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES
SOCIAIS: O COMPLEXO DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE DEFESA DO ÓBVIO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará-UFC, como requisito final para obtenção do título de mestrado em Educação brasileira. Área de concentração: Educação brasileira.

Aprovada em 29/06/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Josefa Jackline Rabelo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Maria das Dores Mendes Segundo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Dr.^a Ruth Maria de Paula Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

À Dani, que foi quem primeiro me apresentou a teoria revolucionária e de quem recebi meu primeiro O capital. Sou muito grata pelas aulas, pela participação nos grupos de estudos, pelo incentivo, pelas orientações, pelo conhecimento partilhado que foram sempre no sentido de fazer com que filhos e filhas da classe trabalhadora ocupem todos os lugares que lhe são de direito. Obrigada pelos rolês aleatórios, pelos cafês e jantas no Goiabão, no flat e na casa das Pedrinhas e pelos fins de tarde na margem esquerda do Rio Acaraú.

À minha irmã, Amanda, por estar presente mesmo em momentos difíceis, pelas nossas conversas e partilhas. Obrigada pela nossa relação e por ter sido apoio, principalmente, nestes últimos anos.

À Maria Doraci, de quem reconheço o esforço de ter sido mãe-solo e trabalhadora em uma sociedade que não oferece condições de vida digna às pessoas, sobretudo às mulheres, e que não ampara, nem acolhe.

À Renata, psicóloga que me ajudou a lidar com muitas questões e processos.

À professora Jackline que apontou caminhos e dados para o desenvolvimento deste trabalho e às professoras Ruth e Maria das Dores por aceitarem fazer parte da banca e também terem contribuído apontando categorias e possibilidades para esta pesquisa.

À E-Luta, aos professores e às professoras e colegas de linha pelas contribuições teóricas e processos formativos, muito embora, uma pandemia tenha nos tirado, além de tudo e tanto, o convívio dos últimos dois anos.

Ao Rafa, Eliomar, Patrícia, May, Raimundo, Elândia e Felipe, todos e todas que por diferentes razões foram importantes desde o processo seletivo até a chegada em Fortaleza e durante esses três anos.

À CAPES pela concessão de uma bolsa sem a qual não teria sido possível cursar o mestrado, sobretudo em tempos pandêmicos.

À todas as pessoas que antes de mim lutaram pela universidade pública e pelas políticas de assistência e permanência, especialmente pelos restaurantes universitários.

Muito obrigada a todos e todas!

Quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam obrigatoriamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é impossível subsistir; quando ela constringe, pela força da lei, a permanecer nessa situação até que a morte (sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar disso, a mantém, então o que ela comete é assassinato.

(Friedrich Engels)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo examinar como as bases sobre as quais se constituiu a sociedade capitalista rebatem nas políticas e diretrizes educacionais que regem o complexo da educação atualmente. Para tanto, tentaremos compreender o modo de funcionamento do sistema que rege a sociedade na qual vivemos, seus mecanismos produtivos e seus desdobramentos na estrutura social e no empobrecimento da classe trabalhadora. Pretendemos, para tanto, fundamentar-nos teoricamente acerca do modo sociometabólico de reprodução do capital e sobre o que István Mészáros denominou crise estrutural do capital. Após isso, realizaremos o exame da Declaração de Incheon, adotada na conferência de Incheon, na Coreia do Sul, em 2015, e que determinou as diretrizes para a educação até 2030. Tentaremos também situar os relatórios de monitoramento global da educação elaborados desde então. Para a realização deste estudo, nos apoiaremos em autores da ontologia marxiana-lukacsiana, como o próprio Marx (2013), Lukács (2013) e Engels (2010). Além disso, buscaremos também intérpretes do marxismo como Mészáros (2011). Nesta mesma esteira, contaremos ainda com as contribuições de Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2008), Netto e Braz (2007), Coggiola (1998) e Santos (2005) e Silva (2015), que nos ajudarão a desvelar a pobreza na forma de sociabilidade vigente. A obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels, nos auxiliará a demonstrar os impactos da revolução industrial e do advento do capitalismo nas condições de vida da classe trabalhadora.

Palavras-chave: pobreza; capitalismo; crise estrutural; educação.

ABSTRACT

This research aims how the bases on which capitalist society was constituted reflect on the educational policies and guidelines that govern the education complex today. Therefore we will try to understand the way in which the system that governs the society in which we live, its productive mechanisms and its consequences in the social structure and in the impoverishment of the working class. Therefore, we intend to base ourselves theoretically on the socio-metabolic mode of capital reproduction and on what István Mészáros called the structural crisis of capital. After that, we will conduct the examination of the Incheon Declaration, adopted at the 2015 Incheon conference in South Korea, which set the guidelines for education until 2030. We will also try to locate the global education monitoring reports produced since then. To the realization of this study, we will rely on authors of the Marxian-Lukacsian ontology, such as Marx (2013), Lukács (2013) and Engels (2010). In addition, we will also look for interpreters of Marxism such as Mészáros (2011). In this same track, we will also count on the contributions of Freres, Rabelo and Mendes Segundo (2008), Netto and Braz (2007), Coggiola (1998) and Santos (2005) and Silva (2015), who will help us to unveil poverty in the current form of sociability. The book *The situation of the working class in England*, by Friedrich Engels, will help us to demonstrate the impacts of the industrial revolution and the advent of capitalism on the living conditions of the working class.

Keywords: poverty; capitalism; structural crisis; education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	FUNCIONAMENTO SÓCIO-METABÓLICO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL EM DEBATE .	18
2.1	O processo de acumulação do capital e a relação com as condições de vida da classe trabalhadora	43
3	A DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE ISTVÁN MÉSZÁROS.....	58
3.1	Superprodução e incontrolabilidade: aspectos da crise estrutural do capital	63
4	POBREZA E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS E CONTRADIÇÕES NA ATUALIDADE.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS.....	101
	ANEXOS.....	105

1 INTRODUÇÃO

O cenário atual que se apresenta diante de nossos olhos é de completa desumanização e empobrecimento. O desemprego crônico e a falsa ideia de autonomia do trabalhador, objetivada no subemprego, que acabam por desencadear uma desqualificante – objetiva e subjetivamente - precarização do trabalho e o jugo do trabalhador a condições de vida baseadas em uma miséria desconcertante. Fome, falta de moradia, falta de acesso a serviços básicos e escassez – embora já tenhamos alcançado um desenvolvimento produtivo capaz de suprir as necessidades da humanidade – assolam todas as regiões do planeta. O movimento incessante de pessoas que migram de um país a outro, ou mesmo de um continente a outro em busca de melhores condições de vida e que acabam encontrando situações iguais, senão piores, que as de seu lugar de origem. A miséria e a pobreza estão tão enraizadas na sociedade que chegamos ao ponto de nos acostumarmos com ela, de considerá-las como parte da vida, de vivê-la por anos a fio, geração após geração, sem questionarmos, sem entendermos e sem procurarmos as suas causas. A pobreza não está camuflada, ela está desnudada diante de nós. É inadmissível que a concebamos como natural. É necessário analisarmos o que está por trás do discurso que coloca as desigualdades sociais em um campo determinista, que vemos ser reproduzido cotidianamente pelo senso comum e que torna difícil compreender os fatos por trás das aparências.

Para Engels (1984), quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade, enfeitando-os ou simplesmente negando-os.

Vivemos um tempo árduo e penoso. A severidade dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora coloca em risco a nossa própria existência. Por exemplo, em nosso país, o acesso a alimentação tem sido cada vez mais reduzido pela alta dos preços mesmo de itens básicos¹.

¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), A inflação teve alta de 1,16% em setembro, a maior para o mês desde 1994, quando o índice foi de 1,53%. Com isso, o indicador acumula altas de 6,90% no ano e de 10,25% nos últimos 12 meses, acima do registrado nos 12 meses imediatamente anteriores (9,68%). Em setembro do ano passado, a variação mensal foi de 0,64%. Itens como alimentação, gás de cozinha, energia elétrica, transportes e habitação estão entre aqueles com as maiores altas. A pesquisa é de outubro de 2021. Em junho de 2022 o índice aponta para uma inflação de 11,89%.

A fome é crescente e alarmante². Em 2022, conforme o 2º Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia Covid-19 no Brasil, elaborado pela Rede brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), o número de pessoas passando fome no Brasil já chega a 33,1 milhões de pessoas, com um aumento de 14 milhões de pessoas nesta situação no último ano. No total, são 125,2 milhões de pessoas que estão convivendo com a falta de comida, o equivalente a 6 em cada 10 lares brasileiros. São notícias frequentes a busca por sobras, ossos e restos de comida em caminhões de lixo. Para Souza (2018), esta é uma situação ligada às determinações de uma realidade concreta e é causada por esta.

Dessa forma, pois as condições, objetivamente colocadas pela história, exercem determinação sobre as possibilidades de alternativas alimentares de cada um, inclusive a supressão destas, determinando socialmente condições de penúria onde não há praticamente oportunidade alguma de escolha. A fome, neste caso, não é uma escolha, mas algo imposto por uma realidade maior que o indivíduo (SOUZA, 2018, p. 62).

Para este autor, a escassez e o acesso limitado de alimentos são produzidas a partir da luta de classes e a fome enquanto um fenômeno desencadeado pelo ser social inicia com as primeiras formas de exploração do trabalho (SOUZA, 2018).

Essa marca histórica na qual o alimento é um instrumento na luta de classes, impõe uma alimentação suficiente para que seja mantida, ao máximo, a exploração de um grupo sobre o outro. Como exemplo, temos os antigos impérios em que escravos eram explorados para construções de grandes propriedades privadas da terra, as quais eram organizadas em torno do império. Um grande império era fruto de conquistas de territórios produtivos, de saques e espoliação dos estoques alimentares, e do uso da fome como arma de guerra. O Estado, como o centro de comando da política da classe dominante, desde o início tem usado como estratégia a inanição alimentar de grupos considerados inimigos, portanto por esse e outros motivos, podem ser considerados imperialistas (Souza, 2018, p. 90).

Acrescenta-se a isto o desemprego que não tem poupado nenhum setor da produção e aumenta sem restrições o número de pessoas sem possibilidades de prover o mínimo necessário à própria existência³. A falência de pequenas fábricas e comércios joga ainda mais pessoas no quadro da miséria. Jornadas extenuantes de entregadores e motoristas sem nenhuma seguridade social, nem mesmo um salário fixo, condição que vem se

² O relatório intitulado O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo em 2021 da Organização das nações unidas para alimentação e agricultura (FAO) indica que quase uma em cada três pessoas no mundo (2,37 bilhões de pessoas) não tiveram acesso a uma alimentação adequada em 2020. Segundo a pesquisa intitulada Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar (Rede PENSSAN), em 2020, do total de 211,7 milhões de brasileiros (as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros (as) enfrentavam a fome.

³ Conforme o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), o Brasil contava em 2020 com 13,7 milhões de desempregados, com 14,4 milhões no segundo trimestre de 2021 e com 11,9 milhões no primeiro trimestre de 2022.

estendendo para as demais profissões. Tudo isto nos alerta para a gravidade da realidade desumana e desumanizante na qual nos encontramos. Realidade agravada por uma pandemia mundial e por um governo ultraconservador e de extrema direita que abertamente defende os interesses da burguesia e despreza as necessidades da classe trabalhadora.

É importante ressaltar que estes são tempos marcados pelo negacionismo científico nos quais a ciência e a história são atacadas e distorcidas gerando um descrédito no conhecimento produzido e acumulado pela humanidade, abrindo espaço para teorias esvaziadas que desqualificam fatos e estudos que subsidiaram descobertas que nos permitiram avançar em diferentes esferas do conhecimento. A negação do conhecimento inviabiliza qualquer tentativa de entendimento acerca da natureza, da sociedade, da humanidade. O que acontece a partir disto é a formação de explicações e enunciados distanciados do real, apartados dos fatos e de suas determinações e baseados no desprezo pela ciência. Não por acaso, a defesa do terraplanismo encontra-se em evidência na contemporaneidade.

Entendemos que a pobreza e as desigualdades sociais que nos assolam não são condições iminentes à humanidade, que não é natural o abismo que separa a classe trabalhadora do acesso a uma vida digna e que não ter como produzir a própria existência é uma contradição com a existência da humanidade. Diferentemente do que nos diz o liberalismo com suas teorias do direito natural, nas quais as condições em que as pessoas vivem são uma lei dada e que deve ser mantida e seguida para manter o equilíbrio social, acreditamos que a miséria vivida pela classe trabalhadora não é algo que possa ser ratificado como uma lei natural ou social. Não ter como reproduzir a própria existência não é uma condição que possa ser naturalizada. Consideramos que a falta de condições objetivas e materiais de manutenção da vida não é um estado de coisas que deva ser tomado como definitivo, uma vez que sem aquelas, o que se produz é um quadro desumanizante de escassez, fome e miséria. Na esteira de Marx e Lukács, o que nos torna seres sociais é exatamente a capacidade de produzir, através da relação com a natureza, ou seja, do trabalho, as condições para atender às necessidades humanas. Portanto, as condições desumanizantes nas quais vivemos, estão em um polo oposto àquele que caracteriza e possibilita o próprio devir da humanidade. Nos referimos aqui a pseudo-naturalização de uma condição que não é coerente com a existência humana.

A natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação

histórico-natural, tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social (MARX, 2013).

O autor cita ainda como o processo de acumulação do capital deu início a uma forma de sociabilidade que criou uma classe desprovida de tudo e submetida aos ditames do capitalismo.

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo, parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo o seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (MARX, 2013, p. 785).

Portanto, não vemos o quadro social como dado e eterno. Buscamos suas causas e as possibilidades de transformação do mesmo, pois não acreditamos em uma sociedade que não oferece possibilidades de desenvolvimento a todas as pessoas, mas que pelo contrário, nos coloca à margem dessas possibilidades, na mais cruel miséria humana, na fome, que não passa despercebida onde quer que estejamos. Em face de tempos pandêmicos vimos esse quadro se agravar: alta dos preços e alta do desemprego tem sido fenômenos que se mantêm em um período particularmente difícil, e que dificultaram ainda mais o acesso à alimentação e a outras necessidades básicas. São tempos de doença, de fome e de mais de 600 mil mortes por Covid-19 no Brasil e de mais de 5 milhões no mundo. Enquanto isso, acumulam-se riquezas na casa dos bilhões nas mãos de algumas dezenas de pessoas⁴. Contamos ainda, os golpes sofridos pela classe trabalhadora através de todo o retrocesso realizado pelos cortes de direitos trabalhistas, previdenciários, sociais e humanos que têm sido sancionados a passos largos, no Brasil, sobretudo, desde o ano de 2019 e que precarizam e dificultam as condições de sobrevivência da classe trabalhadora. Acrescentamos ainda, o avanço do desmonte dos serviços públicos que incitam até mesmo à perda de estabilidade de servidores e servidoras. Frente a isso, os

⁴ Segundo a revista Forbes, surgiram no Brasil, durante a pandemia, 40 novos bilionários.

processos de venda e privatização de empresas nacionais continuam sendo pauta do dia dos neoliberais no poder e ameaçam a manutenção de direitos básicos hoje atendidos pela rede pública. O Estado tem negado o mínimo de assistência às famílias que estão perdendo seus entes em decorrência da pandemia, bem como, a quem continua vivo, porém, sem emprego ou qualquer outro tipo de renda e mesmo programas sociais de auxílio que não passam nem perto de atender plenamente as necessidades da população, têm sido cortados, fazendo aumentar o número de famílias inteiras que vivem sem nada. A violência e o incentivo ao ódio às pessoas negras, à comunidade LGBTQIA+, às mulheres e aos povos originários completam o quadro desumano diante do qual nos encontramos.

Nos debruçamos no estudo deste quadro a fim de investigar suas causas tendo em vista que a degradação da vida humana não nos parece em nada aceitável e nem algo ao que possamos nos ajustar. O presente trabalho é um desdobramento de estudos anteriores de monografia de graduação em Pedagogia, realizados na Universidade Vale do Acaraú (UVA), que partiram de questionamentos sobre medidas paliativas e/ou voluntárias para moradores de rua. Percebíamos que tais ações não sanariam ou eliminariam a pobreza com a qual nos deparávamos e que esta não é uma condição diante da qual devamos nos resignar e acreditar que é normal e que, simplesmente, muitos de nós estejam destinados a viver. Por isso, seguimos nesse trabalho buscando desvelar a pobreza e suas determinações.

Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação trabalho assalariado e capital (MARX, 2011, p. 400).

Observar as minúcias de uma totalidade de determinações implica mover-se em direção às raízes de uma questão. Marx nos diz que em sua manifestação as coisas frequentemente se apresentam invertidas, portanto, acompanhar o movimento do objeto não pode deter-se ao que está posto, ao imediato. É neste sentido que nos propomos a analisar a desigualdade social para além de como a encontramos atualmente, entendendo que um estado de coisas se constitui a partir de diversos elementos, que se alternam e que se transformam, caso contrário, por exemplo, não poderíamos constatar a existência de diferentes formas de sociabilidade na história da humanidade e que cada uma delas apresentou e apresenta suas respectivas formas de produção e reprodução social.

A exploração de mais-valia, o trabalho assalariado e precarizado são elementos que existem em, em sua forma atual, em uma forma de sociedade específica: a sociedade capitalista. O desenvolvimento desta sociedade e de seus elementos constituintes é o resultado de um longo processo histórico e para compreender o atual estado de coisas é necessário um estudo deste processo. Sem isto não é possível conhecer os desdobramentos da história e os fatos que constituíram a humanidade e a sociedade como vemos hoje. Omitir e negar este conhecimento significa um impedimento da apropriação da história por toda a humanidade, fornecer uma visão apenas do imediato e não da totalidade criando a impossibilidade de analisar o atual modo de produção e suas contradições e criar a percepção de que o modelo no qual vivemos é o único possível para a humanidade.

Quando olhamos para a miséria é possível perceber que as tentativas de explicar e corrigir esse quadro advém de várias frentes da sociedade, das esferas econômicas, sociais, políticas, religiosas, etc. Cada uma, com argumentos diferentes, procura justificar a pobreza existente e, por vezes, utilizam-se mesmo do discurso de erradicação da mesma. Com isto, a questão é tomada e permeada por diversos discursos e definições que acabam dificultando a procura de suas verdadeiras determinações. Conforme Marx (2003), temos que

Em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base do sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação atenta, apercebemo-nos de que há aqui um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, et., não é nada. Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas, até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até chegar de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas (pg. 247).

Mediante isto entendemos porque inúmeros documentos oficiais que se propõem a discutir e formular soluções para o problema da pobreza estão sempre à superfície, conjecturando com temas diversos – oferta de emprego e renda, aumentos de salários, ações assistencialistas, trabalho voluntário, desenvolvimento econômico, melhorias na educação, etc. - e com vistas ao imediato, ao momento contemporâneo, sem nunca

aprofundar um levantamento histórico de como se constituiu a pobreza a fim de buscar as raízes do problema.

A concepção da degradação da vida humana como algo natural e imanente aos indivíduos impossibilita compreender a real construção de relações que articulou a sociedade na qual vivemos marcada pelas desigualdades sociais. Analisar a história apenas pelo que está aparente e pelo que se mostra no nosso próprio tempo histórico pode incorrer em erro, uma vez que a história não compreende somente o tempo referente à nossa existência enquanto indivíduos singulares. Conforme Marx e Engels (2007), a história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores. E continuam:

Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como “espírito do espírito”, na “autoconsciência”, mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (p. 43).

A esta sucessão de gerações de indivíduos e de condições materiais está pressuposta a relação da humanidade com a natureza. Relação na qual a humanidade produz aquilo que é necessário para sua existência e subsistência. Neste momento histórico, quando percebemos que as necessidades do gênero humano já não são atendidas, mas pelo contrário, são negadas de muitas formas, acreditamos ser relevante analisar e questionar o atual estado de coisas no qual nos encontramos, pois, se na construção deste, estão envolvidos o gênero humano e sua respectiva ação, acreditamos também que seja possível transformá-lo. Ressaltamos ainda a necessidade desta discussão em tempos nos quais os discursos que afirmam a pobreza como algo natural tentam encobrir o sofrimento da grande maioria da população mundial que não tem acesso aos meios de produção e tampouco às riquezas produzidas que deveriam atender às necessidades de todos os indivíduos de uma sociedade.

Partindo dos pressupostos marxianos e buscando, assim como o filósofo, nos direcionarmos rumo a um estudo tendo como base uma visão da totalidade formada por múltiplas determinações, uma unidade de diversos, como diria Marx, adentramos nesta pesquisa sobre a pobreza com o intuito de compreender e perceber como foram

constituídas as situações degradantes de pauperização da classe trabalhadora que aparecem diante de nossos olhos como determinações ininteligíveis, insolúveis, impossíveis de mudar. No entanto, diante dos determinismos que nos apresentam as desigualdades e injustiças sociais como insuperáveis, encontramos lenitivo e impulso em Brecht, poeta e dramaturgo alemão que em suas obras criticava a sociedade burguesa e a classe dominante e que nos diz em um de seus poemas “nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar”.

Diante disso, consideramos importante analisar alguns dos elementos que convergiram para a constituição do quadro hodierno de desigualdades sociais. Entendendo que dentro deste quadro há múltiplas determinações que precisam ser abstraídas da totalidade, analisadas separadamente para que se possa entender do que se trata cada uma, de onde surgiu cada uma, por quais transformações passaram, como se desenvolveram, etc., e a partir disto, poder descrever o movimento real do objeto. Para Marx (2018), o que se pode demonstrar no detalhe é ainda mais fácil de apresentar quando as relações são apreendidas em dimensões maiores; inversamente, análises muito gerais põem em dúvida se o resultado se confirmará no detalhe. Portanto, temos por objetivo partir da pobreza, do que está mais aparente e adentrar no estudo de fatos e categorias encontrados neste ponto de partida, procurando investigar o que se encontra por trás daquilo que nos aparece à primeira vista.

Neste ponto, atribuímos importância ao método de Marx por possibilitar o detalhamento de uma totalidade. O materialismo histórico dialético não considera o objeto apenas por ele mesmo, mas o considera parte de um todo e, considera ainda, as interações entre a parte e o todo. Por sua vez, a totalidade não é dita como estática, mas sim, em constante movimento, nisso consiste a dialética, no revolver das contradições existentes. Portanto, um objeto que tenha sido descrito há anos atrás poderia ser encontrado hoje de forma diferente, exatamente, porque pode assumir posições distintas em diferentes momentos. Por isso, Marx considerou importante descrever a história do objeto em diferentes épocas e não somente o objeto.

Consideramos ainda a concepção materialista da história a fim de situar nossas reflexões no terreno da objetividade e das relações sociais nas quais os indivíduos estão inseridos com o intuito de elencar fatos e acontecimentos que nos permitam compreender como foram postas a pobreza e a miséria que assolam a grande maioria da população.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e

representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso: parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX, 2007).

Nossa hipótese para o desenvolvimento deste trabalho é que as condições postas na sociedade e as políticas criadas para geri-las se desdobram no complexo educacional e em suas orientações e diretrizes.

Baseadas nisto, temos como objetivo geral examinar como as bases sobre as quais se constituiu a sociedade capitalista rebatem nas políticas e diretrizes educacionais que regem o complexo da educação atualmente. Para tanto, tentaremos compreender o modo de funcionamento do sistema que rege a sociedade na qual vivemos, seus mecanismos produtivos e seus desdobramentos na estrutura social e no empobrecimento da classe trabalhadora. Intentamos desvelar as bases sobre as quais essa sociedade se desenvolveu a fim de compreender a pobreza e a desigualdade que lhe são inerentes. Procuraremos entendê-las e observar suas relações com a educação.

Temos, portanto, como objetivos específicos o seguinte:

I. Analisar o funcionamento sociometabólico do modo de produção capitalista, sua estrutura, seus mecanismos e desdobramentos na sociedade a fim de demonstrar a base material sobre a qual está assentada nossa forma de sociabilidade e suas relações correspondentes.

II. Examinar o desenvolvimento da crise estrutural do capital e seus impactos nas condições de vida da classe trabalhadora.

III. Realizar um estudo acerca da Declaração de Incheon, buscando agregar também os Relatórios de monitoramento global da Educação elaborados desde então e analisa-los conforme o contexto de nossa atual forma de sociabilidade, verificando como está posta a educação no que tange à pobreza e às desigualdades sociais.

A fim de atingirmos nossos objetivos revisaremos autores como Karl Marx, István Mészáros, Gyorgy Lukács e Friedrich Engels, bem como, seus intérpretes, estudiosos e estudiosas como Eric Hobsbawn, José Paulo Netto, Marcelo Braz, Oswaldo Coggiola, Helena Freres, Jackline Rabelo, Maria das Dores Mendes Segundo, Rosângela Ribeiro da Silva e Edlene Pimentel Santos. Trata-se aqui de uma revisão literária na qual intentamos desvelar a pobreza na sociedade capitalista.

Para o primeiro objetivo, que procuraremos tratar no primeiro capítulo, revisaremos obras de Marx como Grundrisse, os manuscritos econômico-filosóficos, o capital, sendo que neste nos apoiaremos principalmente no capítulo 23, que trata da lei

geral da acumulação capitalista que nos ajudará a desvelar como o modo capitalista engendra seu processo de produção e acumulação, e ainda, como a partir deste desenvolve o exército industrial de reserva. Nos apoiaremos nesta parte também na obra *Para além do capital*, de István Mészáros, sobretudo no capítulo 2, intitulado *A ordem da reprodução sociometabólica do capital* que nos ajudará a indicar as especificidades do modo de produção regido pelo capital. Também nos ateremos em Engels e em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* que nos ajudará a compreender os desdobramentos e os impactos da revolução industrial e seu desenvolvimento nas condições de vida da classe trabalhadora. Também buscaremos as contribuições de Rosângela Ribeiro da Silva e Edlene Pimentel Santos e suas teses *As políticas socioeducativas no Brasil e a gestão da pobreza no contexto de crise estrutural do capital: uma análise à luz da crítica marxista* e *O pauperismo de ontem e de hoje: raízes materiais e humano-sociais da “questão social”*, respectivamente, para analisar a relação do modo de produção vigente com a pobreza em nossa sociedade.

No segundo capítulo buscaremos contemplar o que está definido para o segundo objetivo específico através das obras *Para além do capital* e *A crise estrutural do capital* de Mészáros que nos ajudarão a compreender como se forma e quais os aspectos desta crise descrita pelo ‘filósofo húngaro. Também buscamos nesse ponto as teses de Rosângela Ribeiro da Silva e Edlene Pimentel dos Santos para nos ajudar a compreender como o movimento do capital cria a crise estrutural através das distorções que ocorrem no processo produtivo e da incontrolabilidade de sua reprodução. Revisaremos aqui um tópico do capítulo II da tese de Edlene Pimentel dos Santos que trata da crise estrutural e um tópico do capítulo III de Rosângela Ribeiro da Silva que trata da crise estrutural do capital e da gestão da pobreza.

Para o terceiro capítulo procuraremos fazer a análise da declaração de Incheon, de 2015, elaborada após o Fórum mundial de educação realizado em Incheon, na Coreia do Sul naquele ano, que definiu a agenda para a educação até 2030. Coadunamos a esta análise os relatórios de monitoramento global da educação elaborados a partir de 2016. Escolhemos esse caminho por que a partir deste marco a educação foi atrelada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) incluídos na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Estes eventos marcam uma nova etapa nas políticas de gestão da educação.

2 FUNCIONAMENTO SÓCIO-METABÓLICO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL EM DEBATE

Neste capítulo pretendemos realizar um levantamento teórico sobre a pobreza à luz da ontologia marxiana-lukacsiana, no qual buscamos investigar o modo de produção vigente e sua relação com o empobrecimento da classe trabalhadora. Intentaremos fazer isso revisando o capítulo 23 sobre a lei geral da acumulação capitalista, do livro *O capital*, obra do filósofo alemão Karl Marx, também o capítulo 2 da obra *Para além do capital*, sobre a ordem da reprodução sociometabólica do capital, de István Mészáros. Também situamos a obra de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e os estudos de Rosângela Ribeiro da Silva e Edlene Pimentel Santos.

Segundo Mészáros (2011), para todos os pensadores que compartilhavam o ponto de vista do capital, os antagonismos sociais do sistema tinham de ser evitados, ou minimizados, ou mesmo transfigurados em felizes circunstâncias e virtudes, deixando ao mesmo tempo seu potencial explosivo profundamente oculto da vista.

Os antagonismos que dividem a sociedade e, por conseguinte, se refletem em cada setor da mesma são frequentemente explicados por correntes idealistas, religiosas e mesmo por economistas como fenômenos alheios à própria sociedade e ao sistema que a rege, como se fosse possível isolar as causas das consequências. Recorremos aqui a Marx (2013) e temos que o nexos interno entre o tormento da fome que atinge as camadas operárias mais laboriosas e o consumo perdulário, grosseiro ou refinado, dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas. Conforme o filósofo, estas, fornecem os elementos para compreender as relações sociais envolvidas na base material produtiva da sociedade. Tendo em vista que sociedade e produção estão ligadas intrinsecamente, esta pesquisa pela qual enveredamos não poderia se constituir sem adentrar ao modo de produção capitalista, ou seja, a forma como está sendo produzida a riqueza material da sociedade vigente.

A produção material não acontece independente da humanidade e das relações sociais que as envolvem, pelo contrário, são determinações que estão intrinsecamente ligadas e que se desenvolvem reciprocamente. Embora o desenvolvimento do capitalismo tenha constituído uma produção que domina a humanidade e que se desenvolve à revelia das necessidades humanas, esta é uma determinação específica do funcionamento do capital no modo de produção capitalista. Para compreender este e outros modos de produção anteriores, é preciso ter em mente que as formas de sociabilidade com suas especificidades produtivas, desenvolveram-se concomitantemente e entremeadas por

relações sociais entre os indivíduos do gênero humano e isto determina a indissociabilidade entre estas determinações.

O primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material [...]. O segundo ponto que é a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico [...]. A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. Essa família que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, uma relação secundária (MARX E ENGELS, 2007, p. 33).

Para tornar ainda mais compreensível essa questão, continuam:

Ademais, esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três aspectos distintos, mas sim apenas como três aspectos ou, como três “momentos” que coexistiram desde os primórdios da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história. A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de cooperação ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” – que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas (p. 34).

Temos com isto que as relações sociais envolvidas na produção são um ponto central para a compreensão da estrutura e do funcionamento de uma sociedade. O que nos leva, tendo em vista nosso objeto, a pensar sobre quais tipos de relações está soerguida a sociedade capitalista na qual vivemos.

Partindo do estudo dos primórdios da acumulação primitiva do capital nos deparamos com fatos que nos permitem compreender que a gênese do sistema capitalista inaugurou uma sociedade marcada por uma nova forma de exploração que reverbera até os dias atuais, gerando um quadro de desequilíbrio social no qual poucos enriquecem em grandes proporções e muitos padecem com a pobreza e a miséria produzidas por esse sistema.

Marcam época na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo àqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proprietários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do

camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo (MARX, 2005, p. 829).

Remontando àquela época, bem como, examinando a composição do capital e seu funcionamento sócio-metabólico no interior do modo de produção capitalista, nos inteiramos dos processos históricos e econômicos que constituíram socialmente as desigualdades que lhe são características.

A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza de sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto, a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade (MARX, 2010, p. 79).

O capital, enquanto modo de controle sociometabólico, necessita subjugar aos seus imperativos todo o complexo funcionamento do modo de produção de uma sociedade, como relata Mészáros (2011), desde o seu microcosmo ao seu macrocosmo, ou seja, desde a menor unidade produtiva até a maior forma de reprodução das condições de produção. Aquém desta lógica, o capital não sustenta sua *raison d'être* e seu pressuposto de existência: o domínio sobre uma forma de sociabilidade.

Analisando historicamente a sociedade capitalista, podemos constatar que esta tem sua estruturação baseada na propriedade privada e na divisão de classes. Conforme relatam Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2008), com a produção de excedentes, e propriedade privada, os homens se dividiram em classes sociais, quando uma classe passou a viver do trabalho de outros, apropriando-se privadamente da terra e dos meios de produção.

Consideramos este um ponto importante por entendermos a propriedade privada e a divisão de classes como as primeiras formas de negação e exclusão em uma sociedade.

As relações técnicas de produção dependem das características técnicas do processo de trabalho (o grau de especialização do trabalho, as tecnologias empregadas, etc.) e dizem respeito ao controle ou domínio que os produtores diretos tem sobre os meios de trabalho e sobre o processo de trabalho em que estão envolvidos. Mas elas se subordinam às relações sociais de produção, que as especificam historicamente e que são determinadas pelo regime de propriedade dos meios de produção fundamentais. Se a propriedade dos meios de produção fundamentais é coletiva (como na comunidade primitiva), tais relações são de cooperação e ajuda mútua, porque os produtos do trabalho são desfrutados coletivamente e nenhum membro do grupo humano se apropria do fruto do trabalho alheio; se tal propriedade é privada, particular (de um membro do grupo, de um conjunto de membros), as relações decorrentes são de antagonismo, posto que os proprietários dos meios de produção de produção

fundamentais apropriam-se dos frutos do trabalho dos produtores diretos, ou seja, estes são explorados por aqueles (tal como ocorreu, a partir da dissolução da comunidade primitiva) (NETTO E BRAZ, 2001, p. 59).

Sob esse regime de relações baseado na propriedade privada a coletividade é deslocada para dar lugar a relações hierárquicas e de dominação. Dessa forma, a sociedade é submetida a relações que se afirmam na diferenciação e divisão pela propriedade.

Nas sociedades onde existe a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, a situação dos membros da sociedade depende da sua posição diante desses meios; a propriedade privada dos meios de produção fundamentais divide-os em dois grupos, com interesses antagônicos: os proprietários e os não proprietários dos meios de produção fundamentais – em síntese na propriedade privada está a raiz das classes sociais (NETTO E BRAZ, 2007).

É sobre essa base que está erguida a sociedade na qual vivemos hoje. Sobre essa base foi erguida a história da humanidade até os dias atuais. Essa criação da pessoa proprietária e da pessoa não proprietária que dividiu a sociedade esteve posta nos diferentes modos de produção existentes até hoje e legitima os processos de expropriação e exploração.

A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A propriedade privada resulta, portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado. Herdamos certamente o conceito de trabalho exteriorizado (de vida exteriorizada) da economia nacional como resultado do movimento da propriedade privada. Mas, evidencia-se na análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, ela é antes uma sequência do mesmo, assim como também os deuses são, originalmente, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde essa relação se torna recíproca (MARX, 2010, p. 87).

A propriedade privada constituída pela alienação da produção da classe trabalhadora, pela perda do objeto do seu trabalho oferece-nos, conforme Marx, elementos para nos aproximarmos do processo histórico de degradação da vida humana.

Assim como encontramos, por análise, a partir do conceito de trabalho estranhado, exteriorizado, o conceito de propriedade privada, assim podem, com a ajuda destes dois fatores, ser desenvolvidas todas as categorias nacional-econômicas, e haveremos de reencontrar em cada categoria, como por exemplo do regateio, da concorrência, do capital, do dinheiro, apenas uma expressão determinada e desenvolvida desses primeiros fundamentos (MARX, 2010).

Consideramos isto relevante por entendermos que, mesmo tendo havido diversas transformações na forma da propriedade privada no decorrer dos diferentes modos de produção, aquela é um ponto central para desvelar o processo de construção que originou a sociedade capitalista e sua respectiva pobreza, uma vez que propriedade privada é constituída através da apropriação do trabalho e do produto do trabalho alheio. Quando desfez-se o comunismo primitivo e a produção deixou de ser regida por um sistema comunal e passou a operar no regime da propriedade privada a humanidade foi submetida a um processo de exploração que é vigente até os nossos dias. Negros e negras escravizadas, servos e servas do período feudal, a classe trabalhadora assalariada da nossa forma de sociabilidade. Todos os modos de produção existentes até hoje, com exceção do comunismo primitivo, apresentam em comum, embora com algumas variações, esse regime de apropriação, assim como a divisão de classes e a exploração de uma classe pela outra.

A relação da propriedade privada contém latente em si a relação da propriedade privada como trabalho, assim como a relação dela mesma como capital e a conexão destas duas expressões uma com a outra. Por um lado, trata-se da produção da atividade humana enquanto trabalho, ou seja, enquanto uma atividade totalmente estranha a si, ao homem e à natureza e, por conseguinte, a consciência e a manifestação de vida também como atividade estranha; a existência abstrata do homem como um puro homem que trabalha e que, por isso, pode precipitar-se diariamente de seu pleno nada no nada absoluto e, portanto, na sua efetiva não existência. Por outro lado, trata-se da produção do objeto da atividade humana como capital, no qual toda determinidade natural e social do objeto está extinta, em que a propriedade privada perdeu sua qualidade natural e social (ou seja, perdeu todas as ilusões políticas e gregárias, sem se mesclar com relação aparentemente humana alguma) – no qual também o mesmo capital permanece o mesmo na mais diversificada existência natural e social, é completamente indiferente ao seu conteúdo efetivo (MARX, 2010, p. 93).

Pontuamos, então: temos uma sociedade capitalista, regida por relações baseadas na propriedade privada, que por sua vez, é fundada no trabalho exteriorizado, estranhado e alienado.

O comportamento do trabalho em relação ao capital, ou às condições objetivas do trabalho como capital, pressupõe um processo histórico que dissolve as diferentes formas em que o trabalhador é proprietário, ou em que o proprietário trabalha. Sobretudo, por conseguinte: 1) dissolução do comportamento em relação à terra como condição natural de produção, com a qual ele se relaciona como sua própria existência inorgânica; como laboratório de suas forças e domínio de sua vontade; [...] 2) Dissolução das relações em que ele figura como proprietário do instrumento; [...] 3) Incluído em ambos está o fato de que ele tem em seu poder, antes da produção, os meios de consumo necessários para viver como produtor, ou seja, durante sua produção, antes da conclusão desta; [...] 4) Por outro lado, dissolução na mesma medida das relações em que os próprios trabalhadores, as próprias capacidades de trabalho vivas, ainda fazem parte diretamente das condições objetivas de produção e apropriados enquanto tais (MARX, 2011, p. 408).

Neste caso, o trabalhador está para a produção, mas a produção não está para ele, pois este é despojado daquilo que provia a sua existência, do meio que lhe permitia produzir a sua existência.

Para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas só o trabalho. Se ele puder realiza-lo por meio de máquinas ou até por meio da água, do ar, tanto melhor. E o capital não se apropria do trabalhador, mas do seu trabalho – não diretamente, mas pela mediação da troca. Esses são, por um lado, pressupostos históricos para que o trabalhador seja encontrado como trabalhador livre, como capacidade de trabalho sem objetividade, puramente subjetividade, confrontada com as condições objetivas da produção como a sua não propriedade, como propriedade alheia, como valor existente por si mesmo, como capital (MARX, 2011, p. 409).

O modo de produção capitalista que se articulou com a ascensão da burguesia transformou as relações de produção até então conhecidas. As limitações da produção causadas pela escassez, pelo pouco desenvolvimento das forças produtivas, da ciência e da tecnologia foram sendo superadas sob o domínio do capital. Sabemos que tal superação foi e é importante para assegurar a base material e produtiva que possibilita fornecer meios para que a humanidade possa produzir o que é necessário à sua existência. Porém, conforme Mézáros (2011), no capitalismo há uma tripla fratura: produção e controle, produção e consumo, produção e distribuição. O filósofo associa esta tripla fratura à raiz dos defeitos estruturais do capital.

Primeiro, a produção e seu controle estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos. Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais abundantemente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas. E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja capaz de penetrar – porque tem de penetrar – no domínio da circulação global (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a circulação como empreendimento global de suas próprias unidades internamente fragmentadas), na tentativa de superar a contradição entre produção e circulação. Dessa forma, a necessidade de dominação e subordinação prevalece, não apenas no interior de microcosmos particulares, mas também fora de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita aos imperativos alienantes do sistema do capital global (MÉSZÁROS, 2011, P. 105).

E continua a explicar porque a tripla fatura condiciona o capital à produção de antagonismos.

Em todas as situações mencionadas acima, o defeito estrutural do controle profundamente enraizado está localizado na ausência de unidade. Além do mais, qualquer tentativa de criar ou superpor algum tipo de unidade às estruturas sociais reprodutivas internamente fragmentadas em questão tende a

ser problemática e a permanecer rigorosamente temporária. O caráter irremediável da ausência de unidade deve-se ao fato de que a própria fragmentação assume a forma de antagonismos sociais. Em outras palavras, ela se manifesta em conflitos fundamentais de interesse entre as forças sociais hegemônicas alternativas (MÉSZÁROS, 2011, p. 106).

Adicionamos aqui o seguinte:

Produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um autêntico silogismo; a produção é a universalidade, a distribuição e a troca, a particularidade, e o consumo, a singularidade na qual o todo se unifica. Esta é certamente uma conexão, mas uma conexão superficial. A produção é determinada por leis naturais; a distribuição, pela causalidade social, e pode, por isso, ter um efeito mais ou menos estimulante sobre a produção; a troca interpõe-se entre ambos como movimento social formal; e o ato conclusivo do consumo, concebido não apenas como fim, mas também como finalidade propriamente dita, situa-se propriamente fora da economia, exceto quando retroage sobre o ponto de partida e enceta de novo todo o processo (MARX, 2011, p. 44).

Marx ressalta a totalidade do processo. A relação existente entre os diferentes momentos.

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças entre uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinadas, bem como relações desses diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, em sua forma unilateral, pelos outros momentos. Por exemplo, quando o mercado se expande, a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; com a concentração do capital, com diferente distribuição da população entre cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades do consumo determinam a produção. Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico (MARX, 2011, p. 53).

O que queremos apontar, a partir das colocações acima, é a disfunção caracterizada por Mézáros pela ruptura de um movimento de interdependência. Ruptura que cria problemas e contradições já que produzir, distribuir, trocar e consumir deveriam funcionar de forma recíproca para haver equilíbrio. Quando, por exemplo, a classe trabalhadora produz e não se apropria do que é produzido, temos um resultado do desequilíbrio posto pela tripla fratura, assim como, essa não apropriação continua a criar mais desequilíbrios. A sociedade regida pelo capital opera sobre essa base de desequilíbrio e a mantém em seu processo de reprodução e acumulação. O ciclo desarmonioso dos diferentes momentos da produção social avança e cria contradições que se acumulam em decorrência do mesmo. Mesmo na menor atividade exercida sob o

domínio do capital haverá este desequilíbrio. Conforme Marx (2011), o capital persegue de maneira desmedida o trabalho excedente, a produtividade excedente, o consumo excedente etc. (Na concorrência, essa tendência interna do capital aparece como uma coerção interna que lhe é imposta por capital alheio e que o impele para além da proporção correta com um contínuo “Marche, marche!”).

Diante disto nos aproximamos do caótico sociometabolismo do capital incapaz de produzir com proporção e equilíbrio estando orientado para a acumulação e tendo como tendência a concentração e a centralização. Somando-se a isto o fato de não haver coesão entre os momentos da produção, tem-se dissociações que não permitem, por exemplo, adequar a produção às necessidades humanas, mesmo que aquela esteja constantemente acima destas. As necessidades do capital não são as mesmas do trabalho e da classe trabalhadora. Ao capital interessa a produção de cada vez mais mais-valor e isto é inconciliável com uma distribuição que alcance todas as pessoas da sociedade, bem como, com a possibilidade de troca e consumo estendida, pois isto, implica socialização, descentralização e um modo de produção que não esteja voltado para a acumulação.

A falta de coesão ainda nos momentos iniciais da produção torna as contradições internas ao modo capitalista de produção, originadas na sua própria estrutura e no seu funcionamento, não sendo algo que acontece e prejudica o sistema, mas algo que é gerado nos próprios processos do capital. É um sistema que está constantemente engendrando dificuldades para a sua continuidade e isto toma dimensões sempre maiores cada vez que, em um momento de crise, são tomadas medidas que não podem e não tem como solucionar a causa dos problemas, mas apenas fazem com que estes apareçam novamente de forma ainda mais violenta em um movimento crescente de problemas e disfunções estruturais.

Portanto, de acordo com sua natureza, o capital põe um obstáculo para o trabalho e a criação de valor que está em contradição com sua tendência de expandi-los contínua e ilimitadamente. E uma vez que tanto põe um obstáculo que lhe é específico quanto, por outro lado, avança para além de todo obstáculo, o capital é a contradição viva (MARX, 2011).

À medida que o capital tem a contínua necessidade de realizar mais-valor as fraturas, cisões e contradições o acompanham, não há como dissociá-las do seu modo de operação. A criação de defeitos é uma regra sobre a base produtiva controlada pelo capital. O processo de acumulação o direciona para isto. Extração de trabalho excedente, produção de mais-valor, concentração e centralização, que são mecanismos

absolutamente necessários ao desenvolvimento e expansão do capital não poderiam ser desenvolvidos sem a falta de unidade citada por Mészáros. Esse sistema que se utiliza e só pode existir através de um metabolismo produtor de defeitos e desigualdades rege a sociedade moderna, portanto, precisamos expô-lo em nosso exame.

Sabendo da estrutura desarmoniosa e conflituosa do sistema vigente em nossa sociedade é possível identificar fenômenos que resultam da mesma. Pensemos nos baixos salários da classe trabalhadora. Se analisamos apenas este fenômeno fica difícil entender o porquê de não aumentarem, de serem congelados e de não oferecerem à classe trabalhadora a possibilidade plena de subsistência. Voltando-nos para a estrutura do sistema sob o qual vivemos, temos que salário, segundo Marx (2013), é o valor pago ao trabalhador pela venda da sua força de trabalho. Porém, a busca do capital por mais-valor tende sempre a reduzir o tempo de trabalho necessário, ou seja, o tempo de trabalho pelo qual a classe trabalhadora é paga, e aumentar o tempo de trabalho excedente, o tempo de trabalho que cria mais-valor. Este mecanismo gera acumulação para o capital e exploração para a classe trabalhadora. Exploração esta que, por sua vez, não se limita a uma determinada quantidade já que o capital precisa sempre se expandir mais. Com isto, a classe trabalhadora está sempre em desvantagem diante desse modo de funcionamento. É preciso ressaltar que a classe trabalhadora tem o histórico de ter sido e ser expropriada, ou seja, separada dos meios de produção, assim como, dos produtos da produção. Portanto, não há como possibilitar à classe trabalhadora salários condizentes com suas necessidades diante de um sistema que não visa socializar a produção, mas apropriar-se dela em função de sua necessidade de expansão. O próprio salário é uma forma de submeter a classe que trabalha a este mecanismo já que a sua existência implica a total separação daquela de qualquer meio que possibilite a reprodução de sua existência.

Porque o trabalhador encontra as condições objetivas do trabalho separadas dele como capital, e o capitalista encontra o trabalhador privado de propriedade como trabalhador abstrato – a troca se dá entre valor e trabalho vivo –, supõe um processo histórico – por mais que o capital e o trabalho assalariado reproduzam essa relação e a elaborem em sua extensão objetiva, bem como em sua profundidade –, um processo histórico que, como vimos, constitui a gênese do capital e do trabalho assalariado (MARX, 2011, p. 400).

A viabilidade do capital enquanto sistema de controle social depende dessa lógica e dessa estrutura. Ao contrário, sua reprodução não seria possível. É uma determinação essencial do capital criar antagonismos e transformar os momentos da produção em momentos destinados unicamente ao lucro capitalista e passam a atuar não mais regulados pela humanidade em função da sociedade, mas se tornam alheios a estas e desregulados

entre si, daí a origem dos antagonismos e defeitos. Para Marx (2011), o processo de produção, se considerado como dirigido pelo capital em geral, é um obstáculo geral à sua valorização. São contradições que se desenvolvem a partir das categorias internas da produção sob o domínio do capital e que orientadas para a expansão e para a acumulação se tornam fontes de problemas incontroláveis.

O capital durante seu desenvolvimento histórico necessitou criar um ciclo que convergisse para o seu processo de valorização, sendo este seu primeiro e último fim. Consequentemente, a valorização do capital adquiriu posição central e, diante desta, nenhuma outra necessidade pode se tornar prioridade, nem mesmo as humanas. Nesta sociedade capitalista o trabalho, a mercadoria, o valor de uso, o valor de troca, a propriedade, o dinheiro e demais categorias da base produtiva estão postas de modo a possibilitar o processo de valorização do capital. Nesse contexto, foi aberto o espaço para uma produção que se separa das necessidades da sociedade, até o ponto em que a riqueza é autonomizada da sociedade como se não fosse proveniente desta, do trabalho, das relações estabelecidas na mesma. Pelas determinações internas estabelecidas pelo capitalismo o sistema precisa formatar todo sistema produtivo às necessidades de valorização do capital. Por exemplo:

Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se estruturar de maneira antagônica e específica, já que as funções de produção e de controle do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Colocado de forma simples, o sistema do capital - cuja *raison d'être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira. Por outro lado, nem mesmo a ordem feudal instituiu esse tipo de separação radical entre o controle e a produção material. Apesar da completa sujeição política do servo, que o priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de trabalho e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si (MÉSZÁROS, 2011, p. 99).

O capitalismo é o resultado de muitas transformações na produção ao longo da história. Tais transformações revestiram relações e categorias sociais de acordo com a necessidade específica de cada época. A necessidade de nossa época é a da valorização e da acumulação do capital, portanto, as relações e categorias operam com esse objetivo, em um mecanismo que as distancia até mesmo de suas reais funções sociais em função de se tornarem meios de acumular riquezas.

Qualquer particularidade se apaga nas suas relações recíprocas (nesta relação, trata-se apenas do valor de troca em si: do produto geral da circulação social) e do mesmo modo desaparecem todas as relações políticas, patriarcais e outras que resultam do caráter particular da relação destes dois indivíduos. Ambos se comportam um em relação ao outro como pessoas sociais abstratas que, face a face, apenas representam o valor de troca em si. O dinheiro tornou-se o único *nexus rerum* (elo das coisas) que as liga, o dinheiro *sans phrase*. O camponês já não enfrenta o proprietário de bens de raiz na sua qualidade de camponês que possui os seus produtos agrícolas e o seu trabalho, mas como proprietário de dinheiro; a venda, com efeito, despojou o produto do seu valor de uso imediato e por intermédio do processo social tomou esta forma não diferenciada. Do mesmo modo, por seu lado, o proprietário de bens de raiz, que o enfrenta, já não está em relação com um indivíduo de maior ou menor habilidade, produzindo em condições particulares, mas com alguém cujo produto, valor de troca promovido à autonomia, equivalente geral, numa palavra, dinheiro, em nada se distingue do produto de outrem. Assim desaparece a aparente bonomia que caracterizava a transação em sua forma anterior (MARX, 2003, p. 269).

Percebemos que é internamente, em meio às relações do modo de produção capitalista que vão sendo determinadas suas condições e seus desdobramentos. A mercadoria, por exemplo, onde é priorizado o seu valor de troca em detrimento do seu valor de uso, com fins voltados à valorização do capital e, portanto, tornarem-se acessíveis somente por meio da venda, é uma particularidade do modo de produção capitalista. Para Mészáros (2011), quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes da destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante. Desta condição, surge também a contradição de que, na sociedade que está baseada na produção de mercadorias, vivenciamos uma dificuldade de acesso mesmo aos itens mais básicos necessários à manutenção da sobrevivência da humanidade, na qual pessoas precisam procurar comida em caminhões de lixo.

O limite do capital é que todo esse desenvolvimento procede de modo contraditório, e o aprimoramento das forças produtivas, da riqueza universal etc., do conhecimento etc., aparece de tal forma que o próprio indivíduo que trabalha se aliena; se relaciona às condições elaboradas a partir dele não como suas próprias condições, mas como condições de uma riqueza alheia e de sua pobreza (MARX, 2011).

É necessário que se faça saber que a base material objetiva de uma sociedade, a base produtiva na qual são criadas e mantidas as relações que permitem sua existência e manutenção e a dos indivíduos que nela habitam não pode ser separada das demais relações que se estabelecem em outros âmbitos. O que está posto na base produtiva fornece os elementos que serão reproduzidos em todas as esferas de uma sociedade. O ser social não existe separado da sociedade. Esta é uma premissa imperativa quando se busca

compreender a complexa totalidade das relações sociais. O funcionamento e o controle sociometabólico do capital estão atrelados a esta premissa.

No decorrer de toda a história da humanidade e de todos os modos de produção que a acompanharam o homem esteve, de certa forma, ligado aos meios de produção que o permitiam produzir a sua subsistência. Não queremos dizer com isso que as sociedades que antecederam o capitalismo eram sociedades emancipadas na qual os homens usufruíam plenamente do que produziam e podiam regular a produção de forma igualitária. O que queremos ressaltar é o fato de que na base produtiva havia ainda alguma autonomia dos indivíduos no processo de produção e, conseqüentemente, não havia um domínio completo do capital sobre o homem e seu trabalho.

O capital, nessas cidades, era um capital natural, que consistia na habitação, nas ferramentas e na clientela natural e hereditária, e que tinha de ser legado de pai para filho como capital irrealizável, devido ao intercâmbio não desenvolvido e à circulação incompleta. Esse capital não era, como o moderno, calculável em dinheiro e para o qual é indiferente se ele é aplicado em uma ou em outra coisa, mas sim um capital imediatamente ligado ao trabalho determinado do possuidor e inseparável dele; era, nessa medida, um capital estamental (MARX, 2007, p. 54).

O processo de alienação que degradou a vida do trabalhador ao ponto de pobreza e miséria que se mostra para nós hodiernamente foi construído econômica e socialmente através de alterações significativas na base produtiva em diferentes momentos históricos da humanidade. A separação do homem da propriedade, a divisão do trabalho, a manufatura, o surgimento da grande indústria são alguns dos eventos que podem ser citados neste processo que culminou com a total separação do homem da propriedade, do trabalho e do capital que, segundo Marx (2010), para o trabalhador é uma separação mortal, assim como, a fragmentação entre aqueles três.

De um lado, são pressupostos processos históricos que colocaram uma massa de indivíduos de uma nação etc., se não de início na condição de trabalhadores realmente livres, ao menos na de trabalhadores que o são potencialmente, cuja única propriedade é sua capacidade de trabalho e a possibilidade de trocá-la por valores existentes; indivíduos frente aos quais todas as condições objetivas da produção se apresentam como propriedade alheia, como sua não propriedade, mas ao mesmo tempo permutáveis como valores e, em conseqüência, apropriáveis até certo ponto pelo trabalho vivo (MARX, 2011, p. 412).

Destacamos essa separação entre trabalhadores e condições objetivas do trabalho por ser a base sobre a qual passaram a se desenvolver as relações produtivas e sociais a partir de um determinado momento histórico. Desde então, ocorreram vários desdobramentos e modificações no modo de produzir, mas não podemos deixar de perceber que se observarmos o momento histórico de hoje, essa mesma base ainda se

conserva, a condição da classe trabalhadora perante ela é a mesma, a de classe separada das condições objetivas do trabalho. Embora saibamos que outros elementos operam em uma sociedade e que não se pode reduzir todo um modo de produção a esta questão, a enfatizamos por ter sido esta, uma das condições necessárias para o desenvolvimento e manutenção da forma de sociabilidade vigente.

O mesmo processo que contrapõe a massa, na qualidade de trabalhadores livres, às condições objetivas de trabalho, também contrapõe essas condições, na qualidade de capital, aos trabalhadores livres. O processo histórico foi o divórcio dos elementos até então unidos – em consequência, seu resultado não é que um dos elementos desaparece, mas que cada um deles aparece em uma relação negativa com o outro -, o trabalhador livre (potencialmente), de um lado, o capital (potencialmente), do outro. Na mesma medida, o divórcio entre as condições objetivas e as classes que foram transformadas em trabalhadores livres tem de aparecer no polo oposto como uma autonomização dessas mesmas condições (MARX, 2011, p. 413).

Enquanto em épocas nas quais o capital ainda não se encontrava plenamente desenvolvido não havia ainda uma subordinação completa do trabalho e do homem ao capital. Estes não haviam sido ainda totalmente separados das possibilidades de criação e desenvolvimento propiciadas pela relação entre homem e natureza, relação esta que é o cerne do devir humano. Em Lukács (2013), somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.), como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do meramente biológico ao ser social. Corroborando com Marx (2013), que diz o seguinte: o processo de trabalho é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais.

O capital, enquanto modo de controle sociometabólico, encontrou no modo de produção capitalista condições propícias para sua expansão e acumulação. A ruptura com as antigas formas de produção colocou o trabalhador de um lado e o capital de outro, este, corporificado na forma do dinheiro, tornou-se a moeda de sobrevivência. A troca, que em modos de produção anteriores era realizada em função do valor de uso, ou seja, baseada nas necessidades dos indivíduos e não no acúmulo de riquezas, passou a ser possível somente com e através do dinheiro. Não é difícil constatar que o trabalhador, tendo ficado

apenas com sua força de trabalho no processo de acumulação do capital, esteja à margem do movimento que fez com que o capital atingisse o domínio das esferas produtivas e reprodutivas da sociedade capitalista.

Tal domínio, segundo Mészáros (2011), a partir da ruptura entre capital e trabalho e a dominação deste pelo primeiro, foi estabelecido sobre bases antagônicas que só poderiam resultar em contradições estruturais inerentes ao funcionamento do capital e que não podem ser removidas ou suprimidas do mesmo, exatamente pelo fato de que o modo de controle sociometabólico em questão está desde a sua menor unidade constituinte sendo regulado por um metabolismo marcado pela oposição e pela disjunção e, portanto, não se poderia esperar por desdobramentos igualitários em quaisquer das esferas sobre as quais o capital estabeleceu o seu domínio. Ou então, como poderíamos explicar que durante o curso do desenvolvimento da sociedade moderna a história sempre nos conta a mesma polarização: capitalistas de um lado e trabalhadores de outro? Ainda conforme Mészáros, nenhum sistema global deixa de ser explosivo e, em última análise, autodestrutivo se for antagonicamente estruturado até o seu núcleo central.

Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática - em última análise explosiva - da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se estruturar de maneira antagônica e específica, já que as funções de produção e de controle do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos (MÉSZÁROS, 2011, p. 99).

Esse antagonismo estrutural juntamente com a tendência à expansão e à acumulação são elementos que potencializam os efeitos destrutivos do sistema do capital na sociedade capitalista. Imaginemos a acumulação de riquezas acontecendo sobre a base produtiva até aqui descrita, na qual o capitalista encontra-se em poder dos meios de produção expropriados do trabalhador que, por sua vez, possui apenas sua força de trabalho para vender ao capitalista que precisa da mais-valia para reconvertê-la em mais capital, e este é um pressuposto do capital, tendo em vista que se não o fizer não pode dar continuidade ao seu ciclo. Para Marx (2010), a existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de qualquer outra mercadoria, ou seja, o trabalhador não existe para o capital como ser humano, mas apenas como força de trabalho vendável da qual extrai seus ganhos. Sobre o preço pago pela força de trabalho para que o trabalhador possa manter sua existência é relevante considerar a situação da classe trabalhadora tanto na época da acumulação primitiva do capital, como atualmente, quando este alcançou um

desenvolvimento exponencial e, ainda assim, a classe trabalhadora padece tanto quanto em períodos históricos anteriores.

Esse sistema, em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas tem (e deve ter) sua expansão orientada e dirigida pela acumulação. Naturalmente, o que está em questão a este respeito não é um processo delineado pela crescente satisfação das necessidades humanas. Mais exatamente, é a expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder como um modo de reprodução ampliado. O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente — e deve sempre usurpar — o poder de tomar decisões. Este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar, do menor “microcosmo” constitutivo ao “macrocosmo” abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é — e sempre deverá permanecer assim — irreformável e incontrolável (MÉSZÁROS, 2011, p. 5).

A base antagônica do capital que destituiu a classe trabalhadora dos meios de produção impede que esta regule e tenha acesso a produção. A lógica do trabalho assalariado aprisionou a classe trabalhadora e a colocou a serviço do capital, sob pena de perder a vida se não o fizer. É necessário pontuar que tal lógica tem se modificado juntamente com o desenvolvimento do capital, pois, o mecanismo que precariza a força de trabalho e diminui a participação dos trabalhadores no processo produtivo vem minando até mesmo o salário e a possibilidade de venda da força de trabalho. Os trabalhos por aplicativos e em plataformas virtuais, por exemplo, nos dão uma amostra de como o mecanismo de funcionamento do capital gira sempre no sentido do aumento da exploração da classe trabalhadora. Como no modo de produção capitalista o capital está em oposição ao trabalho e à classe trabalhadora, não se pode esperar outro resultado senão os números alarmantes de desemprego, pobreza e fome que se apresentam atualmente em todo o mundo.

O sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura entre 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacional). O resultado é um irremediável sistema “centrífugo”, no qual as partes conflituosas e internamente antagônicas pressionam em muitos sentidos diferentes (MÉSZÁROS, 2011).

Temos com isso, um sistema que aliena de quem produz, ou seja, quem produz não tem acesso ao que é produzido. Quando a classe trabalhadora produz uma mercadoria para a venda está alienando de si o seu produto. Esta é uma necessidade do capital que acaba por produzir massas populacionais desprovidas de tudo. Pensemos nos países invadidos da época das chamadas “colonizações”, ou mesmo, nos países mais

recentemente dominados pelo imperialismo, que tiveram e ainda tem suas riquezas e trabalhadores explorados enquanto vão sendo elevados ao topo das pesquisas indicativas de subdesenvolvimento por conta da lógica capitalista que impede que a classe trabalhadora se aproprie da riqueza produzida.

O metabolismo social do capital, que tem em sua base a expropriação e separação da classe trabalhadora dos meios de produção, tende a alcançar todas as esferas produtivas, em um movimento em círculo e em espiral, como diz Marx, em sentido à sua expansão. Portanto, quanto mais se expande o capital, mais se expande também a base expropriada. Torna-se inevitável a produção da pobreza porque o capital não se expande para socializar a riqueza, mas para acumulá-la. Este modo de funcionamento é que torna possível a sua reprodução.

Em resposta aos que defendiam que o aumento de riqueza, conseqüentemente, significaria a diminuição da pobreza, Marx (2013) escreveu o seguinte: se a classe trabalhadora continua “pobre”, mas agora é “menos pobre” na proporção em que produz um “aumento inebriante de riqueza e poder” para a classe proprietária, isso quer dizer que, em termos relativos, ela continua tão pobre como antes. Se os extremos da pobreza não diminuíram, eles aumentaram, já que aumentaram os extremos da riqueza.

Não se pode falar em diminuição da pobreza enquanto existirem os opostos riqueza e pobreza. Tal concepção torna-se idealista ao passo que tenta transformar em imaginário algo que existe materialmente, uma realidade concreta que não se extingue apenas porque acreditamos que ela possa ser melhorada.

O quadro torna-se ainda mais cruel quando imaginamos a polarização existente – riqueza e pobreza ou capitalistas e trabalhadores – desenvolvendo-se em uma escala cada vez maior e abrangente, como nos diz Mészáros (2011), um sistema voltado para a expansão que encontrou na sociedade capitalista as condições necessárias para intervir contra todos os empecilhos que a obstruíam.

A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou a base nacional da indústria. As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São deslocadas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da Terra. Em vez das necessidades antigas satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos. No lugar da tradicional autossuficiência e do isolamento das nações surge uma

circulação universal, uma interdependência geral entre os países (MARX E ENGELS, 2008, p. 14).

O impulso à expansão que desenvolveu de forma exponencial a produtividade do trabalho e as forças produtivas também aprofundou as contradições estruturais existentes na base da produção. O movimento dialético que superou os escassos modos de produção anteriores também inaugurou uma forma de sociabilidade com uma dinâmica interna que ao mesmo tempo que avançou na produção de riquezas, instituiu a desigualdade como premissa para sua expansão. Neste terreno, ressaltamos os fatos históricos, sociais e econômicos que rebatem correntes que tentam explicar as desigualdades sociais como naturais, não obstante, constam-nos enquanto gênero humano e sociedade, incontáveis construções, descobertas e mudanças que apontam exatamente para o oposto da eterna determinação mantida por qualquer força alheia ao homem, pelo contrário, apontam para mediações realizadas pelo próprio homem, através de sua ação e relação com a natureza. A produção de trabalho excedente e a apropriação deste por uma pequena minoria da população, por exemplo, certamente não acontecem e se mantêm sem que se articulem estruturas concebidas e dirigidas por indivíduos de carne e osso.

O aprofundamento e a manutenção das desigualdades sociais são erigidos de um movimento imanente do capital, enfatizado na sociedade capitalista, e que está relacionado com a própria necessidade de seu sistema e, movido por isso, alienou o trabalho de seus meios de realização, subjugou o valor de uso ao valor de troca e instituiu a mercadoria como ponto nodal de seu funcionamento. A mercadoria a serviço da acumulação deslocou as necessidades humanas do centro da produção e, portanto, tornou secundário aquilo que deveria ser o princípio e o fim do sistema produtivo de uma sociedade, uma vez que são os indivíduos humanos que o movem e o põem em movimento e que sem o dispêndio de força humana não é possível que se sustente quaisquer modos de produção. Nem mesmo o capitalismo com toda a sua inventividade, desenvolvimento da maquinaria e inovação tecnológica tem o poder de anular a atividade humana de sua base produtiva. Isto seria letal para o seu controle sociometabólico. Esta relativização do trabalho humano constitui uma das grandes contradições do capital é um ponto nodal de suas desigualdades.

O desenvolvimento da produtividade do trabalho e a expansão do capital, ambos em um movimento dialético, que elevou a produção a um patamar nunca antes visto na história e que impulsionou a sociedade de mercadorias em sua busca pela acumulação de riquezas, desencadearam, como aponta Marx (2013), uma alteração significativa na

composição do capital, que por sua vez, impacta diretamente nas condições de vida dos indivíduos. Lembremo-nos da interação constante e recíproca entre as unidades particulares e a totalidade na qual estão inseridas que nos permite analisar os desdobramentos históricos, sociais e econômicos não só a partir de um fenômeno aparente e isolado, mas de um conjunto de fatos que mantém uma interrelação contínua.

Sobre a composição do capital temos que:

A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica (MARX, 2013, p. 689).

Para Mészáros (2011), o capital não é simplesmente uma “entidade material”, mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico e, até o presente, a mais poderosa estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar ou perecer, caso não consiga se adaptar. Entendemos com isso a complexidade que envolve todo o processo de dominação do capital, visto que este não surge repentinamente na história, mas pelo contrário, foi se articulando sobre uma base que enredou categorias econômicas e que as fez convergir rumo a acumulação e desdobrou-se em estruturas para a manutenção desta lógica.

Em Marx (2013), o crescimento do capital implica o crescimento de seu componente variável, ou seja, daquele componente que se converte em força de trabalho. Uma parte do mais-valor transformado em capital adicional tem de se reconverter sempre em capital variável ou fundo adicional de trabalho. Este é um pressuposto da acumulação capitalista, já que se refere à utilização da mais-valia como meio para expansão do capital.

Temos, portanto, que a força de trabalho, produtora de mais-valia é uma necessidade vital para o capital, uma vez que foi submetida a este e incorporada à sua composição. O que, por sua vez, acontece através da venda da força de trabalho pelo trabalhador – expropriado dos meios de produção - ao capitalista que se apropriou destes ao longo da acumulação primitiva do capital. Ora, isto já configura a perversa desigualdade deste sistema. No entanto, como a mais-valia é o meio através do qual o capital adiciona mais valor à sua forma inicial, a mais-valia precisa ser sempre mais explorada para atender às demandas do capital. E desde que na sociedade capitalista é o

capital que controla esta relação, o trabalhador é submetido às condições criadas pelos antagonismos desta forma de controle.

Segundo Marx (1985, p. 191) conforme citado por Silva (2015, p. 63), dito de outro modo, para explicar a lei absoluta do modo de produção capitalista, que é a produção da mais-valia, a força de trabalho é comprada pelo capitalista não para satisfazer suas necessidades pessoais (do comprador), mas a finalidade da compra da força de trabalho é para “valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias”.

A tendência do capital à acumulação exige sempre uma quantidade maior de mais-valia a ser explorada, é uma necessidade para a manutenção da composição do capital e para seu pleno funcionamento. A questão implicada aqui é que o capital, com seu cerne expansionista e acumulativo e o desenvolvimento da produtividade do trabalho, está sempre incrementando a sua parte constante enquanto diminui a parte variável, ou seja, a força de trabalho, a fim de obter mais mais-valia com o mínimo de força de trabalho utilizada no processo produtivo. Acontece então, como já mencionamos, que a força de trabalho se torna secundária - o que configura um risco para o próprio sistema capitalista – e vai sendo minimizada na produção.

Neste contexto, fica evidente a precarização que assola a classe trabalhadora. Após ser destituída dos meios de produção, nem mesmo a venda da força de trabalho lhe assegura a sobrevivência, uma vez que o capital, em nome da modernização e do avanço da tecnologia, busca eliminar cada vez mais o trabalho vivo de suas linhas produtivas. Assim mantém o domínio sobre a exploração daqueles trabalhadores que se encontram empregados, cada vez mais precarizados com a retirada dos poucos direitos trabalhistas conseguidos a partir de lutas históricas da classe trabalhadora, e mantém um exército de reserva a ser utilizado ou não conforme as suas flutuações. O decréscimo da massa de trabalho incorporada à produtividade do trabalho ocasionado pelo aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, dos meios de produção - que são por sua vez resultado do trabalho humano – cria uma massa de trabalhadores expropriados, precarizados e pauperizados que materializam a desigualdade estrutural do sistema capitalista. Nos tempos de Marx o filósofo descrevia o seguinte sobre uma parte deste exército de reserva:

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela

proporciona ao capital um depósito de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário (MARX, 2013).

Nada parece tão atual se atentarmos para o grau de exploração e informalização do trabalho com o qual nos deparamos hoje. O número alarmante de trabalhadores com o mínimo ou nenhum direito garantido aumenta vertiginosamente. O subemprego, que nunca foi uma exceção na história do capitalismo, torna-se ainda mais evidente no contexto de crise estrutural do capital quando, segundo Mészáros (2011), o capital não encontra mais margens para deslocar suas contradições e ativa todos os limites absolutos de seu próprio funcionamento, entre eles, os recursos humanos e o desemprego crônico. Este que, segundo Santos (2005), atinge todos os ramos de atividade, disfarçado como “práticas trabalhistas flexíveis” para escamotear a política de fragmentação e precarização da força de trabalho, assim como a maior exploração do trabalho em tempo parcial; em segundo, uma bruta redução do padrão de vida da população trabalhadora, até mesmo daquela parte da população trabalhadora ocupada em tempo integral, considerada imprescindível para atender às exigências operacionais do sistema produtivo.

A agudização das contradições estruturais do capital atinge primeiramente a classe trabalhadora que é o elemento essencial na produção de riquezas, no entanto, na hierarquia capitalista é considerada supérflua.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontra trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (ENGELS, 2010, p. 69).

Como sabemos, por sua própria natureza a relação entre capital e trabalho é a expressão da desigualdade substantiva. Portanto, a contradição do desemprego crescente que faz parte da dinâmica interna do capital traz com ele a produção de uma “dinamite social” no interior da própria estrutura do capital, no sentido que ele mina a estabilidade social fundamental para a reprodução ampliada do capital, trazendo “consequências indesejáveis” a exemplo da taxa de criminalidade entre os jovens e de denúncias violentas de agravos econômicos que podem resultar em graves agitações sociais (SANTOS, 2005, p. 204).

Santos (2005), relata ainda que não foi o eixo da “questão social” que se deslocou apresentando novas formas de pobreza, precariedade, do desemprego em massa, da exclusão, dos desfiliaados, etc., mas a crise estrutural do capital dos anos 70, resultante do seu processo de expansão e acumulação que desencadeia um processo de destruição e desumanização global da sociedade capitalista.

Segundo Silva (2015), para o capital, não importa como o excedente da produção é produzido, mas importa assegurar a sua reprodução do capital, na produção da mais-valia, pela troca do excedente, atendendo aos seus interesses dos capitalistas. A autora relata os efeitos do capitalismo sobre a classe trabalhadora no decorrer de seu desenvolvimento e relata ainda que o próprio Estado, assim como os partidos políticos, busca o fundamento de qualquer mal em todos os lugares, menos no lugar em que efetivamente se encontra, qual seja: na própria natureza do mesmo. Exatamente porque a política impede a disposição em procurar no princípio do Estado, o fundamento dos males sociais e a compreender o princípio geral no atual ordenamento da sociedade, que é a expressão ativa do Estado.

O Estado não provoca equilíbrio nos conflitos, mas defende violentamente os interesses da classe economicamente dominante e transforma essa mesma classe em politicamente dominante. E os interesses da classe dominante política e economicamente são os interesses do capital, que só produz mais contradições. Para a lógica do capital, a exploração capitalista é justa e esse sistema vai se utilizar do campo ideológico para essa justificação, fazendo crer que o trabalhador é pago pelo que vale, por quanto ele é usado numa relação de alienação do trabalho, ou seja, o trabalhador não se reconhece no que produz, pois, a produção não volta para o trabalhador (SILVA, 2015, p. 71).

Dentro dessa lógica, tem-se a necessidade da fragmentação da classe trabalhadora, a precarização do trabalho e da força de trabalho para manter a divisão política da classe trabalhadora. É uma lógica que não há como consertar, pois, essa é sua forma de existência, a própria objetividade do mundo impede a irreversibilidade do capital, ou sua humanização (SILVA, 2015).

Voltando-nos agora para um recorte menor do complexo sistema sociometabólico do capital na sociedade capitalista, para examinar separadamente as unidades de um todo a fim de compreender o movimento de nosso objeto, chegamos à lei geral da acumulação capitalista, na qual Marx discorre sobre a composição do capital e seus desdobramentos na história da classe trabalhadora.

Na esteira de Marx temos que as relações sociais são determinadas pelo modo de produção que rege um período específico da sociedade. Para Hobsbawn (1979), o modo de produção não é a sociedade em sua totalidade, mas a base econômica dela. Sendo a

base ligada à superestrutura da sociedade. Compreendemos, portanto, a necessidade de fazer um exame do movimento econômico do modo de produção capitalista a fim de que possamos chegar ao ponto nodal que nos permitirá explicar com maior clareza e objetividade acerca de nosso estudo.

Inicialmente, nos diz o filósofo:

A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica (MARX, 2013, p. 689).

Segundo Coggiola (1998), o valor do capital constante se mantém inalterado durante o processo de produção. Por outro lado, o capital variável acrescenta valor às mercadorias através do processo de valorização, isto porque, conforme Marx (2013), a capacidade de conservar valor ao mesmo tempo que adiciona valor é um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, um dom que não custa nada ao trabalhador, mas é muito rentável ao capitalista, na medida em que conserva o valor existente do capital. Temos então que o capital variável agrega valor ao processo de produção, o que não é possível para o capital constante, uma vez que este está limitado a produzir somente o valor referente ao seu valor de uso, sem que haja valorização deste último.

Para Marx (2013), o crescimento do capital implica o crescimento de seu componente variável, ou seja, daquele componente que se converte em força de trabalho. Uma parte do mais-valor transformado em capital adicional tem de se reconverter sempre em capital variável ou fundo adicional de trabalho. Este é um pressuposto da acumulação capitalista, já que se refere à utilização da mais-valia como meio para expansão do capital.

E continua o autor:

Supondo que, permanecendo iguais as demais circunstâncias, a composição do capital se mantenha inalterada, ou seja, que para pôr em movimento determinada massa de meios de produção ou de capital constante seja necessária sempre a mesma força de trabalho, é evidente que a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores crescerão proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresça este último (MARX, 2013, p. 689).

Mészáros (2011), afirma que com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação. Se

considerarmos a divisão do trabalho, o desenvolvimento da maquinaria e da indústria, o avanço do mercado e todas as formas pelas quais o capital abre caminho para sua reprodução e o quanto de riqueza este tem acumulado ao longo de seu desenvolvimento, e que para isso, foi sempre necessário o componente do capital denominado variável, ou seja, a força de trabalho, poderíamos então pensar que as condições da classe trabalhadora seriam equivalentes a acumulação do capital. Quanto a isto, Marx (2013) nos reporta que as circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada alteram o caráter fundamental da produção capitalista. E continua:

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalistas de um lado, assalariados de outro –, a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados. A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 2013, p. 690).

A acumulação do capital pressupõe a existência do proletariado, pois, este é a base para manter o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente que, conforme Mézáros (2011), é a *raison d'être* e o modo real de funcionamento do sistema do capital.

Para Marx (2013), o próprio mecanismo do processo de acumulação aumenta, juntamente com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que convertem sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, justamente por isso, têm de perpetuar sua relação de dependência para com o seu próprio produto, personificado no capitalista.

Sobre a inextricável relação do processo de acumulação do capital e seu componente variável, Marx cita nos manuscritos de 1844 que a procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria.

Tendo visto isso, torna-se necessário atentar ao seguinte: a diferença específica da produção capitalista. A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custe ao comprador (MARX, 2013, p. 695). Isto é realizado através da extração do trabalho excedente que se converte em mais-valia. É importante ressaltar que uma parte da mais-valia é convertida em salário (que oculta o trabalho não pago).

Como nos lembra Coggiola (1998), no capitalismo as relações se dão de forma velada. Nos outros modos de produção, como o escravismo e o feudalismo, era claro qual parte da sociedade estava sendo explorada, entretanto, no capitalismo, o processo se esconde sob a forma do salário, dando a entender que o trabalhador recebe por “todo” o seu trabalho.

Do próprio mais-produto crescente desses súditos, crescentemente transformado em capital adicional, reflui para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de modo que podem ampliar o âmbito de seus desfrutes, guarnecer melhor seu fundo de consumo vestuário, mobília, etc. e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Mas assim como a melhoria de vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não suprimem a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco suprimem as do assalariado. O aumento do preço do trabalho, que decorre da acumulação do capital, significa apenas que, na realidade, o tamanho e o peso dos grilhões de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo permitem torná-las menos constringentes (MARX, 2013, p. 695).

A este ponto, precisamos considerar as variações do salário, que estão condicionadas aos momentos de expansão ou contração do capital.

Abstraindo totalmente da elevação do salário, acompanhada de uma baixa do preço do trabalho etc., o aumento dos salários denota, no melhor dos casos, apenas a diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de executar. Tal diminuição jamais pode alcançar o ponto em que ameace o próprio sistema (MARX, 2013).

Marx pressupõe a seguinte alternativa para a elevação do preço do trabalho derivada da acumulação do capital: ou o preço do trabalho continua a subir porque seu aumento não perturba o progresso da acumulação, ou então, a acumulação se afrouxa graças ao preço crescente do trabalho, que embota o acicate do lucro. A acumulação decresce e o preço do trabalho cai novamente para um nível compatível com as necessidades de valorização do capital.

O salário e suas variações são determinados pelo processo de acumulação de capital. Temos, portanto, que

no primeiro caso, não é a diminuição no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população operária que torna excessivo o capital, mas, por outro lado, é o aumento do capital que torna insuficiente a força de trabalho explorável. No segundo caso, não é o aumento no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna insuficiente o capital, mas, ao contrário, é a diminuição do capital que torna excessiva a força de trabalho explorável, ou antes, seu preço (MARX, 2013, p. 696).

A tríade capital, acumulação e salário tem seus efeitos refletidos na quantidade de força de trabalho que será comprada pelo capitalista e, por conseguinte, regula a demanda por trabalhadores e a oferta de trabalho. Por fim, há uma relação intrínseca entre o

trabalho não pago e o trabalho pago da mesma população trabalhadora. O capital requer que o mínimo de trabalho seja pago ao trabalhador, ou seja, o salário não pode aumentar a ponto de ameaçar a quantidade de mais-valia extraída (trabalho não pago), pois de outra forma, seria posto em risco o processo de acumulação. Esta é a lógica imanente ao sistema do capital.

Para Marx (2013), a lei da acumulação capitalista mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada.

Acerca do salário e de suas variações Marx já relatava nos manuscritos econômico-filosóficos o seguinte: na sociedade em situação regressiva, miséria progressiva do trabalhador; na sociedade em situação progressiva, miséria complicada; na sociedade em situação plena, miséria estacionária.

Atentamos aqui para um fato da atualidade, mas que exemplifica bem a questão do salário para o capital: o trabalho por plataformas ou aplicativos digitais. Enquanto por muito tempo preservou-se o salário como meio de garantir a reprodução da força de trabalho para ser absorvida pelo capital, hoje vê-se serem criadas formas de trabalho que já não garantem nem mesmo isso à classe trabalhadora. Em decorrência do desenvolvimento do sistema, da tendência à diminuição do capital variável em sua composição, estas novas formas de trabalho admitem uma total falta de seguridade à classe trabalhadora, enquanto gera lucros ilimitados para o capital. Exclui-se com isso, o pagamento não só do trabalho excedente, parte do trabalho que já não era paga ao trabalhador, mas também o pagamento referente ao trabalho necessário, parte do trabalho que deveria ser paga conforme às necessidades reprodutivas do trabalhador, ou seja, diminuem-se consideravelmente os custos para o capital, que lucra com o trabalho explorado e precarizado. Estas formas de trabalho demonstram o nível de exploração atingida pelo capitalismo. Se era o salário o que encobria as relações de exploração no capitalismo, podemos constatar que estas agora estão expostas com a apropriação de trabalho alheio pelo capital quase que em sua integralidade.

2.1 O processo de acumulação do capital e a relação com as condições de vida da classe trabalhadora

Tendo visto a relação do processo de acumulação com o salário e a composição do capital, Marx realiza então uma análise de como todo o avanço e desenvolvimento da sociedade capitalista influenciou diretamente o crescimento adicional de capital e sua composição através do incremento da produtividade do trabalho. Para o filósofo, no desenvolvimento da acumulação chega-se a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação.

Procuramos aqui de entender como as mudanças ocorridas em consequência do modo de produção capitalista foram modificando paulatinamente desde a composição do capital, a forma de produção e distribuição e a condição dos trabalhadores e como esse movimento próprio do capital contribui para o alargamento das desigualdades, empobrecimento da classe trabalhadora e a criação de uma massa populacional à margem do processo produtivo e a disposição das necessidades do mesmo.

O homem, através do trabalho e ao longo da história, desenvolveu substancialmente os meios de trabalho utilizados para produzir sua existência. A aquisição de novos conhecimentos, o aperfeiçoamento de técnicas, habilidades e o aprimoramento dos processos de trabalho permitiram ao homem criar cada vez mais possibilidades e aumento da sua produtividade e os meios e objetos de trabalho aumentaram nas formas quantitativa e qualitativa. Um grande avanço para o mundo dos homens alcançado através da produtividade do trabalho.

Conforme Marx (2013), o grau social de produtividade do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto durante um tempo dado, com a mesma tensão da força de trabalho. A massa dos meios de produção com que ele opera aumenta com a produtividade do seu trabalho.

Surge então, conforme o filósofo, o duplo papel dos meios de produção, uma vez que estes, tanto se tornam consequência, como condição para a produtividade do trabalho. Não há aumento da produtividade do trabalho sem desenvolvimento dos meios de produção, assim como, com o aumento da produtividade do trabalho, haverá sempre aumento dos meios de produção. Este é um ponto que influencia diretamente na modificação na composição do capital.

Seja ele condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a produtividade crescente do trabalho. O aumento desta última aparece, portanto, na diminuição da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de

produção que ela movimenta ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em comparação com seus fatores objetivos. Essa alteração na composição técnica do capital, o aumento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que a põe em atividade, reflete-se na composição de valor do capital, no aumento do componente constante de valor do capital à custa de seu componente variável (MARX, 2013, p. 699).

Neste ponto é necessário ressaltar a especificidade que envolve o desenvolvimento da produtividade social do trabalho no marco da sociedade capitalista que tem como pressuposto a acumulação de capital nas mãos de capitalistas individuais, sendo esta a base para o desenvolvimento da produtividade do trabalho na forma de sociabilidade citada logo acima.

Sobre o fundamento da produção de mercadorias, na qual os meios de produção são propriedade privada de indivíduos e o trabalhador manual, por conseguinte, ou produz mercadorias de maneira isolada e autônoma, ou vende sua força de trabalho como mercadoria porque lhe faltam os meios para produzir por sua própria conta, as condições para o desenvolvimento da produtividade do trabalho só se realizam mediante o aumento dos capitais individuais ou na medida em que os meios sociais de produção e subsistência se transformam em propriedade privada de capitalistas (MARX, 2013, p. 700).

Para o autor a acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias constitui o pressuposto do modo específico de produção capitalista e constitui seu fundamento histórico.

À medida que desenvolve métodos para extrair mais-valia, a produção capitalista também acumula capital. E quanto mais converte mais-valia em capital, mais avança o processo de produção que, por sua vez, é aprimorado e aperfeiçoado tornando-se alavanca das forças de produção e do aumento da acumulação de capital. Portanto, tem-se uma relação recíproca entre duas forças crescentes, mediada pela extração de mais-valia. Conforme Marx (2013), com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante.

Para Hobsbawm (1979), um aspecto importante da análise marxiana da acumulação capitalista é o destaque particular atribuído à crescente concentração e centralização do capital, enquanto tendência irresistível do processo de acumulação.

Temos que o movimento da concentração à centralização é imanente ao processo de acumulação e que, conforme se desdobra, modifica a composição do capital. Tomando o movimento a partir da concentração, temos em Marx que

cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Juntamente com a massa multiplicada da riqueza que funciona como capital, ela amplia sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social se consome no crescimento de muitos capitais individuais (MARX, 2013, p. 701).

A concentração de capitais individuais decorrente do modo de produção capitalista não é um momento definitivo ou estático, pelo contrário, está em constante movimento. Como o capital está orientado para a expansão e seu funcionamento sócio-metabólico pressupõe uma acumulação sempre maior, os capitais individuais não podem permanecer estagnados. O que acontece é que, da mesma forma que se concentram, os capitais também se dispersam. Dispersão essa que origina novas concentrações de capital. É um movimento contínuo corroborado pelas determinações do capital na sociedade capitalista como, por exemplo, a concorrência.

O movimento de atração e repulsão dos capitais individuais permite ao capital dar um salto para um novo tipo de concentração. Marx (2013) descreve como uma concentração não mais como a concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Trata-se de uma necessidade do capital, um desdobramento imanente ao seu funcionamento. Seguindo o raciocínio de Marx (2013), esse processo se distingue do primeiro pelo fato de pressupor apenas a repartição alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, sem que, portanto, seu terreno de ação esteja limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração.

Acerca disso Hobsbawn (1979), à luz de Marx, cita que

uma técnica mais avançada tendia a acrescer a importância do chamado capital constante com relação ao capital variável e a conferir vantagens concorrenciais às empresas dotadas de um mais amplo estoque de capitais. A incorporação das empresas concorrentes menores por parte das grandes empresas capitalistas, assim como a fusão de várias entidades econômicas num universo complexo, acresciam a força e a vitalidade das grandes empresas e levavam a

uma centralização cada vez maior dos poderes de controle e de decisão no terreno econômico (p. 139).

Na seara da expansão e da produção capitalista os capitais individuais, que crescem às custas da extração de mais-valia, necessitam de cada vez mais capital adicional para manterem-se em funcionamento, e o adquirem aglomerando em seu entorno outros capitais individuais, assim se tornam aglomerados de capitais menores centralizados em um só. Ressalta-se ainda a concorrência, que intensifica a luta por capital adicional e, portanto, aumenta a necessidade de centralizá-lo. Acrescenta-se a isto o crédito que, conforme Marx (2013), em seus primórdios insinua-se sorrateiramente como modesto auxílio da acumulação e, por meio de fios invisíveis, conduz às mãos dos capitalistas individuais e associados recursos monetários que se encontram dispersos pela superfície da sociedade em massas maiores ou menores, mas logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais. Diz ainda o autor que a concorrência e o crédito são as duas alavancas mais poderosas da centralização.

O movimento para a centralização que vai modificando a base de formação do capital social total e o processo de acumulação do capital modifica a sua própria composição, suas totalidades constitutivas e os elementos envolvidos na sua dinâmica de funcionamento. A alteração realizada pelo capital nas formas da produção altera o seu metabolismo. A diferença entre o capital constante e o capital variável é um dos resultados desse movimento que implica diretamente na quantidade de força de trabalho utilizada no processo produtivo.

Os capitais adicionais formados no decorrer da acumulação normal servem de preferencialmente como veículos para a exploração de novos inventos e descobertas, ou aperfeiçoamentos industriais em geral. Com o tempo, porém, também o velho capital chega ao momento em que se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas (MARX, 2013, p. 704).

Por exemplo, a quantidade de mercadoria que um trabalhador produz hoje, em um dia, é significativamente maior do que no período feudal, quando as corporações contavam com meios de produção ainda muito limitados e uma única mercadoria poderia levar semanas para ser produzida. Um trabalhador do período feudal não tinha como produzir nas dimensões do modo de produção capitalista.

Por um lado, o capital adicional formado no decorrer da acumulação atrai, proporcionalmente a seu volume, cada vez menos trabalhadores. Por outro lado, o velho

capital, reproduzido periodicamente numa nova composição repele cada vez mais trabalhadores que ele anteriormente ocupava (MARX, 2013).

A revolução provocada pelo capital ao longo da história nos modos de produção e na sociedade não teria acontecido sem as modificações ocorridas no próprio capital. As interações constantes dos elementos envolvidos na totalidade social não permitiriam isso, do contrário, ainda estaríamos vivendo no período das comunidades primitivas. Desta modificação na composição do capital é que tentamos nos apropriar agora para entender a criação da massa populacional empobrecida que se apresenta aos nossos olhos.

A acumulação do capital que, de início, foi um processo de acumulação que permitiu ao capital desenvolver sua base econômica, os diferentes ramos comerciais e industriais, estender e estabelecer seu modo de funcionamento e que formou uma diversidade de capitais, foi primeiramente um momento de acúmulo quantitativo, um momento que marcou a saída de uma produção muito limitada para uma mais desenvolvida, na qual um conjunto de capitais é formado. Tem-se então um alicerce, o capital social total. Porém, esse momento não foi estático e não se estagnou na história, ele continuou em movimento e a ele se seguiu um processo de centralização dos elementos daquele capital social total. Aqui e ali dois ou três ramos da produção se agrupam formando um novo capital. Com o desenvolvimento atingido por esse processo seria possível reinvestir novamente no conjunto do capital total e voltar a expandir a base. Segundo Marx (2013), alterou qualitativamente a composição do capital. Aqui o filósofo alemão nos fornece uma explicação sobre a alteração que foi surgindo entre a quantidade de capital constante e capital variável. Aquele chama de parte constante os meios utilizados na produção que não criam valor, tal como edifícios, equipamentos, máquinas e etc. A parte variável é aquela que cria valor no processo produtivo, ou seja, a força de trabalho.

Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre as partes constante e variável do capital; se originalmente era de 1;1, agora ela passa a 2;1, 3;1, 4;1, 5;1, 7;1, etc., de modo que, à medida que cresce o capital, em vez de $\frac{1}{2}$ de seu valor total, convertem-se em força de trabalho, progressivamente, apenas, $\frac{1}{3}$, $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{5}$, $\frac{1}{6}$, $\frac{1}{8}$, etc., ao passo que se convertem em meios de produção $\frac{2}{3}$, $\frac{3}{4}$, $\frac{4}{5}$, $\frac{5}{6}$, $\frac{7}{8}$ etc. Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital total, mas por seu componente variável, ela decresce progressivamente com o crescimento do capital total, em vez de, como pressupomos anteriormente, crescer na mesma proporção dele. Essa demanda diminui em relação à grandeza do capital total e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza (MARX, 2013, p. 704).

O processo de acumulação que se converte em centralização, impulsionados pelo aperfeiçoamento da produção criam um movimento que diminui a absorção do capital variável, a força de trabalho, nas unidades produtivas. Esse movimento é dinâmico e crescente. Para absorver a população trabalhadora criada pela diminuição de absorção da força de trabalho, o capital precisa de uma acumulação crescente. Dessa acumulação decorre uma nova expansão da produção - novas máquinas, novas tecnologias, novos incrementos, etc. – que, novamente, reduzem o componente variável do capital, ou seja, a medida que o capital se acumula e se centraliza, também aumenta a população trabalhadora, porém, com cada vez menos possibilidade de vender sua força de trabalho. Esta é uma lógica imanente ao capital que o impossibilita de absorver a força de trabalho. O que Marx nos traz a esta altura nos ajuda a compreender fenômenos como o desemprego, por exemplo, algo sempre presente na sociedade regida pelo capital. As flutuações e aumento crescentes da classe trabalhadora em busca de emprego nada mais são que o resultado dos movimentos de acumulação e expansão do capital. Trata-se de um fato objetivo, explicável e que tem sua gênese no interior do funcionamento sóciometabólico do sistema vigente.

Há aqui outra questão importante de ressaltar.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2013, p. 707).

Portanto, para que o capital realize o seu ciclo de acumulação é necessário a existência de um exército industrial de reserva que possa ser utilizado a cada nova expansão, a cada vez que uma nova esfera da produção se desenvolve, caso contrário, se não houver essa força de trabalho disponível, nem ao menos seria possível tal expansão, uma vez que o capital constante não é capaz de produzir sozinho o mais-valor necessário para o contínuo desenvolvimento da produção. O movimento que foi citado logo acima de formação do capital social total, seguido de sua centralização e nova expansão do capital total, precisa da força de trabalho, do fator humano. A questão aqui é entender que esse movimento também implica contrações e crises do sistema e, neste momento, a superpopulação trabalhadora acaba ficando sem emprego, sem ter como produzir sua subsistência, porque o sistema capitalista não tem como absorvê-la. É um ciclo de

absorção e repulsão do exército de reserva obedecendo às demandas do capital. A partir disso, entendemos que em nosso tempo, quando a centralização prevalece e a tendência ao monopólio se faz mais presente e não há o reinvestimento na base do capital total, nas pequenas indústrias, nos pequenos produtores, etc., e ainda com o avanço dos processos de digitalização e informatização, há cada vez menos possibilidades para a classe trabalhadora, prevalecendo a tendência à sua repulsão das esferas da produção.

A composição do capital só se modificava gradualmente, e à sua acumulação correspondia, no geral, um crescimento proporcional da demanda de trabalho. [...] A expansão súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto da sua contração repentina; esta última, por sua vez, provoca uma nova expansão, a qual é impossível na ausência de material humano disponível, isto é, se o número de trabalhadores não aumenta independente do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo que “libera” constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que reduzem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada.

Ainda conforme Marx (2013), à produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural. Ou seja, para os momentos de crise em que se torna necessária uma nova expansão, o sistema capitalista precisa ter meios de reorganizar a produção, um desses meios é força de trabalho disponível para empregar e colocar novos capitais em movimento. Não seria possível fazer isso apenas com o número de trabalhadores correspondente ao capital em andamento.

Isso nos dá um exemplo de como a tendência do capital a se expandir se torna incontrolável e impõe à sociedade uma modificação que cria contradições que tornam inviável a sobrevivência humana. Um sistema que cresce impulsionado pela acumulação e que tende a tornar tudo supérfluo, inclusive as pessoas, e que na modificação da sua composição produz essa superpopulação que fica submetida aos movimentos do capital. Um sistema que cresce às custas do desenvolvimento social, uma vez que, seu modo de funcionamento requer a classe trabalhadora sob seu controle para assegurar seu modo de reprodução.

Aqui, quando se fala especificamente da mudança na composição do capital, entendemos objetivamente como é produzido esse contingente de pessoas sem trabalho e, conseqüentemente, o quadro de pobreza da classe trabalhadora na sociedade do trabalho assalariado. Se não há trabalho, não há salário e se não há salário, não há

condições de sobrevivência. O aumento do capital constante e a diminuição do capital variável condicionam a criação do desemprego, da pobreza e da degradação da vida humana.

Marx traz ainda outra questão que é a relação da diminuição da quantidade de trabalhadores com o aumento do grau de exploração, uma vez que, o aumento do mais trabalho sem que haja aumento do número de trabalhadores ocupados favorece o processo de acumulação e isto se torna mais uma alavanca para o crescimento do exército industrial de reserva. O aumento da produtividade do trabalho permite alargar a produção sem acréscimo de contratação de trabalhadores. Conforme Marx (2013), o crescimento do capital variável torna-se, então, o índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados. Assim, com o aumento da exploração, o capital encontra uma forma de compensar a diminuição de trabalhadores no processo produtivo.

A produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança com rapidez ainda maior do que a - já acelerada com o progresso da acumulação - revolução técnica do processo de produção e a correspondente redução proporcional da parte variável do capital em relação à parte constante. Se os meios de produção, crescendo em volume e eficiência, tornam-se meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é novamente modificada pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores (MARX, 2013, p. 711).

Compreende-se aqui que o aumento da exploração, do mais trabalho, permite ao capital manter a sua acumulação e, ao mesmo tempo, manter o exército industrial de reserva a sua disposição. A necessidade de sobrevivência, aliada a esse mecanismo do sistema, faz com que a parte dos trabalhadores ocupados aceitem condições de trabalho degradantes a fim de não perder os empregos para a superpopulação desocupada. Não por acaso, no chão de fábrica é comum ouvir a seguinte expressão: se um trabalhador não quer trabalhar, há centenas lá fora querendo. Um mecanismo que gira sempre em favor do capital.

O sobretabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2013, p 711).

Todo esse movimento que decorre da modificação na composição do capital que aumenta o capital constante em relação ao capital variável, que produz o exército

industrial de reserva, que determina a oferta e a demanda de trabalhadores, se desdobra ainda no salário.

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância do ciclo industrial (MARX, 2013).

O que o autor nos traz é que o aumento e a redução do salário não determinam a relação e a diferença entre a população trabalhadora ocupada e o exército de reserva, pelo contrário, a oferta e a demanda destes, por sua vez determinados pelo movimento da composição do capital, é que influenciam nas flutuações do salário. O aumento do salário não determina, por exemplo, o aumento da população trabalhadora ativa. A necessidade de expansão é que o determina através do aumento da demanda por trabalhadores. Aqui percebemos mais uma vez a importância do exército industrial de reserva para o capital, uma vez que, este não só fornece a força de trabalho necessária, como também permite que o salário não se eleve para além das necessidades do capital.

Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões. A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. Ela reduz o campo de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez da exploração e a mania de dominação próprias do capital (MARX, 2013).

É preciso nos atentarmos para um equívoco que pode ser levantado por conta do aumento da produtividade e do capital constante. Podemos ser levados a pensar que, por causa, do aumento daqueles, poderia aumentar também os postos de trabalho, já que há crescimento da produção, porém, o que acontece é o contrário, a redução daqueles postos e, até mesmo, a expulsão de trabalhadores do processo produtivo. Ou seja, tanto não há absorção, como há mais trabalhadores sendo incorporados ao exército de reserva. A tendência é a diminuição dos postos de trabalho e aumento do número de trabalhadores inativos, mesmo com todo o crescimento do capital, pois este cresce para a acumulação e não para fornecer a classe trabalhadora o direito ao trabalho e a existência. A modificação na composição do capital mostra como o capital aumenta em função das coisas, das mercadorias em detrimento da humanidade. Não importa o quanto este sistema se desenvolva, a humanidade tende sempre à exclusão nesse modo de produção. Como nos diz Marx (2013), isso significa, portanto, que o mecanismo da produção capitalista vela para que o aumento absoluto de capital não seja acompanhado de um aumento

correspondente da demanda geral de trabalho e que a demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora.

Ainda segundo o autor, o capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores.

A classe trabalhadora, como resultado essencial da acumulação capitalista, torna-se um exército industrial de reserva pertencente ao capital, sempre à sua disposição, colocando o material humano sempre apto para ser explorado, independente do aumento populacional (PIMENTEL, 2007 *apud* SILVA, 2015).

Engels (2010), também relata os impactos que o advento da revolução industrial e do modo de produção capitalista causaram nas condições de vida da classe trabalhadora.

De acordo com Engels (2010), a revolução industrial modificou todo um modo de produção anterior a ela e transformou a sociedade em seu conjunto – revolução cujo significado só agora começa a ser reconhecido, dizia o autor no século XIX.

Antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência porque o mercado interno – quase o único mercado – era ainda decisivo para a demanda de tecidos e porque o poder esmagador da concorrência, que se desenvolveu mais tarde com a conquista de mercados externos e com o alargamento do comércio, não incidia sensivelmente sobre o salário. A isso se somava um constante crescimento da demanda do mercado interno, ao lado de um diminuto aumento populacional, o que permitia ocupar todos os trabalhadores que, ademais, não concorriam ativamente entre si, dado seu isolamento no campo. Por outra parte, o tecelão às vezes podia economizar e arrendar um pequeno pedaço de terra, que cultivava nas horas livres, escolhidas segundo sua vontade, posto que ele mesmo determinava o tempo e a duração de seu trabalho. É verdade que era um pobre camponês, que lavrava a terra com pouco cuidado e sem grande proveito; mas não era um proletário: tinha um pé na sua pátria, possuía habitação e situava-se num escalão social acima do moderno operário inglês (ENGELS, 2010, p. 46).

Sobre a situação da classe trabalhadora antes da revolução industrial, diz ainda:

Assim, os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo. [...] Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas (ENGELS, 2010, p. 46).

Conforme o autor, sentiam-se à vontade em sua quieta existência vegetativa e, sem a revolução industrial, jamais teriam abandonado essa existência, decerto cômoda e romântica, mais indigna de um ser humano.

De fato, não eram verdadeiramente seres humanos: eram máquinas de trabalho a serviço dos poucos aristocratas que até então haviam dirigido a história; a revolução industrial apenas levou tudo isso às suas consequências extremas, completando a transformação dos trabalhadores em puras e simples máquinas e arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma – mas, precisamente por isso, incitando-os a pensar e exigir uma condição humana (ENGELS, 2010, p. 47).

Segundo Engels (2010), o proletariado surgiu com as máquinas. Com essas invenções, desde então perfeiçoadas ano a ano, decidiu-se nos principais setores da indústria inglesa a vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. Esse processo decorreu em consequências.

Por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda a propriedade e de toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnam aos ingleses proprietários (ENGELS, 2010, p. 50).

O impacto na forma de produzir afeta diretamente as condições de vida da classe trabalhadora não apenas na forma como trabalham, mas mesmo suas condições de sobrevivência.

Morrem de fome, é certo, indivíduos isolados, mas que segurança tem o operário de que amanhã a mesma sorte não o espera? Quem pode garantir-lhe que não perderá o emprego? Quem lhe assegura que amanhã, quando o patrão – com ou sem motivos – o puser na rua, poderá aguentar-se, a si e à sua família, até encontrar outro que “lhe dê o pão”? Quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. O operário sabe que, se hoje possui alguma coisa, não depende dele conservá-la amanhã, sabe que o menor suspiro, o mais simples capricho do patrão, qualquer conjuntura comercial desfavorável podem lança-lo no turbilhão do qual momentaneamente escapou e no qual é difícil, quase impossível, manter-se a tona. Sabe que se hoje tem meios para sobreviver, pode não os ter amanhã (ENGELS, 2010, p. 70).

O autor relata alguns casos acontecidos em decorrência da transformação ocorrida nas cidades quando das circunstâncias da revolução industrial, dentre eles, o seguinte:

Numa quinta-feira, 15 de janeiro de 1844, dois meninos foram levados ao tribunal correccional de Worship Street porque, famintos, haviam roubado numa loja um pedaço de carne bovina meio cozida, que devoraram imediatamente. O juiz sentiu-se no dever de recolher mais informações e

recebeu dos policiais os seguintes esclarecimentos: viúva de um antigo soldado, que depois servira à polícia, a mãe dos meninos, após a morte do marido, vivia na miséria com seus nove filhos. [...] quando a polícia chegou ao lugar, encontrou-a com seis dos filhos literalmente empilhados num pequeno quarto dos fundos da casa, tendo como suas apenas duas cadeiras de vime sem assento, uma mesinha com os pés quebrados, uma xícara partida e um pequeno prato. Não tinha praticamente como fazer fogo, a cama de toda a família era uns poucos trapos e cobertores eram suas próprias roupas em farrapos. A pobre mulher contou que, no ano anterior, vendera a cama para comprar comida; os lençóis, deixara-os empenhados na mercearia – em suma, entregara tudo em troca de pão (ENGELS, 2010, p. 74).

Dentre os elementos da revolução industrial que impactaram a vida da classe trabalhadora, Engels relata a concorrência, que segundo o autor é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa.

Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por tudo e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte. [...] O tecelão que opera um tear mecânico concorre com o tecelão manual; o tecelão manual desempregado ou mal pago concorre com aquele que está desempregado ou é mais bem pago e procura substituí-lo. Essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado. Constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele. Daí os esforços do proletariado para suprimir tal concorrência por meio da associação e daí o furor da burguesia contra essas associações (ENGELS, 2010, p. 118).

Para Engels, o proletariado de direito e de fato, é escravo da burguesia porque é desprovido de tudo – entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão. Aquilo de que o proletariado necessita, só pode obtê-lo dessa burguesia, cujo monopólio é protegido pela força do Estado (ENGELS, 2010, p. 118).

Conforme Engels (2010), a concorrência está sempre puxando os salários para baixo, faz com que o proletariado trabalhe sempre pelo mínimo, em vista que há sempre trabalhadores para ocupar os postos de trabalho. O trabalhador decai à condição de ou ser explorado ou morrer de fome.

Mas, no pior dos casos, o operário para subsistir, preferirá renunciar ao grau de civilidade a que estava habituado: preferirá morar numa pocilga a não ter teto, aceitará farrapos para não andar desnudo, comerá batatas para não morrer de fome. Preferirá, na esperança de dias melhores, aceitar metade do salário a sentar-se silenciosamente numa rua e morrer na frente de todo mundo, como já aconteceu com tantos desempregados. É esse pouco, quase nada, que constitui o mínimo de salário. E se há mais operários que aqueles que à burguesia interessa empregar, se, ao término da luta concorrencial entre eles, ainda resta um contingente sem trabalho, esse contingente deverá morrer de fome, porque o burguês só lhe oferecerá emprego se puder vender com lucro o produto de seu trabalho (ENGELS, 2010, p. 119).

Portanto, segundo Engels (2010), essas indicações nos permitem compreender o que é o mínimo de salário. Já o máximo é definido pela concorrência entre os burgueses. [...] O burguês só pode crescer seu capital pelo comércio ou pela indústria, e nos dois casos, precisa de operários. [...] Nesse sentido, é certo que o burguês precisa do proletário, não para sua existência imediata, mas para seu enriquecimento, na mesma medida em que se tem necessidade de um artigo de comércio ou de uma besta de carga. O autor então nos explica:

O proletário produz para o burguês as mercadorias que este vende com lucro; quando a procura dessas mercadorias aumenta a ponto de os operários, que concorrem entre si, terem todos trabalho e ainda faltarem trabalhadores, a concorrência entre eles cessa e é a vez dos burgueses concorrerem entre si. O capitalista que procura operários sabe muito bem que, com os preços em alta por consequência do aumento da demanda, pode obter lucros maiores e, por isso, preferirá pagar um salário um pouco superior a perder esse ganho.[...] É assim que os capitalistas arranjam operários e o salário aumenta – mas nunca acima do que permite o crescimento da demanda. Se o capitalista, nesse caso tiver de sacrificar alguma parcela de seu lucro ordinário, isto é, médio, ele evitará pagar salários maiores que o salário médio (ENGELS, 2010, p. 120).

E, ainda:

Podemos, então, definir o salário médio. Em condições médias – ou seja, quando nem operários nem capitalistas têm motivos para empreender a concorrência entre si, quando o número de operários é exatamente aquele que pode ser empregado para a produção de mercadorias demandadas -, o salário será um pouco superior ao mínimo. Em quanto o ultrapassará, isso depende das necessidades médias e do grau de civilidade dos operários. Se os operários estão habituados a consumir carne uma vez por semana, os capitalistas deverão resignar-se a pagar-lhes um salário que permita comprar tal alimento; não pagarão menos porque os operários, que não estão concorrendo entre si, não tem motivos para aceitar menos; e não pagarão mais porque, à falta de concorrência entre os capitalistas, não precisam oferecer vantagens adicionais para atrair operários (ENGELS, 2010, p. 120).

Conforme Engels (2010), o proletário torna-se uma mercadoria para o capitalista e, portanto, seu preço aumenta e diminui. Se a procura por operários cresce, seu preço sobe; se diminui, seu preço cai; e se a procura cai a ponto de um certo número de operários não ser vendável, eles ficam como que em estoque e, como não há emprego que lhes forneça meios para subsistir, morrem de fome (ENGELS, 2010, p. 121).

Assim como a demanda de qualquer outra mercadoria! Se há poucos trabalhadores, o preço (isto é, o salário) sobe, os operários vivem melhor, os casamentos se multiplicam, aumentam os nascimentos, cresce o contingente de crianças, até que se produza o número suficiente de operários; se há muitos trabalhadores, o preço cai, vem o desemprego, a miséria, a fome e, em consequência, as epidemias, que varrem a “população supérflua” (ENGELS, 2010, p. 122).

O autor afirma que a população supérflua é produto da concorrência entre os trabalhadores, que obriga cada trabalhador a laborar cotidianamente até o limite de suas forças.

Se um industrial pode empregar dez operários que trabalhem nove horas por dia e a jornada for estendida para dez horas, ele empregara só nove, deixando desocupado o décimo; e, num período em que a procura de operários não for grande, ele pode, ameaçando com a demissão, obriga-los a trabalhar uma hora a mais pelo mesmo salário – desempregando o décimo operário e economizando seus gastos salariais. O que ocorre em pequena escala numa fábrica ocorre em grande escala numa nação. A concorrência recíproca que eleva ao máximo o desempenho de cada trabalhador, a divisão do trabalho, a introdução das máquinas e a utilização das forças naturais provocam o desemprego de um grande número de operários – e esses desempregados já não contam no mercado, não podem comprar nada e conseqüentemente, as mercadorias que antes adquiriam têm reduzida a sua demanda; logo, não é preciso produzi-las e os operários que as fabricavam também são despedidos, deixam de contar no mercado e assim sucessivamente, sempre segundo o mesmo ciclo, ou melhor, seria sempre assim não fosse a intervenção de outros fatores (ENGELS, 2010, p. 122).

Engels (2010), aponta o fato de que, apesar de todo o desenvolvimento da indústria e da demanda por trabalhadores, há a contradição de que a população supérflua não diminui, mas aumenta. Segundo o mesmo, esta contradição deve-se à natureza mesma da indústria e da concorrência, bem como das crises comerciais delas derivadas. Dada a anarquia reinante na moderna produção e distribuição dos meios de subsistência, empreendidas não para a satisfação imediata das necessidades, mas para a obtenção do lucro, e dado o sistema em que cada um trabalha e enriquece sem se preocupar com os outros, é inevitável que a cada instante surjam perturbações (ENGELS, 2010, p. 123).

Portanto, o ciclo citado se repete e de tempos em tempos aparecem as crises. Diz Engels (2010) que, o curso é sempre o mesmo: prosperidade, crise, prosperidade, crise.

De tudo isso resulta que sempre, salvo nos períodos de grande prosperidade, a indústria inglesa tem necessidade de uma reserva de trabalhadores desempregados precisamente para que possa produzir, durante os meses de maior atividade, a massa de mercadorias que o mercado reclama (ENGELS, 2010). E quando não é absorvida, em meio a esse movimento, a classe trabalhadora é submetida a todo tipo de padecimento.

O que resta a essa gente – quando não encontra trabalho e não se dispõe a rebelar-se contra a sociedade – senão mendigar? Não há, pois, porque assombrar-se com o exército de pedintes, a maioria homens em condições de trabalhar, com o qual a polícia está constantemente em guerra. [...] Às vezes, toda a família se instala numa rua movimentada e deixa, sem nenhuma palavra, que o puro e simples espetáculo de sua miséria produza efeitos por si só (ENGELS, 2010).

Não é preciso descrever a miséria que se abate sobre os desempregados durante uma tal crise. O imposto para os pobres é absolutamente insuficiente; a benevolência dos ricos é uma gota de água no mar, cujo efeito desaparece num instante; a mendicância, quando muitos a exercem, serve a poucos. Se os pequenos comerciantes, na medida de suas possibilidades, não abrissem crédito – naturalmente, fazendo-se pagar com generosidade por esse favor mais tarde – aos trabalhadores durante esses e se os mesmos não se ajudassem mutuamente tanto quanto possível, cada crise e a carestia que dela decorre ceifariam, pela fome, massas de “supérfluos”. No entanto, como o período de maior depressão é geralmente breve – dura um ano, no máximo dois anos e meio -, a maioria dos “supérfluos” consegue sobreviver, ao preço de enormes privações. Mas, [...] toda crise provoca imediatamente a morte de uma multidão de pessoas, por doenças (ENGELS, 2010, p. 130).

Até aqui nos foi possível examinar como o desenvolvimento do capital, as transformações no seu modo de funcionamento e a modificação na sua composição tem desdobramentos na formação do exército industrial de reserva e como este exército torna-se um meio para a manutenção da expansão e da acumulação do capital, portanto, uma necessidade deste sistema.

3 A DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE ISTVÁN MÉSZÁROS

Nessa parte buscaremos compreender o que o filósofo húngaro István Mészáros definiu como crise estrutural do capital e suas implicações no atual quadro social. Intentaremos entender a relação da crise com o modo de funcionamento do capital e com os fenômenos que nos são aparentes. Consideramos isto importante para entender também quais os desdobramentos do desenvolvimento histórico das categorias internas do capital e como estas estão postas no nosso tempo, visto que neste há determinações diferentes de modos de produção anteriores.

A crise hodierna que se apresenta precisa ser analisada para além de dados quantitativos que se limitam a estabelecer metas e prazos para a eliminação de fenômenos que não podem ser solucionados com base em ações paliativas que apenas encobrem a sua origem e agudizam cada vez mais seus malefícios para a humanidade. A sociedade voltada para a produção de mercadorias com base na obtenção de mais-valia produziu um quadro no qual, segundo Marx (2013), a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. Mészáros (2011) articula tal quadro à superprodução atingida pela sociedade capitalista e indica estes elementos como fundamentos da crise estrutural que vivenciamos.

Para o filósofo húngaro a superprodução na fase atual do capitalismo constitui um agravante da crise estrutural do capital. Embora o desenvolvimento da produtividade tenha propiciado à humanidade sair da situação de escassez característica de modos de produção anteriores, a apropriação dos produtos resultantes deste desenvolvimento se deu de forma desigual. Com base na estrutura iníqua do capital soergueu-se uma sociedade que, nas palavras de Marx, se apresenta como uma enorme coleção de mercadorias, mas que não atende às necessidades da grande maioria dos indivíduos. Pelo contrário, desperdiça-se como nunca e produz-se com base na fetichização de mercadorias e na taxa de utilização decrescente desconsiderando as reais necessidades humanas. As fábricas produzem incessantemente e os recursos naturais são devastados com o argumento de que é necessário impulsionar a economia para superar a crise.

Para Marx, no devir do capital enquanto sistema orgânico tudo que é posto é também pressuposto. Por exemplo, a mais-valia - extração do trabalho excedente – foi posta pelo capital e é também um pressuposto para sua realização mesmo explorando a força de trabalho dos trabalhadores. O incremento da maquinaria que diminui a quantidade de força de trabalho incorporada ao processo produtivo e elimina o

trabalhador do mesmo é um avanço do sistema capitalista e também um pressuposto para a manutenção da produção de mercadorias para o acúmulo de riquezas. Os grandes monopólios que, em decorrência da tendência à concentração e à centralização, mantêm a riqueza produzida nas mãos de poucos, enquanto a classe trabalhadora é expropriada do que produz, são também algo criado pelo capital e que determinam sua sustentação. Neste sentido, não se pode dissociar a crise do capital daquilo que ele cria e que se torna uma condição de sua existência, ou seja, não se pode explicar um defeito do seu sistema de controle deslocado de sua totalidade.

A crise estrutural expõe aquilo que é criado pelo próprio sistema do capital e que, em virtude do funcionamento do sistema e na tentativa de mantê-lo, é tratado como algo alheio à própria realidade. Tomemos por exemplo a questão do desemprego que se assevera e que coloca cada vez mais trabalhadores submetidos aos trabalhos informais e precarizados, como os do tipo “uberizados”, que não oferecem nenhuma garantia e segurança ao trabalhador. Para o filósofo húngaro Mézáros,

a tentativa de separar os efeitos de suas causas anda de mãos dadas com a igualmente falaciosa prática de atribuir o status de regra a uma exceção. É assim que se pode fazer de conta que não tem a menor importância a miséria e o subdesenvolvimento crônico que necessariamente surgem da dominação e da exploração neocolonial da esmagadora maioria da humanidade por um punhado de países capitalistas – pouco mais do que os componentes do G7. Como diz a lenda oportunista, graças à “modernização” (jamaís realizada) do resto do mundo, a população de todos os países um dia gozará os grandes benefícios do “sistema da livre empresa” (MÉSZÁROS, 2011, p. 39).

Desta forma, compreende-se como o desemprego e o trabalho precarizado podem ser explicados como fenômenos sem relação com a diminuição da incorporação de força de trabalho na esfera da produção econômica. Pode-se assim tratar como falta de iniciativa do trabalhador a falta de meios para que o mesmo produza sua subsistência e, ainda, chamar de empreendedorismo os malabarismos constantes aos quais precisa se submeter para manter sua existência. De encontro a isto, em Marx (2013), temos que a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e de seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.

A produção dessa massa de trabalhadores sem trabalho, desse exército industrial de reserva, como definiu Marx, decorrente do desenvolvimento do capital, é constatável, sobretudo, quando se acirram os efeitos da crise, momentos nos quais o capital precisa se recuperar. Nesses momentos, a taxa de exploração é elevada em proporção direta a quantidade de trabalhadores que perdem seus empregos em decorrência do movimento

que o capital faz para se recuperar. A redução do capital variável, ou seja, da força de trabalho no processo de produção, que já é uma tendência do capital, torna-se ainda mais necessária ao seu sistema.

Os defeitos do sistema do capital não são fatos constatáveis apenas esporadicamente. A continuidade e persistência dos mesmos marcam o aspecto crônico da crise estrutural. Não por acaso, diariamente nos deparamos com o quadro produzido pela sociedade moderna. É da natureza do capital produzir defeitos que atentam contra o seu próprio funcionamento e, conseqüentemente, à humanidade que se encontra subsumida a esta lógica. Neste ponto pretendemos analisar mais detalhadamente a questão da crise estrutural assinalada por Mészáros frente aos desdobramentos mais recentes do capital e da sociedade capitalista. Para o filósofo húngaro,

não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante é que quem sofre todas as conseqüências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade (MÉSZÁROS, 2011, p. 69).

Em seu tempo, Marx e Engels já alertavam para as tendências destrutivas deste modo de produção.

Basta mencionar as crises comerciais que, repetidas periodicamente e cada vez maiores, ameaçam a sociedade burguesa. Nessas crises, grande parte não só da produção, mas também das forças produtivas criadas, é regularmente destruída. Nas crises irrompe uma epidemia social que em épocas anteriores seria considerada um contrassenso – a epidemia da superprodução. A sociedade se vê de repente em uma situação de barbárie momentânea: a fome e uma guerra geral de extermínio parecem cortar todos os suprimentos de meios de subsistência, a indústria e o comércio parecem aniquilados, e por quê? Porque a sociedade possui civilização demais, meios de subsistência demais, indústria e comércio demais. As forças produtivas de que dispõe não servem mais para promover as relações burguesas de propriedade; ao contrário, elas se tornaram poderosas demais para tais relações, sendo obstruídas por elas (MARX E ENGELS, 2008, p. 18).

Porém, o que Mészáros nos aponta é que, por exemplo, nos tempos de Marx e Engels, o capital ainda encontrava margens para as quais poderia mover os defeitos produzidos pelo seu socimetabolismo, os problemas estruturais ainda não haviam chegado ao seu máximo e não impediam que o capital mantivesse o seu ciclo de reprodução. É considerada uma crise estrutural porque os problemas que o sistema produz provém da estrutura do capital e, em determinado ponto, aqueles problemas passam a

afetar esta estrutura a ponto de impedir o seu funcionamento. É um momento no qual cessam as possibilidades de contornar os defeitos porque estes se acumulam e se tornam crônicos e impassíveis de soluções que disfarçam a sua gravidade. Com o agravamento dos defeitos a este ponto, a reprodução do capital não pode se manter.

Hobsbawn (2012), nos diz o seguinte: mas, na verdade, o processo de expansão era, como todos agora reconhecem, curiosamente catastrófico. Violentas quedas, algumas vezes dramáticas e globais, sucediam booms estratosféricos, até que os preços descessem suficientemente para dissipar os mercados retraídos e limpar o campo de empresas falidas, para que então os homens de negócios recomeçassem o investimento e a expansão, renovando desta forma o ciclo.

Conforme Mészáros (2011), a impossibilidade de recomeçar o ciclo através de uma nova expansão caracteriza a crise estrutural do capital, quando o sistema não pode ser mantido e a humanidade passa a sofrer de forma ainda mais severa os resultados de um sistema que desconsidera as necessidades humanas. Tal crise se configura como uma paralisação no ciclo onde não há mais possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas e cessam os meios para tentar reverter os prejuízos causados pelo sistema.

O poder do capital, em suas várias formas de manifestação, embora longe de ter se esgotado, não mais consegue se expandir (MÉSZÁROS, 2011). Em uma sociedade regida pelo capital a auto destrutibilidade deste acaba minando as possibilidades de sobrevivência da humanidade. Não é sustentável um ciclo que impede a sociedade de regular a produção a ponto de não haver saída para a classe trabalhadora quando o ciclo não consegue prosseguir. E mesmo quando este consegue se reconstituir e alcançar um novo período de expansão o que acontece é uma expansão do capital que não contempla as necessidades da sociedade e que não sana os problemas existentes por possuir uma estrutura antagônica que quanto mais se prolonga, mais desequilíbrios produz. A crise estrutural marca a chegada ao limite destes desequilíbrios.

Se pensarmos na forma de reprodução sóciometabólica do capital, poderemos observar que seria inevitável não chegar neste momento, uma vez que o sistema do capital cria antagonismos que atentam contra o seu próprio funcionamento. O desemprego, a pobreza, a precarização do trabalho e a pauperização da classe trabalhadora não foram condições que a sociedade impôs ao capital, mas que o capital impôs à sociedade, condições criadas pelo movimento do capital durante seu desenvolvimento e que, em algum momento, se tornariam incontornáveis. São desdobramentos dos movimentos de acumulação e concentração da riqueza em detrimento das necessidades humanas. Quanto

mais esse antagonismo é prolongado, mais o capital se aproxima de seus limites, tanto no que diz respeito à sua estrutura, quanto à impossibilidade de sobrevivência da humanidade diante da miséria que é produzida.

A apropriação da riqueza por poucos, resultado da tendência à concentração e à centralização do capital, que não atende à demanda de necessidades da grande maioria da população é outro ponto a ser considerado no que tange a crise sistêmica e orgânica que aprofunda as injustiças e barbáries sociais que são produzidas e reproduzidas pela forma de controle sóciometabólico do capital. Essa tendência que tem produzido monopólios e um círculo pequeno no qual a riqueza produzida se acumula nos indica uma fratura no funcionamento do capital, pois, uma vez que retém a riqueza em tal círculo impede que a base produtiva se reconstitua sendo assim impossível manter o ciclo de expansão do capital. O capital funciona com uma base de capitais menores a partir da qual se formam capitais maiores com a junção de dois ou mais capitais da base. A formação dos monopólios compromete esta base e, conseqüentemente, o ciclo de expansão. Observamos isso para pontuar mais um defeito deste sistema que, pelas determinações de seu próprio processo de reprodução, não se sustenta.

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para uma nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves conseqüências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal” (MÉSZÁROS, 2011).

Essa condição cria constante e necessariamente um polo empobrecido na sociedade e isso é tanto um pressuposto, como um fato que determina a insustentabilidade do capital. A produção da pobreza é insuperável neste sistema e à medida que se alastra por todo o globo terrestre, enquanto o capital se restringe a um círculo cada vez menor, denuncia a crise estrutural e a gravidade das mazelas criadas na sociedade regida pelo capital. Não se pode superar a fome de milhões enquanto a riqueza se acumula nas mãos de algumas poucas dezenas de pessoas e há um limite para essa base operacional, a crise estrutural nos mostra isso.

Diante disso, entendemos o impacto que atinge a classe trabalhadora com os limites dos processos de concentração e centralização, visto que são processos que a destituem dos meios de produção, pois, estes se encontram retidos, acumulados em poucas mãos.

Uma contradição que o sistema sóciometabólico do capital cria e não tem como reverter porque é inerente a ele. Não por acaso, estamos diante de um quadro no qual pequenos negócios e mesmo empresas de médio porte estão declarando falência pois não encontram subsídios para se manter em meio à crise. É declarado pelas mídias que isto nada mais é que o efeito da pandemia que vivemos atualmente, porém, analisando o funcionamento do modo de produção vigente podemos compreender que fenômenos desse tipo são o resultado de um sistema que não tem mais como esconder os seus defeitos estruturais porque está atingindo todos os seus limites

3.1 Superprodução e incontrolabilidade: aspectos da crise estrutural do capital

Neste ponto do trabalho recorreremos a Silva (2015) e Santos (2005), autoras da atualidade, que analisam a crise estrutural do capital e suas implicações para o quadro social, tendo como suporte a obra do filósofo húngaro István Mészáros. Buscaremos levantar alguns pontos e fundamentos sobre a crise. Iniciamos pelo trabalho de Silva (2015).

Mészáros (2011, p. 3) apud Silva (2015, p. 115), assinala que já advertia sobre a crise desde os anos idos da década de 1960 e 70, ao afirmar que “os acontecimentos que então se desenrolavam salientavam dramaticamente a intensificação da crise estrutural global do capital”, necessitando, nesse sentido, de importantes mudanças estruturais a fim de alcançar a sustentabilidade da solução.

Nesse sentido, apregoa o autor, devemos analisar o capital em crise seguindo uma abordagem que se “oponha à reprodução social subordinada aos imperativos alienados da produção-do-capital”. De acordo com Mészáros (2011), o capital não tem mais condições de responder aos problemas que ele mesmo gera, só trata das suas consequências, girando em torno de si mesmo, tomando medidas temporárias para os conflitos gerados (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SILVA, 2015).

Conforme Mészáros (2011) *apud* Silva (2015), há uma dupla razão frente a essas preocupações, ao afirmar que “[...] não é mais crível que a disjunção de necessidade e produção-de-riqueza possa sustentar a si própria indefinidamente, mesmo nos países de capitalismo mais avançado e privilegiado”. O autor nos remete à compreensão de que esta vem a ser uma [...] característica necessária da geração de riqueza sob o domínio do capital; ainda menos que possa satisfazer no momento apropriado, (graças a seu

glorificado 'dinamismo') as necessidades mais elementares da vasta maioria da humanidade, que agora tão insensivelmente despreza.

As necessidades humanas, conforme o autor, estão completamente subordinadas à reprodução do valor-de-troca, o que tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início, por interesse da “autorrealização ampliada do capital”, tal subordinação contrasta do “modo mais agudo possível com as práticas produtivas do mundo antigo” (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SILVA, 2015)

As necessidades estão completamente subordinadas à reprodução do valor-de-troca, o que tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início, por interesse da “autorrealização ampliada do capital”, tal subordinação contrasta do “modo mais agudo possível com as práticas produtivas do mundo antigo”. De fato, as mudanças trazidas pela consolidação do domínio do capital como sistema de controle que a tudo absorve, construíram uma reversão radical dos princípios orientadores que caracterizavam a produção na Antiguidade clássica. Nesse período da história, a riqueza não aparece como a finalidade da produção, quem assume o lugar da riqueza é o ser humano. “[...] a riqueza aparece como um fim em si mesma apenas entre os poucos povos comerciais que viviam nos interstícios do mundo antigo, como os judeus na sociedade medieval” (MÉSZÁROS, 2011, *apud* SILVA, 2015).

Mészáros (2011) *apud* Silva (2015), explica a constituição do agudo contraste entre o modo de produção capitalista, orientado para a multiplicação da riqueza material por meio da autoexpansão do valor de troca, e as sociedades que organizaram suas vidas com base em princípios muito diferentes, mesmo quando o papel da troca já fosse bastante significativo no seu intercâmbio metabólico com a natureza. Naquele modo de produção, a organização e a divisão do trabalho eram fundamentalmente diferentes.

Conforme Silva (2015) citando Mészáros (2011), nessa forma de organização, a própria produção independente da divisão do trabalho mediada pelo intercâmbio de mercadorias no conjunto da sociedade indiana, apenas os produtos excedentes transformaram-se em mercadorias. Parte deles, “apenas depois de chegar às mãos do Estado, para o qual flui desde tempos imemoriais um certo quantum como renda natural”. O autor atesta ainda que, conforme definição marxiana, haviam comunidades na Índia que se organizavam como “[...] massa homoganeamente ocupada (...) sustentada a custa de toda a comunidade (...) numa divisão planejada do trabalho, representando o mecanismo comunal.

“Um desafio social e dos mais elevados”, significa, “uma reconstituição qualitativamente diferente e produtivamente mais avançada da unidade há muito perdida das condições orgânica e inorgânica da existência humana” (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SILVA, 2015).

A referência à “unidade da humanidade ativa com as condições naturais inorgânicas da sua troca metabólica com a natureza”, a que Mészáros se refere, é a apropriação da natureza pela humanidade que só poderá se realizar no nível “[...] mais avançado de intercâmbio produtivo com a natureza externa e a natureza interior que se desenvolve historicamente” (MÉSZÁROS, 2011 *apud* silva, 2015).

Conforme Mészáros (2011) *apud* Silva (2015), este ato de reconstituição qualitativamente diferente e produtivamente mais avançada da unidade da natureza externa e da natureza interna, “implica num domínio consciente e a regulação em todos os aspectos benéficos das condições de interação criativa humana”. Um processo que se “desdobra em circunstâncias nas quais a reprodução social não mais é dominada pelo peso da escassez – primeiramente natural, mas, depois, cada vez mais causada pelos homens de forma paradoxal e assustadora”.

Para Silva (2015), como bem afirma o autor em tela, os apologistas do capital, dentre os quais citamos o Banco Mundial, ignoram as realizações problemáticas do sistema do capital, as quais emergem de uma estratégia contraditória, que, ingênua ou assustadoramente, ignoram as exigências da unidade entre o domínio consciente da humanidade com a natureza, ou seja, um domínio humano socialmente viável e as forças da natureza.

A produção com base nas necessidades do capital se orienta para um processo degenerativo da sociedade através de uma inversão entre o que é de fato necessário e o que é supérfluo.

No capital, a humanidade tem como imposição do seu sistema regulador, durante seu desenvolvimento histórico, a produção de riqueza como finalidade, que a tudo absorve. Nesse sistema, há uma concepção reificada da riqueza, que está associada a estruturas materiais e relações igualmente fetichizadas que determinam o sociometabolismo geral em todas as suas dimensões (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SILVA, 2015).

Sob o comando do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como sua propriedade (SILVA, 2015).

Mészáros (2011) *apud* Silva (2015), afirma que o sistema do capital reduz o ser humano ao status de “mera condição material de produção”. O ser humano assim desumanizado perdeu a relação antes estabelecida com a produção e propriedade. Desta forma, assegura-se o domínio do “ter” sobre o “ser” em todas as esferas da vida.

Portanto, de acordo com as análises de Mészáros (2011), diante do cenário de crise da autoexpansão capitalista do valor de troca, se quisermos tratar seriamente dos problemas de desenvolvimento e subdesenvolvimento, visando investigar as condições de uma alternativa socialista viável, é inevitável desafiar os próprios horizontes da riqueza autorreprodutiva do capital. Pois, não há possibilidade de resolução dos problemas de desenvolvimento e subdesenvolvimento no interior do horizonte da riqueza autorreprodutiva do capital, e a adoção de medidas, nesse sentido, podem ser qualificadas como “paliativos temporários” (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SILVA, 2015).

Pensar na redefinição radical da riqueza e da propriedade num novo patamar de sociedade, para além da forma burguesa limitada, é tarefa revolucionária urgente e necessária SILVA, 2015).

Apostar na redefinição da finalidade da produção, considerando as potencialidades positivas das forças de produção, é assumir uma perspectiva contrária à visão que, segundo Mészáros (2011) “[...] divisa várias racionalizações pseudocientíficas das práticas produtivas do capital que evitam a realização das potencialidades positivas, preservando as relações de produção existentes e a divisão do trabalho iníqua, hierárquica” (SILVA, 2015).

A riqueza e a propriedade, quando redefinidos radicalmente, serão baseadas no “pleno desenvolvimento do ser humano”, que ao dominar “[...] plenamente as forças da natureza, bem como dominar a própria força da humanidade”, num “desdobramento completo das potencialidades criativas”, que se aplicam na “[...] produção de sua totalidade, não se reproduzindo a si próprio em uma especificidade” (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SILVA, 2015).

De acordo com Mészáros (2011) *apud* Silva (2015), o absoluto movimento do “vir-a-ser”, na produção da totalidade na luta para não permanecer no “algo que se tornou”, que vai contra o movimento dentro dos moldes da economia burguesa, só terá condições de se realizar no sentido da orientação para a riqueza da produção, que tem assento na teoria de Marx, defendendo “o ser humano como a finalidade da produção, na luta pelo movimento absoluto pelo vir-a-ser”. Significa “[...] a universalidade das necessidades, capacidades, prazeres, forças produtivas (...) do indivíduo”. Ou seja, na autorreprodução dos indivíduos sociais como o fim em-si-mesmo-próprio conscientemente adotado.

Nesse modo de produção capitalista, nem no ato da escolha do que será produzido, nem no ato em si da produção, bem como o resultado desta, nada pertence ao trabalhador, que só é dono da sua força de trabalho, entretanto, ao vendê-la ao capitalista somente a

este se constitui como valor de uso. O capital só funciona com a dupla ruptura, com a apropriação do trabalho excedente da sociedade, que é uma determinação estruturante vital da renovação do sistema do capital. Essa ruptura se converte em “unidade operacional escravizadora de trabalho imensamente poderosa”, a qual, afirma-se a si própria pelas injunções e determinações interconexas do processo de trabalho, por um lado, e pela relação de troca, por outro (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SILVA 2015).

De acordo com os estudos de Silva (2015) a partir de Mézszáros (2011) é no impulso à universalidade “sempre-para-a-expansão”, numa eliminável forma de controle e operação, que o capital superou todas as formas anteriores de produção, que após um longo período de ascensão histórica de expansão desenfreada, que não poderia ser sustentada indefinidamente, o capital “[...] aprofunda os problemas implícitos e se torna contraproducente”.

Para assegurar a sua reprodução, e este é o único objetivo do capital, que este utilizou a “disjunção”, anteriormente mencionada, na qual as barreiras à produção capitalista foram vencidas, “sem se medir as devastadoras implicações para o futuro”, e no processo de “autorreprodução destrutiva em oposição antagônica à produção genuína”. Explicita-se, dessa forma, o lado negativo da produção capitalista, que passa a dominar através dos processos destrutivos do capital, bem como suas contradições internas ao lado da concomitante perdularidade do seu modo de operação, que se colocou em cheque a continuidade do dinamismo produtivo e expansionista sem limites do capital (PANIAGO, 2012 *apud* SILVA, 2015).

Conforme Rabelo; Mendes Segundo; Jimenez e Do Carmo (2012) *apud* Silva (2105), as relações de produção reconfiguradas na dinâmica de autorreprodução ampliada do capital, promovem o deslocamento de sua produção para o desperdício, livrando-se do constrangimento afeto à produção para a satisfação das necessidades humanas a fim de racionalmente, [...] adotar a forma mais radical do desperdício, isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados – como maneira dominante de se livrar do excesso de capital superproduzido.

É o que percebemos quando identificamos o tempo útil dos produtos que possuem pouco tempo de durabilidade para o nosso consumo doméstico, para aqui exemplificar, os eletrodomésticos, os televisores de turbo que se encontram entre os produtos obsoletos, e a qualquer custo devem ser abandonados, pois, mesmo em bom estado de funcionamento, seus usuários já receberam a informação de que os mesmos não receberão mais sinal dentro de pouco tempo; os celulares com suas inovações constantes estão quase

cotidianamente com alguma novidade. Os usuários desses equipamentos não têm tempo suficiente sequer de utilizar todas as funções que o mesmo possui, pois as novidades são constantes no intuito de seduzir o consumidor a adquirir o mais atual equipamento, criando sempre uma nova “necessidade” (SILVA, 2015).

Não importa ao capital se a mercadoria, no contexto de ativação do consumo destrutivo, foi convertida em dinheiro, consumida ou se é destruída, “pois o consumo e destruição vêm a ser equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de realização capitalista” (PANIAGO, 2012, p. 48). Uma vez que a mercadoria é convertida em dinheiro, essa diferença do que se fará com a mesma, o seu “destino” não fará a menor diferença (PANIAGO, 2012 apud SILVA, 2015).

Dessa forma, temos a mais clara demonstração do esgotamento do desenvolvimento histórico desse sistema, em sua exaustão de uma fase histórica. Trata-se de uma inflexão da produtividade para sua dimensão destrutiva, que contrasta com os primórdios do capitalismo. Sua tendência atual ao crescimento da destrutividade, apenas desloca as contradições que constituem a natureza do seu sistema. Tem-se no contexto atual de crise estrutural, a geração de novas contradições, como no caso da taxa de utilização decrescente, na medida em que existe “a identidade estrutural do trabalhador e do consumidor tornam-se inconciliáveis’ o apetite sempre crescente do capital por ‘consumidores de massa’ e a sua ‘necessidade sempre decrescente de trabalho vivo” (PANIAGO, 2012 apud SILVA, 2015).

Traremos agora alguns pontos e contribuições dos estudos de Santos (2005) acerca da crise estrutural do capital.

“O sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação”. Assim, a determinação mais profunda desse sistema pode tornar-se, ao mesmo tempo, “um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica”. Nesses termos, o capital como sistema de controle sociometabólico, “é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta seja na forma basicamente política – no decurso da reprodução expandida da sociedade considerada” (MÉSZÁROS 2011 *apud* SANTOS, 2005).

Conforme Santos (2005), havendo qualquer entrave no interior desse processo de expansão e acumulação, as consequências são avassaladoras, resultando em crises de natureza socioeconômica e política.

Nessas condições, ocorrendo uma crise desse porte, “seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma

de fazer prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo excepcional, em si, como para a humanidade em geral”. Na situação de crise em que vivemos, significa dizer que o capital por sua própria natureza antagônica é incapaz de adaptar-se por muito tempo a ajustes anteriormente utilizados para manter um equilíbrio dentro das “condições de normalidade” de perturbações e bloqueios cíclicos relativamente determinados (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SANTOS, 2005).

Conforme Mézáros (2011) *apud* Santos (2005), “a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural”. Então, não existe nenhum problema em vincular capital à crise, pois “crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”.

Sem dúvida, a crise estrutural reside e emana das três dimensões internas fundamentais do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização”. Para Mézáros, tais dimensões “tendem a se fortalecer e a se ampliar por algum tempo provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada”. Dessa maneira, inicialmente, “as limitações imediatas” de cada uma em particular são superadas devido “à interação” existente entre elas. Assim sendo, “os limites parecem verdadeiramente ser meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital”. Portanto, não pode ocorrer qualquer crise estrutural se este importante processo de “auto-expansão” – que ao mesmo tempo consiste no mecanismo de superar ou deslocar contradições internas – estiver funcionando (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SANTOS, 2005).

A novidade histórica da crise atual reside no fato de que ela apresenta um “caráter universal”, abrangendo todas as esferas do sistema; um “alcance verdadeiramente global” atingindo a totalidade dos países; “uma escala de tempo extensa, contínua” e um “modo rastejante” de se desdobrar (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SANTOS, 2005).

Nos dias atuais, estamos vivendo uma crise estrutural que “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. Além do mais, é por essa razão que “uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo

alternativo”. Assim, [...] “uma crise estrutural não está relacionada com os limites imediatos, mas com os limites últimos de uma estrutura global (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SANTOS, 2005).

No tocante à crise estrutural do capital que estamos experimentando desde os anos 70, na verdade está relacionada a algo mais restrito que as condições absolutas. “Significa simplesmente que tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SANTOS, 2005). Conforme a mesma fonte, assim quando em última análise os interesses de cada dimensão interna deixam de ser idênticos com o das outras, a situação muda radicalmente.

Segundo Mézszáros (2011) *apud* Santos (2005), a partir desse momento, as perturbações e “disfunções” antagonicas ao invés de serem absorvidas/dissipadas, desconcentradas e desarmadas tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de deslocamento das contradições. Desse modo, aquilo com o que nos confrontamos, não é mais simplesmente “disfuncional”, mas potencialmente muito explosivo.

Há ainda a questão do complexo militar industrial a qual Santos (2005) remonta em seu trabalho.

Segundo Mézszáros (2011) *apud* Santos (2005), torna-se inviável a realocação de recursos para a expansão econômica através da “realocação de uma parte importante da despesa militar para medidas e propósitos sociais” Todavia “ a frustração permanente dessas esperanças resulta tanto do imenso peso econômico e do evidente poder estatal do complexo industrial-militar como fato de que este complexo é antes manifestação e efeito do que causa das profundas contradições estruturais do capital “avançado”.

Na medida em que desloca “temporariamente duas poderosas contradições do capital “superdesenvolvido”, o complexo militar-industrial desempenha duas funções essenciais: a primeira consiste na “transferência de uma porção significativa da economia das incontroláveis e traiçoeiras forças do mercado para as águas seguras do altamente lucrativo financiamento estatal”; a segunda é “deslocar as contradições devidas à taxa decrescente de utilização” que se evidenciaram dramaticamente durante as últimas décadas de desenvolvimento nos países de capitalismo avançado” (MÉSZÁROS, 2011 *apud* SANTOS, 2005).

O complexo militar-industrial é mais uma tentativa de deslocar as contradições e o processo autodestrutivo do próprio capital que, porém, não se encerram através de medidas corretivas e reformistas por serem inerentes ao próprio funcionamento do capital.

Para demonstrar o que representa os resultados do capitalismo e sua crise estrutural a partir do que pesquisamos até aqui elaboramos o seguinte quadro com as informações citadas na introdução deste trabalho:

Quadro 1 – Indicadores da desigualdade social no Brasil nos últimos três anos.

	2020	2021	2022
Inflação	9,68%	10,25%	11,89%
Desemprego	13,7 milhões de pessoas desempregadas	14,4 milhões de pessoas desempregadas	11,9 milhões de pessoas desempregadas no primeiro trimestre do ano.
Pessoas vivendo com quantidade de comida insuficiente	116,8 milhões	-	125,2 milhões
Pessoas passando fome	19 milhões	-	33, 1 milhão

Fonte: elaborado pela autora.

Nesta parte, através de Mészáros (2011) e dos trabalhos de Silva (2015) e de Santos (2005), nos foi possível levantar a questão das distorções na produtividade e da impossibilidade de restringir os problemas gerados pelo capital, sendo estas objetividades que apontam para o desenrolar de uma crise estrutural.

4 POBREZA E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS E CONTRADIÇÕES NA ATUALIDADE

Neste capítulo faremos um levantamento documental acerca da declaração de Incheon e dos relatórios de monitoramento global da educação elaborados desde então, de 2016 a 2020, intitulados, respectivamente, como: Educação para as pessoas e o planeta: criar futuros sustentáveis para todos (2016), Responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos (2017/2018), Migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros (2019) e Inclusão e educação: todos sem exceção (2020). Buscaremos fazer isto relacionando o que está posto nestes documentos com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável que é o acordo firmado a partir de 2015 para gerir os problemas sociais e econômicos. Revisitaremos Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015) que já possuem estudos anteriores acerca do movimento Educação Para Todos e de seus desdobramentos para buscar o suporte teórico a fim de realizar as análises deste capítulo.

Importante ressaltar que, assim como a Conferência de Jomtien ocorrida em 1990 e a Conferência de Dakar realizada em 2000, o Fórum mundial de educação de 2015 também faz parte do Movimento Educação para Todos (EPT), que teve seu marco inicial com a conferência de Jomtien e que se propôs, em termos gerais, à melhora e à universalização da educação e “como objetivo último satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos” (UNESCO, 1990).

Jamais testemunharemos um outro momento tão propício à renovação do compromisso com o esforço a longo prazo para satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Tal esforço exigirá, contudo, um muito maior e racional aporte de recursos para a educação básica e capacitação do que tem sido feito até o momento. Todavia, os benefícios advindos deste esforço começarão a ser colhidos de imediato, e crescerão um tanto a cada dia, até a solução dos grandes problemas mundiais que hoje enfrentamos. E isso graças, em grande parte, à determinação e perseverança da comunidade internacional na persecução de sua meta: Educação para Todos (UNESCO, 1990, p. 42).

Conforme Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015),

a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990, foi aprovada por representantes de mais de cem países e Organizações Não Governamentais (ONG's) que, na época, comprometeram-se a aumentar a oferta da educação básica para a população mundial num prazo de 10 anos (2000), fundamentados na ideia de que este nível de ensino seria satisfatório às necessidades básicas de aprendizagem. A própria promoção dessa Conferência representa um marco estratégico do anunciado novo papel que a educação passou a desempenhar, em âmbito mundial, na suposta sustentabilidade dos países envolvidos com a agenda neoliberal.

As autoras consideram essa uma “colossal e prodigiosa tarefa atribuída à educação” e que, conforme Leher (1998) apud Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo, para o Banco Mundial os sistemas de educação e demais instituições públicas (jurídicas e financeiras) podem ajudar a estabelecer as regras e disseminar a confiança na inserção dos países pobres à nova era global, assim como “aliviar a pobreza extrema, manter o capital humano e adaptá-lo às necessidades de um sistema de mercado que contribuem para o crescimento, tanto quanto para a promoção da justiça social como para a sustentabilidade política”.

Sobre os documentos elaborados nas conferências de Educação para todos Dionísio e Da Silva (2012) nos dizem o seguinte:

a partir da leitura dos documentos elaborados nas Conferências, a percepção acerca do tipo de discurso infesto de ideologia na defesa de uma educação como mola propulsora de uma erradicação dos problemas sociais, atuando como um motor, responsável pela interferência direta nas desigualdades sociais, na violência, no machismo, no racismo e até na difusão de grandes epidemias; e a justificativa para esse caráter salvador se daria, primordialmente, pelo fato de que a grande maioria dos indivíduos dos países periféricos não tem acesso à educação, assim, se todos se unissem em nome de uma educação para todos, o desenvolvimento econômico seria alcançado e daria conta de resolver todas as mazelas sociais acima referidas (p. 6).

Para o Banco Mundial, patrocinador do movimento Educação para todos, a educação assume a seguinte posição no desenvolvimento social: a educação é um direito humano, um poderoso motor de desenvolvimento e um dos instrumentos mais fortes para reduzir a pobreza e melhorar a saúde, a igualdade de gênero, a paz e a estabilidade. Proporciona retornos elevados e consistentes em termos de receita e é o fator mais importante para garantir a igualdade de oportunidades (BANCO MUNDIAL, 2021).

Conforme a instituição o complexo da educação tem ainda impacto direto na formação de indivíduos, pois, a educação promove empregos, ganhos, saúde e redução da pobreza. Globalmente, há um aumento de 9% nos ganhos por hora para cada ano extra de escolaridade. Para as sociedades, impulsiona o crescimento econômico de longo prazo, estimula a inovação, fortalece as instituições e promove a coesão social (BANCO MUNDIAL, 2021).

Dessa forma, segundo o Banco mundial, a educação assume a tarefa de desenvolver o capital humano que acabará com a pobreza extrema e no centro desta estratégia está a necessidade de enfrentar a crise de aprendizagem, acabar com a pobreza de aprendizagem e ajudar os jovens a adquirir as habilidades de que precisam para ter sucesso no mundo de hoje.

Sob este enredo, é desenvolvido o movimento Educação para todos, iniciado na década de 90 e que vem acumulando documentos e relatórios desde então, inclusive a declaração de Incheon aqui em destaque.

A declaração de Incheon é um desdobramento do Fórum mundial de educação realizado em Incheon, na Coreia do Sul, no ano de 2015. Segundo a declaração estiveram presentes no fórum ministros, chefes e membros de delegações, chefes de agências e oficiais de organizações multilaterais e bilaterais e representantes da sociedade civil, dos docentes, da juventude e do setor privado. O Fórum foi coordenado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e teve como co-organizadores o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco mundial, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a ONU mulheres e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Na ocasião da aprovação da declaração de Incheon, a UNESCO foi indicada para coordenar as orientações para a Educação 2030, que por sua vez, está orientada para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tais indicações estão afirmadas na declaração de Incheon e Marco de ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 – Assegurar educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Conforme a UNESCO (2015), a declaração reafirmou a visão do movimento global Educação para Todos, iniciado em Jomtien, em 1990, e reiterado em Dakar, em 2000.

Não nos deteremos aqui aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, porém, é necessário lembra-los para que possamos entender a ligação da educação com os mesmos.

Os ODS representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030 (UNICEF, 2021). São o resultado da chamada Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável adotada pelos 193 Estados membros da ONU no ano de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Configuram-se em 17 objetivos com 169 metas que intentam promover a sustentabilidade do planeta até 2030. Segundo a ONU, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

A Agenda 2030 e seus 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável constituem um plano de ações que visa erradicar os problemas econômicos, sociais e ambientais

enfrentados pela humanidade. Criada para dar continuidade aos Objetivos de desenvolvimento do Milênio (ODM), o documento que tem como título Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, propõe um mundo quase utópico a ser alcançado nos próximos nove anos. Ressaltamos aqui que tal superação dos problemas é proposta sem que se toque, em todo o texto do documento, nas origens dos mesmos, sem mencionar suas causas, como se não houvesse todo um modo de produção histórica e socialmente desenvolvido na base social.

A Agenda 2030 constitui-se dos seguintes objetivos: 1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares; 2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6) Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; 7) Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; 8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; 14) Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

É preciso destacar que a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável tem sua base de financiamento definida na Agenda de ação Adis Abeba, documento elaborado na Terceira conferência internacional de financiamento para o desenvolvimento, realizada em julho de 2015, na capital da Etiópia, Adis Abeba. Esta conferência definiu diretrizes

e orientações sobre investimentos para o alcance da Agenda 2030, portanto, são documentos que se encontram atrelados: a Agenda 2030, a Agenda de ação Adis Abeba e a Declaração de Incheon.

Dentre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável está inserido o ODS 4 designado Educação de qualidade – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Neste ODS está posta a relação da agenda da educação para 2030 proposta na declaração de Incheon com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Declaração de Incheon segue as orientações da Agenda 2030 e designa à educação o papel de pilar da construção do mundo sustentável.

Na Agenda 2030 temos que:

nós resolvemos, entre agora e 2030, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais (ONU, 2015, p. 3).

Nesse sentido, no texto da declaração de Incheon temos o seguinte:

Nossa visão é transformar vidas por meio da educação ao reconhecer seu importante papel como principal impulsionador para o desenvolvimento e para o alcance de outros ODS propostos. Comprometemo-nos, em caráter de urgência, com uma agenda de educação única e renovada, que seja holística, ousada e ambiciosa, que não deixe ninguém para trás. Essa nova visão é inteiramente captada pelo ODS 4 “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” e suas metas correspondentes [...] Reafirmamos que a educação é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos. Ela é essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos a educação como elemento-chave para atingirmos o pleno emprego e a erradicação da pobreza. (UNESCO, 2015, p. 1).

Assim, a declaração de Incheon afirma o comprometimento com cinco pontos principais: acesso, inclusão e equidade, igualdade de gênero, qualidade e oportunidades de educação ao longo da vida, insistindo no discurso de que, asseguradas essas condições, a educação poderia transformar o mundo, como nos diz o documento: baseada no legado de Jomtien e Dakar, esta Declaração de Incheon é um compromisso histórico de todos nós com a transformação de vidas por meio de uma nova visão para a educação, com ações ousadas e inovadoras, para que alcancemos nossa ambiciosa meta até 2030

(UNESCO, 2015). A educação plena e universal é considerada, portanto, um objetivo a ser alcançado, bem como, um meio para alcançar os outros dezesseis ODS.

Esquece-se aqui que a educação é, conforme Lukács (2013), um complexo parcial desenvolvido e articulado com a totalidade social e, portanto, qualquer mudança que se proponha, necessariamente, precisa estar associada a uma mudança no complexo fundante, ou seja, no trabalho, na forma como este está posto em uma sociedade. A educação enquanto complexo fundado pelo trabalho é um desdobramento deste e de suas relações e não o contrário e, com isso, reproduz as relações que prevalecem em uma forma de sociabilidade.

Neste ponto, porém, vem à luz objetivamente algo ainda mais importante para nós, a saber, o fato ontológico de que todas as ações, relações etc. – por mais simples que pareçam à primeira vista – sempre são correlações de complexos entre si, sendo que seus elementos conseguem obter eficácia real só enquanto partes integrantes do complexo ao qual pertencem (LUKÁCS, 2013).

Ainda de acordo com o autor,

é igualmente compreensível que os diversos grupos – permanentes ou ocasionais – que se originam da divisão do trabalho tampouco possam existir e funcionar independentemente uns dos outros, sem estar inter-relacionados. Assim sendo, até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o movimento predominante nesse sistema múltiplo de interações (LUKÁCS, 2013, p. 162).

Para Santos (2017), a educação, operando como uma das principais mediações do processo de reprodução da sociedade, não está acima dos condicionamentos econômicos; ao contrário, no limite, subordina-se a eles. O complexo da economia, responsável pela existência humana, apresenta-se como o momento predominante desse processo e, como tal, orienta a definição dos papéis que os indivíduos devem interpretar na arena social, dependendo da classe à qual se vincula.

Como complexo fundado no trabalho que tem como função transmitir os conhecimentos produzidos pela humanidade, reproduz ideias e discursos do modo de produção vigente. É assim que a educação é utilizada como instrumento na manutenção do *status quo* à medida que atende aos desígnios da classe dominante, como por exemplo,

difundindo a ideia de sustentabilidade em um sistema que é insustentável em suas próprias contradições.

A educação perpassada por esse discurso e transmitindo que através de sua universalização é possível superar as mazelas e barbáries sociais, apenas oculta o fato de que estas são produzidas não pela educação, mas pelo modo de produção, pela forma de sociabilidade vigentes. Dessa forma, não compete à educação eliminar problemas que não se originam de sua função ontológica.

Observando o período atual, quando transcorre uma pandemia e no qual, em virtude do isolamento social necessário a preservação da vida e a diminuição das possibilidades de contaminação, a educação assumiu um caráter remoto, percebemos como a desigualdade social se sobrepôs àquele complexo e desvelou a dificuldade de acesso da grande maioria de estudantes a escolas e universidades. De acordo com o UNICEF (2021), em 2020 haviam 5,1 milhões de crianças fora da escola, destes, 3,7 milhões deixaram a escola naquele ano, estando entre as razões a precariedade e a falta de acesso a aparelhos e tecnologias necessárias para a adaptação ao sistema remoto. Conforme o órgão, a exclusão foi maior entre crianças e adolescentes pobres e entre pretos, pardos e indígenas, estes últimos representando 69,3% do total de crianças e adolescentes sem acesso à educação. O que queremos destacar aqui é a imposição do complexo social maior diante do complexo educacional, uma vez que, frente a crise que estamos vivenciando, a educação não pôde responder aos eventos econômicos, sociais e políticos da mesma, mas, pelo contrário, foi impactada pelo alargamento da desigualdade e de seus efeitos neste período. A evasão e a exclusão apenas demonstram a divisão de classes que está socialmente posta e que perpassa o complexo educacional, haja visto ainda que, evasão e exclusão diminuem conforme aumenta a renda familiar, como constatam os dados do UNICEF.

É necessário citar ainda que, diante desse cenário, no Brasil, houve ainda cortes e bloqueios que reduziram a verba destinada à educação pela metade, como podemos verificar no decreto 10.686 de abril de 2021, impactando diretamente a já precarizada educação pública no contexto pandêmico e ataques às agências de fomento à pesquisa atingindo universidades, estudantes e pesquisadores, assim como, programas de bolsas e de permanência. Um capítulo da história da educação no Brasil que tem ficado conhecido como “apagão na educação” pela condução desastrosa de um governo negacionista. E, levando isto em consideração, poderíamos até mesmo falar de um completo desmonte da educação, pelo menos da educação em sentido estrito. Nos dá conta disso a portaria nº

521 de julho de 2021 que direciona a implementação dos currículos do novo ensino médio e dentre as medidas estão a anulação das aulas de biologia, física, química, filosofia, geografia, história e sociologia no último ano do ensino médio. A orientação dos currículos pela portaria está alinhada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, por sua vez está atrelada ao intencionado para a educação pela Agenda 2030 e, conseqüentemente, pela declaração de Incheon.

Para que seja possível apontar as contradições presentes entre a realidade objetiva da educação e o documento aqui em questão é necessário que nos ponhamos a par de alguns acontecimentos das esferas econômicas e sociais já que é necessário nos aproximarmos quanto mais da totalidade de um estado de coisas.

Segundo o relatório do Banco mundial para as Organizações das Nações Unidas (ONU) intitulado Pobreza e prosperidade compartilhada 2018: montando o quebra-cabeça da pobreza, em 2015 o número de pessoas vivendo em extrema pobreza – pessoas que vivem com até US\$ 1,90 por dia - era de 736 milhões. No Brasil, eram 6,9 milhões de pessoas nessas condições. A edição de 2020 do relatório Pobreza e prosperidade compartilhada projetava que, naquele ano, de 88 a 113 milhões de pessoas cairiam abaixo da linha da pobreza extrema, e em 2021, de 26 a 35 milhões de pessoas, resultando numa média de 150 milhões de pessoas a mais abaixo dessa linha – o que, de fato, aconteceu pois são relatadas pela ONU cerca de 160 milhões que caíram abaixo da linha da pobreza - e a estimativa é de que, até 2030, haja uma progressão nessa situação impulsionada, conforme o relatório, pelos efeitos da pandemia de Covid-19, pelas guerras e pelas mudanças climáticas. Segundo a Oxfam (2022), a projeção para este ano é de 860 milhões de pessoas vivendo em pobreza extrema.

Como indicamos na introdução deste trabalho o relatório da FAO chamado O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo, de 2021, aponta que 2,37 bilhões de pessoas não tiveram acesso a alimentação adequada no ano de 2020, um aumento de 320 milhões de pessoas nessa situação em comparação ao ano de 2019. Aumento este igual ao previsto para cinco anos. No Brasil, busca-se por comida em caminhões de lixo e em ossadas descartadas por frigoríficos e supermercados, realidade retratada por Jesus (2014): “fiquei apreensiva, porque eu estava catando papel, andrajosa (...) Depois, não mais quiz falar com ninguém, porque precisava catar papel. Precisava de dinheiro. Eu não tinha dinheiro em casa para comprar pão”. Enquanto isso, o capitalismo que não dispensa nenhuma possibilidade de acumular, trata de lucrar com nossa miséria e põe a venda itens como ossos, peles e produtos de baixa qualidade.

Destarte, Souza (2018) considera que,

Em essência, a fome do modo de produção capitalista é essa submissão imposta para que estas vendam sua força de trabalho a qualquer custo. Está presente em diversas formas de expansão da violência na classe trabalhadora, ora explicitamente causada pelas guerras, ora de forma mascarada pelo mercado. Uma violência que se dá sobre a vida das pessoas, de seus meios necessários à vida, sua terra e os meios de trabalho (ferramentas, sementes, matérias-primas, etc). Todos terão que vender sua força de trabalho e comprando mercadorias para a reprodução do capital. Qualquer forma que saia dessa imposição, que ameace o capital e coloque a reprodução da vida como finalidade última na transformação da natureza histórica, é perseguida, esmagada, isolada e apagada da história para não “contaminar” o capitalismo (p. 100).

E diz ainda, sobre reformas que tentam acabar com a fome, por exemplo, que Uma proposta de mitigação da alimentação numa cidadania que intenta reformar uma sociabilidade fundada na luta de classes; ou seja, é tentar amenizar um sistema sociometabólico cuja consequência essencial é a produção de mais doença e mais fome (SOUZA, 2018).

Essas questões nos remetem a um fato em evidência: a concentração da riqueza. Como a fome e a pobreza poderiam ser erradicadas em um contexto no qual cada vez mais a riqueza produzida está acumulada em poucas mãos?

Conforme o Relatório da desigualdade mundial, de 2022, elaborado pelo World Inequality Lab, que reúne cientistas que estudam a desigualdade no mundo, 76% da riqueza mundial está em posse dos 10% mais ricos do mundo e este grupo se apropria de 52% da renda global enquanto 50% da população fica com 8,5% da renda global. E aponta ainda que

o aumento da riqueza privada foi desigual nos países e no mundo e os multimilionários globais capturaram de forma desproporcional a riqueza global nas últimas décadas: 1% ficou com 38% da riqueza adicional acumulada desde meados da década de 90, enquanto 50% ficou com apenas 2%. Isto decorre da grave desigualdade nas taxas de crescimento entre o topo e os segmentos inferiores da distribuição de riqueza. A riqueza dos indivíduos mais ricos do mundo cresceu de 6 a 9% ao ano desde 1995, enquanto a riqueza média cresceu 3,2% por ano. Desde 1995, a parte da riqueza global possuída por bilionários passou de 1 para mais de 3%. Este aumento foi agravado durante a pandemia de Covid. De fato, 2020 marcou o aumento mais acentuado da riqueza dos bilionários globais já registrada (World Inequality Lab, 2022, p. 13).

De acordo com o site do jornal Folha de São Paulo a fortuna dos bilionários do planeta aumentou em 1 trilhão de dólares durante a pandemia. No Brasil, surgiram 20 novos bilionários, totalizando 65, enquanto 116,8 milhões de pessoas não tiveram acesso a uma alimentação adequada e 19 milhões passavam fome demonstrando o aumento da concentração de renda e riqueza em anos nos quais a classe trabalhadora foi sufocada pelo

desemprego, pela perda de fontes de renda, pela ausência de ações do Estado e pela crise que se asseverou nesse período.

Apontamos, portanto, estas contradições no quadro seguinte.

Quadro 2 – Contradições entre pobreza extrema e concentração de renda.

	2015	2022
Pessoas vivendo em situação de pobreza extrema	736 milhões de pessoas.	Projeção de 860 milhões de pessoas.
Concentração de renda	-	Os 10% mais ricos se apropriam de 52% da renda mundial e 50% da população fica com 8,5%.

Fonte: elaborado pela autora.

Neste contexto, segundo o texto da declaração de Incheon, a educação é reconhecida como elemento chave para atingirmos o pleno emprego e a erradicação da pobreza. O Relatório de monitoramento global da educação de 2016, intitulado Educação para pessoas e para o planeta: criar futuros sustentáveis para todos, relaciona o desemprego com a desigualdade na oferta de educação relatando que

As taxas de desemprego são mais baixas entre os mais educados, principalmente em países mais ricos. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas 55% dos adultos entre 25 e 64 anos com escolaridade menor do que o segundo nível da educação secundária estavam trabalhando em 2013, em comparação com 73% dos adultos da mesma faixa etária que completaram esse nível educacional ou outra forma de educação não terciária, e 83% com alguma qualificação terciária. Em países mais pobres, essa relação é, muitas vezes, mais fraca entre jovens, em uma sugestão de que a oferta de trabalho qualificado é limitada e que os sistemas educacionais não estão equipando os alunos com habilidades relevantes. Reduzir a disparidade na educação pode aumentar o acesso a trabalhos decentes entre os grupos mais desfavorecidos (UNESCO, 2016).

Contudo, desde o ano desta declaração, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica o aumento progressivo do desemprego no Brasil, passando de uma taxa de 9% em 2015 para 14,1% em 2021. O equivalente a 8,6 milhões de desempregados em 2015 e 14,4 milhões em 2021. A nível mundial o relatório Emprego mundial e perspectivas sociais – Tendências 2016, da Organização Mundial do Trabalho (OIT), declara que o desemprego no mundo alcançou o número de 197,1 milhões de pessoas. O mesmo relatório atualizado em 2021 – Emprego mundial e perspectivas

sociais – Tendências 2021 – relata o número de 187 milhões de desempregados em 2019, 220 milhões em 2020 e faz uma estimativa de 205 milhões para 2022.

Nessas condições, o discurso da “visão transformadora e universal” da educação da Declaração de Incheon se depara com a realidade que se impõe. As determinações da crise estrutural que atravessamos perpassam o complexo educacional e o atingem com toda a precarização que é imanente àquela.

O primeiro ponto da declaração de Incheon trata do acesso à educação.

Motivados por nossas conquistas significativas na expansão do acesso à educação nos últimos 15 anos, vamos garantir o fornecimento de educação primária e secundária gratuita, equitativa, de qualidade e com financiamento público por 12 anos, dos quais ao menos nove anos de educação obrigatória, obtendo, assim, resultados relevantes de aprendizagem. Também encorajamos o fornecimento de pelo menos um ano de educação pré-primária de qualidade, gratuita e obrigatória, bem como que todas as crianças tenham acesso a educação, cuidado e desenvolvimento de qualidade na primeira infância. Além disso, comprometemo-nos a proporcionar oportunidades de educação e formação significativas para o grande número de crianças e adolescentes fora da escola que necessitam de medidas imediatas, orientadas e duradouras, de modo a garantir que todas as crianças estejam na escola e aprendendo (UNESCO, 2015, p. 2).

Observando o trecho acima citado podemos verificar a contradição entre o discurso e a realidade concreta descrita pelo UNICEF em 2021 no relatório Cenário da exclusão escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na educação. O intencionado acesso universal tornou-se ainda mais difícil no contexto de pobreza e alargamento das desigualdades sociais. A pandemia que exigiu recursos tecnológicos para a adequação ao modelo remoto fez com que muitos estudantes não pudessem continuar seus estudos em virtude de estarem do lado mais afetado pela miséria crescente: a classe trabalhadora, e por isso, não possuem meios de se manterem estudando. Jovens que precisaram deixar a escola para trabalhar em decorrência do desemprego e da perda da fonte de renda da família durante a pandemia, estudantes do campo que não puderam acompanhar o modelo remoto pela falta de estrutura das escolas de suas localidades e que, segundo o UNICEF (2021), foram os mais atingidos pela exclusão escolar no contexto pandêmico. São fatos que contribuíram para que o acesso à educação se tornasse ainda mais difícil nos últimos dois anos.

Além disto, a própria estrutura social favorece a desigualdade no acesso à educação, conforme a UNESCO (2019),

em todo o mundo, pelo menos 800 milhões de pessoas vivem em favelas. Porém, as definições nacionais e as metodologias das estimativas podem subestimar esse número. Muitos moradores de favelas são migrantes rural-urbanos e não têm acesso a serviços básicos, incluindo a educação pública. O despejo e o reassentamento de moradores de favelas aumentam as taxas de

abandono e reduzem a frequência escolar. Em Bangladesh, em 2016, a taxa de adolescentes com idade escolar para frequentar a escola secundária, mas que estavam fora dela, era duas vezes maior nas favelas do que em outras áreas urbanas (p. 13).

Nesse interím, a meta de universalizar o acesso à educação é ainda perpassada pelos interesses do capital, como demonstra a Agenda de ação Adis Abeba, que incentiva as iniciativas privadas, a manutenção da dívida pública e os financiamentos através de bancos nacionais e internacionais. O discurso da universalização do acesso à educação está atrelado ao lucro do setor privado. Lembremos, por exemplo, o sistema de vouchers, citado no relatório de monitoramento de 2017/2018, que estimula a matrícula de estudantes em escolas particulares. Este movimento acaba, na verdade, por dificultar ainda mais a acessibilidade, visto que, precariza o setor público e alarga ainda mais as desigualdades educacionais.

Nos questionamos ainda sobre a universalização do acesso, pois, a Declaração de Incheon o propõe para a educação primária e secundária, enquanto a Agenda 2030 traz o seguinte: até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade (ONU, 2015). Identificamos com isso, um movimento de mercantilização da educação, quando se intenta cobrar por um serviço que deve ser gratuito em todos os níveis e em uma sociedade onde a grande maioria da população não tem acesso ao básico para sua sobrevivência, neste caso, o estabelecimento dessas metas serviria a classe dominante que pode pagar pela continuidade de seus estudos enquanto à classe trabalhadora é oferecida apenas a educação básica.

Neste contexto, fica evidente a contradição que é propagandear a universalização do acesso em meio a uma sociedade de classes regida pelo capital, a garantia de oferta de educação gratuita e de qualidade para todos e todas é comprometida pelos interesses do modo de produção vigente. O discurso do acesso cai por terra quando o confrontamos com a estrutura social e seu modo de funcionamento.

No Brasil, um país colonizado, invadido, que se ergueu sobre bases escravistas, que teve seus processos educacionais inicialmente pautados pela igreja, através dos jesuítas, e que constituiu uma educação baseada na relação exploradores e explorados, esta construção é ainda agravada, atualmente, por um governo neoliberal, negacionista e que defende abertamente a propriedade privada e os interesses da burguesia. Nesse ínterim, o direito e o acesso à educação ficaram ainda mais restritos. E, considerando que nem

sempre este acesso à educação, pelo menos à educação no sentido estrito, significa acesso ao conhecimento, entendemos que o discurso de tornar o complexo educacional acessível não é certeza de transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade, e neste caso, portanto, torna-se um discurso esvaziado que não garante universalizar o acesso à educação em sua função ontológica. Temos em Santos 2017 que

essas diferenças apresentadas na organização social manifestaram-se claramente nas propostas educacionais que separam uma escola para os pobres e outra para as classes dirigentes. Enquanto a segunda prepara seus descendentes para o comando, para ocupar os melhores cargos e perpetuarem a posse dos bens, à primeira é oferecida uma educação que garante minimamente o conhecimento necessário para o domínio das habilidades indispensáveis ao trabalho produtivo, fundamental para manutenção dos benefícios da elite (p. 51).

Com isto, constatamos que o discurso do acesso à educação precisa estar atrelado a mudança da estrutura social para que possa se configurar em uma possibilidade real de apropriação do complexo educacional por parte de todas as pessoas da sociedade, caso contrário, continuará sendo utilizado como instrumento de poder e opressão pela classe dominante.

O segundo ponto tratado na declaração de Incheon diz respeito a inclusão e equidade, questão também levantada no ODS 4, da agenda 2030 que propõe assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Conforme a declaração

Inclusão e equidade na e por meio da educação são o alicerce de uma agenda de educação transformadora e, assim, comprometemo-nos a enfrentar todas as formas de exclusão e marginalização, bem como disparidades e desigualdades no acesso, na participação e nos resultados de aprendizagem. Nenhuma meta de educação deverá ser considerada cumprida a menos que tenha sido atingida por todos. Portanto, comprometemo-nos a fazer mudanças necessárias nas políticas de educação e a concentrar nossos esforços nos mais desfavorecidos, especialmente aqueles com deficiências, a fim de assegurar que ninguém seja deixado para trás (UNESCO, 2015, p. 2).

No documento há ainda o tocante a questão da igualdade de gênero que diz o seguinte:

Reconhecemos a importância da igualdade de gênero para alcançar o direito à educação para todos. Dessa forma, estamos empenhados em apoiar políticas, planejamentos e ambientes de aprendizagem sensíveis ao gênero; em incorporar questões de gênero na formação de professores e no currículo; e em eliminar das escolas a discriminação e a violência de gênero (UNESCO, 2015).

Inicialmente notamos a contradição do que diz o documento com o que está posto nos acontecimentos recentes, haja visto que mais acima apontamos dados que

demonstram a desigualdade social que nos assola e como essa tem se desdobrado na educação. Porém, nos detivemos naqueles dados à perspectiva de opressão de classe, ou seja, como a divisão de classes e suas opressões afetam sempre mais a classe explorada, a classe trabalhadora. No entanto, há ainda outras opressões que atravessam a sociedade e fazem com que uma parcela da população seja atingida por outras opressões além das opressões de classe. As opressões de cor, raça, etnia e de gênero fazem com que, por exemplo, pessoas negras, povos indígenas, quilombolas, imigrantes, a comunidade LGBTQIA+ e as mulheres sofram ainda mais com as desigualdades postas, pois torna-se mais difícil para estes grupos acessar e ocupar lugares historicamente tomados pela classe dominante.

Percebemos que o texto da declaração de Incheon não menciona estes grupos, somente se refere às pessoas desfavorecidas e às pessoas com deficiência. Na Agenda 2030, dentre as metas do ODS 4, são citadas as disparidades de gênero, pessoas mais vulneráveis, pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade. No Relatório de monitoramento global da educação intitulado Inclusão e Educação: todos sem exceção, de 2020, é possível notar até mesmo uma desqualificação da inclusão quando relata que a educação inclusiva deveria servir a todos sem distinções desconsiderando as desigualdades históricas no acesso à educação. Porém, nestes documentos não há especificações sobre as razões pelas quais e como alguns grupos são mais atingidos que outros pelas desigualdades no sistema educacional. Relatamos isto por considerarmos importante sempre destacar a existência desses grupos, de todos e todas que são invisibilizadas pela sociedade e pelo sistema educacional, para que então possa-se falar de igualdade e equidade na educação.

Sabendo disso e diante do discurso de igualdade e equidade na educação, apontamos alguns fatos.

Como vimos acima, a declaração de Incheon se refere minimamente às pessoas com deficiência, porém, nem mesmo este grupo é contemplado com políticas inclusivas de educação, mesmo sendo o grupo que mais frequentemente é inscrito nestas políticas. Atentemos a tentativa de sancionar o decreto 10.502 de 2020 que instituiria a política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. A proposta para o decreto 10.502 trazia, dentre outras, as seguintes considerações:

política de educação com aprendizado ao longo da vida - conjunto de medidas planejadas e implementadas para garantir oportunidades de desenvolvimento e aprendizado ao longo da existência do educando, com a percepção de que a educação não acontece apenas no âmbito escolar, e de que o aprendizado pode

ocorrer em outros momentos e contextos, formais ou informais, planejados ou casuais, em um processo ininterrupto (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2020).

E, ainda, que deveriam ser instituídas

escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos; classes especializadas - classes organizadas em escolas regulares inclusivas, com acessibilidade de arquitetura, equipamentos, mobiliário, projeto pedagógico e material didático, planejados com vistas ao atendimento das especificidades do público ao qual são destinadas, e que devem ser regidas por profissionais qualificados para o cumprimento de sua finalidade (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2020).

Como vemos, o documento que se proporia a criar políticas educacionais de inclusão, acabaria por possibilitar um índice ainda maior de exclusão das pessoas com deficiência à medida que instituiria um movimento de segregação, já que escolas e classes separadas para aquelas pessoas não contribui para um real processo de socialização e, conseqüentemente, de inclusão. Além do mais, não cria um espaço para que as necessidades das pessoas com deficiência sejam conhecidas e para que a sociedade possa atende-las. Dizer que o grupo em questão pode não se beneficiar de escolas regulares inclusivas significa limitar suas capacidades e potencialidades, assim como, restringir suas possibilidades de desenvolvimento.

O pretendido decreto não chegou a ser sancionado por ser considerado inconstitucional no que diz respeito às políticas educacionais de inclusão. O relatamos aqui a fim de demonstrar a dificuldade de se alcançar igualdade e equidade frente a uma sociedade excludente e que tenta criar aparatos e dispositivos legais que legitimam a exclusão.

Sobre as opressões de cor, raça e etnia e como estas influenciam o acesso e a inclusão de alguns grupos aos espaços educacionais, pontuamos o que diz o UNICEF (2021).

Crianças e adolescentes pretas (os), pardas (os) e indígenas são as (os) mais atingidas (os) pela exclusão escolar. Juntos, elas (es) somam mais de 70% entre aquelas (es) que estão fora da escola. É sabido que suas trajetórias escolares também são marcadas pela exclusão: as reprovações e a distorção idade-série incidem sobre negras (os) e indígenas muito mais do que sobre brancos. Não é surpreendente constatar que essas parcelas da população estejam mais fora da escola do que a população branca. Em números absolutos, crianças e adolescentes de 4 a 17 anos autodeclaradas (os) pretas (os), pardas (os) e indígenas excluídos da escola somam 781.577, correspondendo a 71,3% de crianças e adolescentes fora da escola (p. 26).

Também é preciso citar que a população negra, por exemplo, é ainda perpassada de forma mais grave pela desigualdade social. De acordo com a agência de notícias Folha Press,

Ao se considerar os brasileiros brancos que estão nos 10% do topo da pirâmide (tanto os homens quanto as mulheres), eles representam 6,9% da população total, mas ficam com 41,6% da renda total, enquanto todas as pessoas negras, que são 53,8% da população, ganham 35% da renda total. Além disso, sete em cada dez brasileiros mais pobres são negros. Eles representam 70% do décimo mais pobre da população, ou seja, os 10% com os menores rendimentos (FOLHA PRESS, 2021).

A agência ainda informa que os dados também apontam que os adultos brancos que integram os 10% do topo — pouco mais de 8,6 milhões de pessoas — ficam com 41,6% de toda a renda. Esse montante é mais de sete pontos percentuais superior à renda de todos os adultos negros (35%), o que representa mais de 67,7 milhões de pessoas (FOLHA PRESS, 2021).

Logo, vemos a disparidade social e racial refletida na educação. A lógica capitalista e os processos históricos de escravização são o aporte para entendermos como isso se constituiu e como esses processos perpassaram a educação brasileira. Portanto, é importante contextualizar o discurso de igualdade e equidade em meio a essa lógica e a esses processos para não cairmos na ideia de que os processos educacionais estão facilmente disponíveis para todas as pessoas e estas apenas não se esforçaram para apropriar-se deles.

Embora os dados demonstrem uma situação real e que perdura na educação, consideramos importante enfatizar que, mesmo diante disso, não há referências às questões raciais e indígenas em nenhuma meta do ODS 4, da agenda 2030, assim como, também não há citações sobre essas questões na declaração de Incheon e, muito embora, essas questões sejam citadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a educação no Brasil, percebemos também um certo esvaziamento quanto ao tratamento da diversidade e da inclusão, bem como nos documentos de referência, uma vez que o objetivo daquele documento se baseia na formação de competências e habilidades e não em uma educação para a emancipação humana, portanto, não tem como prioridade trazer à tona a história dos povos com o fim de desvelar e eliminar as opressões e explorações da sociedade capitalista. Tomamos nota disto por entender que, em documentos que tentam direcionar políticas educacionais baseadas em igualdade e equidade, é uma contradição que não sejam mencionados povos que historicamente sofreram de forma mais severa as exclusões impostas pela sociedade de classes e suas opressões.

Entendemos que negar isto significa manter os processos excludentes que tornam as possibilidades ainda mais difíceis e desiguais para os povos aqui citados.

No tocante a igualdade de gênero mencionada na Declaração de Incheon e que é também um desdobramento da Agenda 2030 – e do ODS 5 - naquele documento, contrapomos as informações do relatório World Inequality report 2022, que aponta que na Ásia, Europa, América Latina, África sub-sahariana e países árabes entre a população com 25 anos ou mais, as mulheres são as que menos tiveram acesso à educação secundária, e que as mulheres também tem menor taxa de participação nas relações de trabalho, na política e, em 2020, ainda ganhavam duas vezes menos que os homens. Conforme o UNICEF (2021), no Brasil, o número de meninas fora da escola na etapa do ensino médio é menor que o número de meninos.

O relatório de monitoramento global da educação intitulado Migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros, do ano de 2019, indica que

Em 2012, cerca de 17,2 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos desempenhavam algum trabalho doméstico, pago ou não, na residência de um empregador. Dois terços deles eram meninas. Por exemplo, em Lima, no Peru, as meninas jovens consideram o trabalho doméstico como uma forma de deixar as zonas rurais e continuar sua instrução, mas sua carga de trabalho, muitas vezes, as impossibilita de frequentar a escola. O apadrinhamento é uma estratégia comum em muitos países africanos. Quase 10% das crianças senegalesas são apadrinhadas. Os meninos têm mais chances de serem enviados a famílias que dão maior ênfase à educação, e acabam tendo um nível educacional superior ao de seus irmãos; por outro lado, as meninas têm quase quatro vezes mais chances de ajudar nas tarefas da família hospedeira e, assim, menos chances de serem adotadas por motivos educacionais (UNESCO, 2019, p. 11).

O que nos aparece é a dificuldade de acesso de mulheres aos espaços sociais, de trabalho e educacionais, ou seja, a desigualdade de gênero que impede mulheres de ascenderem tanto quanto os homens. Engels (1984), explica que, em um determinado momento da história, quando da mudança na forma de propriedade e do surgimento da sociedade patriarcal, as mulheres foram excluídas do processo produtivo, sendo designadas a elas funções que passaram a ser consideradas de menor importância social. Posto isto, a sociedade se organizou em uma estrutura patriarcal, na qual os homens foram sendo colocados como dirigentes de postos e cargos importantes. Portanto, pode-se dizer que a desigualdade de gênero tem sua gênese na estruturação de uma sociedade baseada no domínio dos homens. Com isto, não pode ser superada através da educação, principalmente, porque nos documentos oficiais, as raízes da questão não são levantadas. Se considerarmos ainda os assuntos referentes à comunidade LGBTQIA+, notaremos que estes não são nem sequer mencionados no ODS 5, da Agenda 2030, – que objetiva a

igualdade de gênero e o empoderamento feminino -, na Declaração de Incheon e na BNCC, esta, que segue as diretrizes daqueles documentos. Apesar de ser um elemento importante, o tema LGBTQIA+ não é incluído nestes documentos, que se restringem apenas a propor a igualdade entre meninos e meninas.

Diante destas contradições, apontamos o que diz a Agenda de Ação Adis Abeba: reafirmamos que alcançar a igualdade de gênero, empoderar todas as mulheres e meninas, e a plena realização de seus direitos humanos são essenciais para alcançar desenvolvimento econômico inclusivo e equitativo e desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Estamos comprometidos com a igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e meninas em tomada de decisão política e econômica e alocação de recursos para remover quaisquer barreiras que impeçam as mulheres de serem participantes plenas na economia. Nós resolvemos empreender reformas legislativas e administrativas para dar às mulheres igualdade de direitos com os homens aos recursos econômicos, incluindo o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, crédito, herança, recursos naturais e nova tecnologia apropriada. Incentivamos ainda o setor privado a contribuir para promover a igualdade de gênero por meio do esforço para garantir o pleno emprego e trabalho decente, salário igual para trabalho igual ou trabalho de igual valor e igualdade de oportunidades, bem como protegê-las contra a discriminação e abuso em local de trabalho [...] incentivaremos maiores investimentos em empresas e negócios de propriedade de mulheres (ONU, 2015, p. 14).

E segue com o discurso inclusivo:

Reconhecemos a importância de alcançar o desenvolvimento sustentável de oferecer educação de qualidade para todas as meninas e meninos. Isso exigirá alcançar as crianças que vivem em extrema pobreza, crianças com deficiência, crianças migrantes e refugiadas e aquelas em situações de conflito e pós-conflito, e proporcionando segurança, não-violência, ambientes de aprendizagem inclusivos e eficazes para todos. Aumentaremos os investimentos e cooperação internacional para permitir que todas as crianças concluam a educação infantil, primária e secundária, gratuita, equitativa, inclusiva e de qualidade (ONU, 2015).

Logo adiante, cita o comércio como “motor para o crescimento econômico inclusivo” e aponta a necessidade de uma “força de trabalho educada” para impulsionar o comércio. Na relação que está posta, inclusão, equidade e igualdade estão vinculadas aos interesses do capital, vemos isto, por exemplo, no incentivo a que as mulheres desenvolvam as ditas habilidades para o mercado de trabalho, o que é muito conveniente para um sistema em crise, no qual as mulheres são as mais atingidas pelo desemprego e pela falta de renda.

Outro ponto abordado na Declaração de Incheon é a qualidade na educação que, aliás, é um ponto recorrente do movimento Educação Para Todos e, segundo Rabelo,

Jimenez e Mendes Segundo (2015), aparece em documentos elaborados desde a Conferência de Jomtien, na Tailândia, em 1990.

No texto de Incheon temos que a qualidade está relacionada com a melhoria dos resultados de aprendizagem, a avaliação dos resultados de aprendizagem e de mecanismos para medir o progresso (UNESCO, 2015).

É importante ressaltar a relação existente entre resultados e ajuda internacional na lógica do Movimento Educação Para Todos. Segundo o relatório da UNESCO 2017/2018, a Declaração de Paris sobre a Efetividade da Ajuda ao Desenvolvimento, de 2005, foi um esforço para aumentar a responsabilização dos doadores e dos países parceiros perante os cidadãos e as legislaturas. Um de seus compromissos foi aumentar a gestão com base em resultados. O “pagamento por resultados” faz parte dessa lógica que, idealmente, concede mais autonomia aos beneficiários e afasta-se dos processos.

Os programas com base em resultados concentram-se em conclusões e impactos, ao contrário das maneiras mais antigas de condicionalidade, que atrelavam a assistência à adoção de políticas. Eles apresentam muitas formas. O financiamento do Programa por Resultados do Banco Mundial vincula os gastos diretamente com os resultados (UNESCO, 2017), ou seja, há uma desobrigação da criação de políticas para o avanço e manutenção dos processos educacionais.

Pode-se compreender a partir disto a lógica de avaliação e a busca pela obtenção de resultados e premiações na educação brasileira. O relatório aponta problemas neste sistema, dentre eles, o seguinte: o pagamento por resultados pode enfraquecer a autonomia do país, já que a abordagem se origina nos países doadores e nem sempre está de acordo com os sistemas do país beneficiado. Frequentemente, os doadores dão preferência para fornecedores não governamentais e negligenciam o investimento para fortalecer a capacidade do setor público (UNESCO, 2017).

É preciso destacar que esse sistema indica os desígnios dos países de capital avançado determinando que tipo de formação será mais adequada ao capitalismo, quais as habilidades necessárias para atender à produtividade capitalista e o tipo de trabalhador que será preciso para suprir as demandas do mercado – a declaração de Paris afirma que um dos compromissos dos países doadores é utilizar eficazmente as capacidades existentes nos países parceiros - e, dessa forma, influenciando os processos educacionais como, por exemplo, através das reformas efetuadas pelos países envolvidos. Portanto, o interesse pela aprendizagem e seus resultados não contempla uma formação integral e humana, mas, unicamente, a necessidade do capital.

E, ainda

A educação de qualidade promove criatividade e conhecimento e também assegura a aquisição de habilidades básicas em alfabetização e matemática, bem como habilidades analíticas e de resolução de problemas, habilidades de alto nível cognitivo e habilidades interpessoais e sociais. Além disso, ela desenvolve habilidades, valores e atitudes que permitem aos cidadãos levar vidas saudáveis e plenas, tomar decisões conscientes e responder a desafios locais e globais por meio da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e da educação para a cidadania global (ECG) (UNESCO, 2015, p. 2).

Lembramos que vivemos em um país que, através da Emenda Constitucional 95, limitou os gastos públicos, inclusive com educação, por 20 anos, desde 2016, ano seguinte ao lançamento do marco de ação para 2030. Torna-se contraditório oferecer educação de qualidade quando não se tem recursos materiais para isso. O corte de gastos impacta diretamente na manutenção e funcionamento das instituições, contratação de professores, políticas de assistência estudantil, fomento à ciência, condições de trabalho de profissionais e, até mesmo, no alcance da educação. Não por acaso, a precarização e o sucateamento são a marca das instituições educacionais em nosso tempo, resultado do projeto de reformas executado para a manutenção dessa situação.

Voltando à declaração, refletimos sobre a qualidade lá proposta, o que nos remete à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, documento este que perpassa aquele. Encontramos então a seguinte meta no ODS 4, referente à educação: até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (ONU, 2015). E também: até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática (ONU, 2015).

Atentamos para esta qualidade proposta na educação que reduz os conhecimentos acumulados pela humanidade em português e matemática, resultando em uma formação fragmentada e pormenorizada em detrimento de uma formação omnilateral, negando o acesso ao conhecimento e impossibilitando o desenvolvimento das potencialidades e capacidades humanas. No contexto de crise estrutural do capital, consideramos a lógica capitalista de formar indivíduos para o mercado, para os trabalhos precarizados e para as atividades liberais que são a tendência do capital na atualidade. Diante disto, a educação perde o seu sentido ontológico e passa a atender as necessidades do sistema social vigente: trabalhadores com formação aligeirada e superficializada que sirvam às demandas do empreendedorismo, da uberização, dos trabalhos por aplicativos e plataformas digitais, etc. A lógica é que quanto mais o capital mina o complexo do trabalho enquanto relação

da humanidade com a natureza a fim de produzir seus meios de subsistência, mais os processos educativos são também deteriorados. Seria uma contradição para o capital oferecer educação de qualidade, principalmente, diante de seu atual momento histórico.

No que diz respeito à formação de habilidades, valores e atitudes como parâmetros de qualidade e frente ao aumento das disfunções crônicas do capital - desemprego, pobreza, fome, já relatadas neste trabalho -, assinalamos essa educação que visa “desenvolver habilidades analíticas e de resoluções de problemas”, “permitir aos cidadãos levar vidas saudáveis e plenas” e “tomar decisões conscientes e responder a desafios locais e globais” como estratégia do capital para responsabilizar as pessoas pela solução de mazelas sociais originadas em seu próprio metabolismo, além de produzir um rebaixamento das capacidades humanas. O relatório de monitoramento global de 2016, Educação para as pessoas e o planeta: criar futuros sustentáveis para todos, as resume em habilidades para o trabalho, sendo estas divididas em habilidades cognitivas que envolveriam conhecimentos básicos em letramento e numeramento, e estes voltados para o uso nas tecnologias da informação; e em habilidades não-cognitivas, definidas no relatório como habilidades que envolvem menor processamento cognitivo que seriam, por exemplo, perseverança, autocontrole ou habilidades sociais e emocionais, estas poderiam resultar em melhor desenvolvimento no trabalho. O relatório cita como exemplo dessas duas habilidades, relevantes para o mundo do trabalho, a alfabetização financeira e o empreendedorismo e questiona como isto poderia ser integrado aos currículos escolares (UNESCO, 2016). Já o relatório de monitoramento de 2019 relata que é preciso aumentar as habilidades em TIC's e alfabetização digital que são habilidades além do letramento e do numeramento que estão se tornando importantes quase universalmente para o mundo do trabalho e considera que os governos considerem a aquisição de habilidades fora da escola (UNESCO, 2019).

Pautamos aqui a limitação, ou mesmo restrição, criada em torno do que as pessoas deveriam aprender, o que faz do conhecimento algo pontual e o afasta de uma formação plenamente humana. Desta forma estão organizados os conteúdos na Base Nacional Comum Curricular brasileira, uma série de competências e habilidades que enrijecem os complexos processos históricos, sociais e científicos que formam o conhecimento acumulado até hoje e que trazem em sua orientação a formação para o mundo do trabalho precarizado do capital. Não por acaso, temos um sistema de avaliação pautado majoritariamente nos resultados de português e matemática que em seu decurso engessa o desenvolvimento da aprendizagem.

Conforme Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015), temas como qualidade e aprendizagem já eram tratados nas declarações de Jomtiem (1990), de Nova Delhi (1993) e de Dakar (2000). Para as autoras,

sobre esta intenção de atender às necessidades básicas de educação, fica evidente que as declarações definem como conteúdos, no campo dos valores, das competências, das habilidades e das relações interpessoais, os saberes atitudinais. Nesse quadro, os conhecimentos clássicos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade são postos em segundo plano, adquirindo um caráter instrumental, de uso imediato e contextualizado, de acordo com os interesses dos educandos e da cultura de cada povo (p. 17).

Um ponto que as autoras também destacam sobre as declarações anteriores é que recomendam a aplicação dos métodos ativos que, de certa forma, reeditam as concepções pedagógicas instrumentais e pragmáticas, em nome da adequação às necessidades e demandas do mercado (RABELO, JIMENES E MENDES SEGUNDO, 2015). No caso da declaração de Incheon as metodologias ativas já não são citadas, porém, nos parece que são substituídas por uma “educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e da educação para a cidadania global (ECG)”, ou seja, é colocada de outra forma uma educação que intenta alcançar a sustentabilidade e a cidadania através dos indivíduos, isto, enquanto o sistema do capital colapsa e cria problemas insuperáveis dentro do seu sociometabolismo, sobretudo, sob o avanço do neoliberalismo.

A declaração toca ainda na formação de professores e diz: garantiremos que professores e educadores sejam empoderados, recrutados adequadamente, bem treinados, qualificados profissionalmente, motivados e apoiados em sistemas que disponham de bons recursos e sejam eficientes e dirigidos de maneira eficaz (UNESCO, 2015).

No contexto do movimento Educação Para Todos e analisando o Fundef e o Fundeb, criados para a valorização do magistério, em declarações anteriores, Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015), apontam que,

em nossa compreensão, apesar de carregar, em seu discurso acima descrito, a preocupação com os salários e condições de trabalho dos professores, o que muitas vezes soa como boas e sacras intenções, essa política educacional representa os interesses da reprodução ampliada do capital, haja vista não tocar (e nem poderia!) nos determinantes estruturais da problemática que cerca as condições de vida e de trabalho dos profissionais de ensino (p. 195).

Há, portanto, um superdimensionamento da figura e da função de professores e professoras na busca pela aprendizagem e educação de qualidade e, para tanto, deveria ser oferecida formação, remuneração e as condições necessária para que profissionais da educação desempenhassem seu papel.

Nos relatórios de monitoramento global da educação dos anos de 2017/2018, 2019 e 2020 vemos a orientação para que professores estejam aptos a ensinar e a lidar em diferentes contextos e suas determinações desde a educação inclusiva até situações de desastres naturais e conflitos armados.

Conforme o relatório de 2017/2018, *Responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos*, há uma tendência clara de transferir para as escolas as responsabilidades educativas e administrativas. Juntamente com a introdução de sistemas de responsabilização mais fortes, essa tendência aumenta a carga de trabalho e requer habilidades adicionais por parte dos professores e dos líderes escolares, o que pode conduzir a reclamações: no Reino Unido, por exemplo, 56% dos professores relataram que a coleta e a gestão de dados causaram trabalho desnecessário (UNESCO, 2017). Em um contexto de que os professores deveriam realizar análises sobre a avaliação escolar, diz o relatório: os professores necessitam de habilidades para avaliar o desempenho dos estudantes, analisar dados e utilizá-los para ensino (UNESCO, 2017), e ainda, cada vez mais, muitos países de renda alta têm inserido dados sobre a alfabetização em programas de formação de professores e diretores, bem como em programas de desenvolvimento profissional. No entanto, tais programas tendem a se concentrar na compreensão dos relatórios, e poucos preparam os professores para praticar o uso dos dados para o ensino (UNESCO, 2017).

O relatório de 2019, *Migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros*, aponta que, docentes em contextos de deslocamento precisam de formação para lidar com salas de aula superlotadas, multilíngues e com estudantes de idades variadas, mas é comum que eles recebam apenas apoio esporádico (UNESCO, 2019). Há ainda outra necessidade para a qual os professores deveriam ser treinados. Segundo este relatório,

as taxas de prevalência de transtornos de estresse pós-traumático entre os estudantes variam de 10% a 25% em países de renda alta, e chegam a 75% em países de renda baixa e média. Quando não há acesso a serviços de saúde mental para crianças, a escola pode ser o único lugar onde esse tipo de ajuda está disponível. No entanto, intervenções na escola exigem terapeutas especificamente qualificados e vão além das habilidades dos docentes. Estes, por sua vez, podem oferecer apoio psicossocial, criando um ambiente seguro e apaziguador por meio de suas interações com os estudantes e de atividades psicossociais estruturadas. Eles precisam de treinamento profissional em gestão de sala de aula e mecanismos de encaminhamento (UNESCO, 2019, p. 26).

O relatório de monitoramento global de 2020, *Inclusão e educação: todos sem exceção*, faz referimento à necessidade de que os professores estejam preparados para

atuar na educação inclusiva e que aqueles são responsáveis para que esta possa ser possível. Diz-se: a inclusão não pode ser realizada, a menos que os professores sejam agentes de mudança, com valores, conhecimentos e atitudes que permitam que todos os estudantes tenham sucesso (UNESCO, 2020), como se as questões de uma educação excludente pudessem ser resolvidas a partir de atitudes e habilidades pessoais em relação a diversidade. O documento toca na importância da formação de professores para a educação inclusiva afirmando que para ser de boa qualidade, a formação de professores deve abranger vários aspectos do ensino inclusivo, desde metodologias de ensino e gestão de sala de aula até equipes multiprofissionais e métodos de avaliação de aprendizagem (UNESCO, 2020), no entanto, apresenta também dificuldades vivenciadas por professores para conseguirem exercer sua atividade: no Camboja, professores questionaram a viabilidade de aplicar a pedagogia centrada na criança em um contexto de salas de aula superlotadas, escassos recursos de ensino e currículos ambiciosos (UNESCO, 2020), e diz que a cooperação entre docentes de diferentes escolas pode apoiá-los no enfrentamento dos desafios da diversidade, especialmente nos sistemas que passam da segregação para a inclusão (UNESCO, 2020).

Estão aqui apresentadas três diferentes metas objetivadas para a educação nas quais professores e professoras são chamados a atuar em contextos adversos sem que lhes sejam asseguradas formação, remuneração ou condições de trabalho, mas, pelo contrário, tendo que alcançarem pelo próprio esforço o desenvolvimento pessoal e profissional requerido para transformar a educação. Na contramão de todo o esforço exigido de professores, Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015), em 2015 apontavam, baseadas no relatório de monitoramento global de 2003, que os salários de professores no Brasil era o terceiro mais baixo entre 38 países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sob estas condições, a declaração de Incheon adotou o termo “professores empoderados”, em um contexto de desvalorização e precarização da profissão docente, utilizando-o para reforçar a reprodução do quadro de sobrecarga de professores.

Outro preceito que tenta ser instituído através da declaração de Incheon é o da aprendizagem ao longo da vida.

Comprometemo-nos a promover, com qualidade, oportunidades de educação ao longo da vida para todos, em todos os contextos e em todos os níveis de educação. Isso inclui acesso equitativo e mais amplo à educação e à formação técnica e profissional de qualidade, bem como ao ensino superior e à pesquisa, com a devida atenção à garantia de qualidade. Além disso, é importante que se ofereçam percursos de aprendizagem flexíveis e também o reconhecimento, a validação e a certificação do conhecimento, das habilidades e das

competências adquiridos por meio tanto da educação formal quanto da educação informal (UNESCO, 2015, p. 2).

O relatório de monitoramento de 2016 afirma que a educação e a aprendizagem ao longo da vida contribuem para o crescimento econômico de longo prazo e que

se for para a educação continuar a conduzir o crescimento, ela deverá acompanhar a rápida mudança do mundo do trabalho. A tecnologia não apenas aumentou a demanda por trabalhadores altamente qualificados, mas também diminuiu a demanda por trabalhos de habilidades intermediárias, como vendas, área administrativa e operação de máquinas, tarefas que são mais facilmente automatizadas. Isso poderia afetar milhões de pessoas no futuro: em 2015, pouco menos de dois terços do total de empregos era em ocupações de habilidades intermediárias (UNESCO, 2016, p. 15).

E completa que dados indicam que a maioria dos sistemas educacionais não tem acompanhado a demanda do mercado. Até 2020, o mundo poderá ter um déficit de 40 milhões de trabalhadores com educação terciária em relação à demanda, e um excesso de 95 milhões de trabalhadores com níveis educacionais mais básicos (UNESCO, 2016). Este relatório aponta ainda que é extremamente importante, portanto, a aquisição de um conjunto de habilidades básicas e transferíveis para a empregabilidade no futuro (UNESCO, 2016).

Considerando o contexto do que Mészáros (2011) denominou de desemprego crônico, a aprendizagem ao longo da vida aparece como uma forma de preparar as pessoas rapidamente para assumirem funções que estejam disponíveis no mercado, o que cria para o capital uma possibilidade de acumulação em meio a uma gama de cursos preparatórios para tarefas e empregos precarizados e sem seguridade, por isso, a necessidade de que sejam “básicas e transferíveis”, para que a classe trabalhadora se desdobre para encontrar para conseguir encontrar alguma atividade, ao mesmo tempo em que enriquece o capital.

Assim, neste capítulo tentamos expor algumas das contradições presentes na educação em meio ao contexto que se apresenta, analisando documentos que direcionam e orientam a mesma. Tentamos demonstrar que não se firma o discurso da sustentabilidade, da transformação social através da educação, pois esta encontra-se enredada na lógica capitalista de produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos primeiramente a materialidade e a concretude que originam as relações que engendraram a sociedade na qual vivemos e, com isto, a base que cria a pobreza e as desigualdades sociais com as quais nos defrontamos. Através do movimento do capital e seus desdobramentos, desenvolve-se um estado de coisas que não tem como resultar em uma sociedade justa, onde todas as pessoas possam se apropriar do que é produzido conforme as suas necessidades, o resultado de um modo de produção que depende da expropriação, da exploração da força de trabalho, da divisão de classes, da propriedade privada e da concentração de riquezas para a manutenção de seu funcionamento. Coadunamos com a teoria marxiana-lukacsiana de que os complexos sociais e a forma como se desenvolvem estão intrinsecamente ligados às relações de produção em um determinado tipo de sociedade, portanto, se na sociedade capitalista temos relações de exploração e alienação na base da produção, inerentemente a esse sistema se desenvolve uma forma de apropriação desigual que necessariamente nega as condições de existência à classe que é explorada.

Diante disto, constatamos a base objetiva de onde se erguem a pobreza, a fome e a miséria que nos assolam. Em nosso tempo, a sociedade capitalista institui a exploração da força de trabalho para o acúmulo de riquezas e cria as condições mais impróprias para a sobrevivência da humanidade. Sabendo disso, nos opomos às teorias que tomam o atual estado de coisas como algo dado e para o qual não se encontram as origens dos problemas, por isso, tentamos trazer neste trabalho elementos que pudessem elucidar as raízes das desigualdades que percebemos e que nos inquietam.

Partimos do pressuposto de que não se deve naturalizar ou normalizar uma sociedade na qual morremos em vida por não termos acesso àquilo que deveria ser produzido para a satisfação das necessidades humanas: comida, remédios, moradia, etc., e encontramos subsídio para confirmar nossas primeiras hipóteses quando, no decorrer de nosso levantamento teórico, pudemos comprovar que existem meios e possibilidades de produzir o suficiente para atender a toda a humanidade, porém, tudo que é produzido se transforma em mercadoria a serviço do capital e, então, já não importa a vida, mas apenas a acumulação e o lucro.

A partir de nossos estudos nos deparamos com o funcionamento sociometabólico do modo de produção capitalista, de onde verificamos elementos que nos ajudam a compreender os fenômenos sociais e analisa-los fundamentadas na realidade concreta do modo de produção vigente, na forma como este estabelece as relações produtivas.

Entendemos que do funcionamento do modo de produção capitalista se desenvolvem problemas insolúveis dentro do seu metabolismo e, ao contrário do que se diz sobre saná-los mantendo o controle do capital, constatamos a impossibilidade de fazê-lo, uma vez que aqueles se tornam sempre crescentes em decorrência da lógica do sistema. Percebemos isto de forma mais precisa ao nos aproximarmos dos estudos sobre a crise estrutural que nos apresentou ao processo destrutivo que ameaça atingir todos os limites dos recursos naturais e humanos.

Tal processo fica mais evidente a partir dos dados dos últimos três anos encontrados e apontados neste trabalho acerca da pobreza extrema, da fome, do desemprego e do aumento do número de bilionários, mesmo durante um período tão duro para a classe trabalhadora, como foram 2020 e 2021, os anos mais críticos da pandemia de COVID-19. Os dados são a materialização do resultado, do que é produzido pelo modo de funcionamento do capital e nos mostram a desigualdade criada por este sistema. Por isso, somos afins aos estudos que afirmam a crise estrutural do capital que assevera os efeitos de suas contradições.

Dentro desse quadro verificamos a existência de políticas voltadas a gerir a desigualdade e a pobreza criadas pela forma de sociabilidade capitalista. Em nosso trabalho utilizamos como referência a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que conta com 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável que vão desde erradicar a pobreza e a fome até alcançar a paz mundial, dentre estes, está o ODS 4, que intenta assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A partir disto, foi elaborada a declaração de Incheon, em foco em nossa pesquisa, que orienta as ações para a educação até 2030.

Tendo em vista a leitura destes documentos e dos relatórios de monitoramento global da educação elaborados a partir de 2016, a revisão bibliográfica acerca das bases da sociedade capitalista e o contexto de degradação da vida humana no qual nos encontramos, refletimos sobre a proposta de criar essa sociedade sustentável através de medidas que em nenhum aspecto superam a lógica do capital, mas, pelo contrário, a reforçam e tentam mantê-la através, por exemplo, do apoio a iniciativa privada, do repasse de recursos públicos para esta e do apoio ao empreendedorismo, uma forma atual de precarização do trabalho promovida pelo capitalismo. Verificamos isso na Agenda de ação de Adis Abeba que trata da base de financiamento para promoção da Agenda 2030.

Nesta conjuntura, está inserido o complexo da educação obedecendo as orientações da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e da Agenda de ação de Adis Abeba e tendo seu programa definido na Declaração de Incheon.

Inicialmente, ao analisar este documento juntamente com os relatórios de monitoramento global, percebemos que se encontra alinhado com as proposições de Adis Abeba, dessa forma, demonstra que o discurso adotado de universalização da educação de qualidade está mais atrelado a formas de desenvolver ganhos para o capital, enquanto precariza e mercantiliza os processos educacionais, do que propriamente à sua promoção. Vimos isso também através dos dados apontados que mostram que o que está proposto na Declaração de Incheon é contraditório com o que está posto neste momento da história.

Assinalamos a tentativa que é colocada a partir de políticas e ações como a Agenda 2030 de associar a superação de quaisquer problemas gerados pelo modo de produção vigente ao complexo educacional como uma distorção do mesmo, uma vez que esta não é sua função ontológica. Pontuamos isto tendo em vista que, nos relatórios de monitoramento globais da educação por nós revisados, a educação aparece como o meio para a resolução dos mais diversos tipos de problemas postos socialmente e poderia dar condições às pessoas de enfrentá-los, o que abre caminho, por exemplo, para a criação de institutos e complexos ditos educacionais, mas que na verdade, são uma tentativa de gerenciar tais problemas enquanto geram mais uma forma possível de acumulação do capital.

Entendemos que, no cenário atual, e conforme tenta-se manejá-lo, a educação é capturada pela lógica capitalista e abstraída de sua real função sendo transformada em instrumento de reprodução das relações produtivas e das ideias da sociedade burguesa, portanto, consideramos o que está disposto na Declaração de Incheon como inviável se a observarmos na totalidade social em que se insere e, dentro desta, o movimento que notamos não é o de priorizar a educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas, mas, pelo contrário, o de precarizar, mercantilizar e privatizar o complexo educacional, como encontramos descrito literalmente e com todas as letras nos documentos analisados neste trabalho.

Portanto e de acordo com a base teórica por nós adotada, pontuamos a impossibilidade de alcançar o tal desenvolvimento sustentável, exatamente, pela insustentabilidade das contradições produzidas na sociedade regida pelo capital. Não vislumbramos perspectivas de transformação social através de políticas ou medidas que permaneçam dentro do ciclo de acumulação deste modo de produção. Quanto à educação

e dentro do que está proposto na Agenda 2030, consideramos impraticável a educação como “impulsionadora para o desenvolvimento e para o alcance dos ODS propostos”, uma vez que a mesma não tem como dar respostas aos problemas gerados no cerne da produção capitalista e apenas a sua transformação poderá superá-los.

Gostaríamos de registrar nossa inquietação com o fato de encontrarmos nos documentos aqui apontados e analisados os termos utilizados para se referirem aos produtos do capitalismo. Ao que se trata de fome, pobreza, e miséria, por exemplo, são atribuídos termos suavizados como insegurança alimentar, vulnerabilidade, pessoas em situações de risco ou com maiores necessidades, etc. Destacamos isto por entendermos que esta é também uma forma de encobrir as mazelas produzidas pelo capitalismo e deixar velada sua existência e ressaltamos a importância de evidenciá-las a fim de que seja possível transformá-las.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **Visão geral.** Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/education/overview#1>. Acessado em 20 de novembro de 2021.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Introdução à teoria econômica marxista.** 1. ed. São Paulo: Viramundo, 1998.
- DIONÍSIO, Débora Accioly; DA SILVA, Homero Dionísio. **O Movimento de Educação Para Todos e seus rebatimentos na formação docente da UFPB.** In: JORNADA DO TRABALHO. A IRREFORMABILIDADE DO CAPITAL E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO LIMIAR DO SÉCULO XXI: OS NOVOS DESAFIOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO, 13., 2012. São Paulo. Anais [...]. São Paulo: 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/36.pdf>. Acessado em 19 de novembro de 2021.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Edição revista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FOLHA PRESS. 2021. Disponível em: https://www.casaum.org/705-mil-homens-brancos-tem-renda-maior-que-a-de-todas-as-mulheres-negras/?gclid=Cj0KCQjwgMqSBhDCARIsAIIvN1X_LCsK_R2N65DI2IUclSd5rvNSReXNhFSZ-1w-N_aIWI_gdfTZgIaAnGsEALw_wcB. Acesso em 10 de abril de 2022.
- FRERES, Helena; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O papel da educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica** In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. Anais [...]. O ensino e a pesquisa em História da Educação. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. v. 1. p. 1-15.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ainda é possível mudar 2030.** 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acessado em 20 de novembro de 2021.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Cenário da exclusão escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acessado em 04 de março de 2022.
- HOBBSAWN, Eric. **História do Marxismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBBSAWN, Eric. **A era do capital.** São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação acelera para 1,16% em setembro, maior para o mês desde 1994.** São Paulo: IBGE, 08 de outubro de 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia->

- noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31848-inflacao-acelera-para-1-16-em-setembro-maior-para-o-mes-desde-1994. Acessado em 11 de novembro de 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego. São Paulo: IBGE, 25 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 11 de novembro de 2021.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Editora Ática, 2014.
- LUKÁCS, Gyogy. Para uma ontologia do ser social II. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – UNESCO. **Inclusão e educação**: todos sem exceção. Paris, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por. Acesso em 22 de março de 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos (Conferência de Jontiem, 1990)**. Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br.pi/files/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>. Acessado em 17 de novembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acessado em 12 de dezembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – UNESCO. **Educação para pessoas e o planeta: criar futuros sustentáveis para todos**. Paris, França: UNESCO, 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245745_por. Acessado em 28 de novembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. **O estado da segurança alimentar e nutrição no mundo em 2021**. Disponível em: https://www.fao.org/3/cb4474en/online/cb4474en.html#chapter-2_1. Acesso em 11 de novembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Relatório Emprego mundial e perspectivas sociais – Tendências 2016**. Genebra: OIT Publicações, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_443480.pdf. Acessado em 28 de novembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Relatório Emprego mundial e perspectivas sociais – Tendências 2021**. Genebra: OIT Publicações, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_795453.pdf. Acessado em 28 de novembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento**. Paris, 2005.

OXFAM BRASIL. **Relatório Primeiro a crise, depois a catástrofe**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/mais-263-milhoes-de-pessoas-podem-cair-na-extrema-pobreza-em-2022-alerta-novo-relatorio-oxfam/>. Acesso em 21 de julho de 2022.

RABELO, Jackline; JIMENEZ, Suzana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. (organizadoras). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - Rede PENSSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em 11 de novembro de 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - Rede PENSSAN. **2º Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em 12 de junho de 2022.

REVISTA FORBES. **Quem são os 40 novos bilionários brasileiros no ranking 2021.** Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/quem-sao-os-40-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-2021/>. Acessado em 11 de novembro de 2021.

SANTOS, Edlene Pimentel. **O pauperismo de ontem e de hoje: raízes materiais e humano-sociais da “questão social”.** 2005. 244 f. Tese (Doutorado do curso de Serviço social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

SANTOS, Maria Escolástica de Moura. **A educação social e a gestão da pobreza: gênese, desdobramentos e função no contexto da sociabilidade do capital em crise.** 2017. 236 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SILVA, Rosângela Ribeiro Da. **As políticas socioeducativas no Brasil e a gestão da pobreza no contexto de crise estrutural do capital: uma análise à luz da crítica marxista.** 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SOUZA, Felipe Guilherme de. **Somos educados para um genocídio alimentar? O complexo da alimentação na crise estrutural do capital e seus desdobramentos nas políticas educacionais.** 2018. 244 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

World Inequality Lab. **World Inequality report 2022.** Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>. Acesso em 22 de Janeiro de 2022.

ANEXOS



Obra: Os retirantes (Cândido Portinari, 1944) / Fonte: Cultura genial.



Obra: A criança morta (Cândido Portinari, 1944)/Fonte: Viva arte & cia.



Imagem: Pessoas procurando por comida em caminhão de lixo em Fortaleza (2021) /
Fonte: UOL Economia.